

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Letras
Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos

Igor dos Reis Alcântara

A MUDANÇA NA DISTRIBUIÇÃO DAS FORMAS POSSESSIVAS *SEU* E *DELE*:
um estudo sobre textos de dramaturgia do português clássico ao brasileiro

Belo Horizonte
2025

Igor dos Reis Alcântara

**A MUDANÇA NA DISTRIBUIÇÃO DAS FORMAS POSSESSIVAS *SEU* E *DELE*: um
estudo sobre textos de dramaturgia do português clássico ao brasileiro**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Aroldo Leal de Andrade

Belo Horizonte

2025

A347m

Alcântara, Igor dos Reis.

A mudança na distribuição das formas possessivas *seu* e *dele* [manuscrito] : um estudo sobre textos de dramaturgia do português clássico ao brasileiro / Igor dos Reis Alcântara. – 2025.

1 recurso online (124 f. : il., tabs., grafs. (algumas color.)) : pdf.

Orientador: Aroldo Leal de Andrade.

Área de concentração: Linguística Teórica e Descritiva.

Linha de Pesquisa: Estudo da Variação e Mudança Linguística.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras.

Bibliografia: f. 119-124.

Exigências do sistema: Adobe Acrobat Reader.

1. Língua portuguesa – Variação – Teses. 2. Língua portuguesa – Pronomes – Teses. 3. Sociolinguística – Teses. 4. Mudanças linguísticas – Teses. I. Andrade, Aroldo Leal de. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras. III. Título.

CDD : 469.798



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

FOLHA DE APROVAÇÃO

A mudança na distribuição das formas possessivas *seu* e *dele*: um estudo sobre textos de dramaturgia do português clássico ao brasileiro.

IGOR DOS REIS ALCÂNTARA

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ESTUDOS LINGUÍSTICOS, como requisito para obtenção do grau de Mestre em ESTUDOS LINGUÍSTICOS, área de concentração LINGUÍSTICA TEÓRICA E DESCRITIVA, linha de pesquisa Estudo da Variação e Mudança Linguística.

Aprovada em 26 de fevereiro de 2025, pela banca constituída pelos membros:

Prof(a). Aroldo Leal de Andrade - Orientador

UFMG

Prof(a). Maria Eugenia Lammoglia Duarte

UFRJ

Prof(a). Alexia Teles Guimarães

UFMG

Belo Horizonte, 26 de fevereiro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Aroldo Leal de Andrade, Professor do Magistério Superior**, em 28/02/2025, às 10:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Eugenia Lammoglia Duarte, Usuário Externo**, em 28/02/2025, às 11:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexia Teles Duchowny, Professor(a)**, em 31/03/2025, às 15:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4002981** e o código CRC **D425F4B0**.

AGRADECIMENTOS

Este momento de conclusão da minha dissertação é, sem dúvida, um marco significativo na minha trajetória acadêmica. A concretização deste trabalho só foi possível graças ao apoio e incentivo de muitas pessoas, às quais dedico este espaço com gratidão.

Aos meus pais, fontes intermináveis de amor e cuidado.

Aos professores que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desta pesquisa, expressei meu profundo agradecimento. Em especial, destaco dois docentes que foram fundamentais para minha entrada no mestrado: a Professora Doutora Márcia Cristina de Brito Rumeu e o Professor Doutor César Nardelli Cambraia.

Agradeço também à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), por oferecer as oportunidades e os recursos necessários ao desenvolvimento de nossas pesquisas, e à Faculdade de Letras (FALE), pelo constante suporte institucional.

Por fim – e de forma alguma menos importante –, manifesto meu sincero apreço ao meu orientador, Professor Doutor Aroldo Leal de Andrade, cuja inteligência, sensibilidade e respeito ao meu ritmo de trabalho foram determinantes para que eu percorresse este caminho com segurança e confiança.

ALCÂNTARA, Igor dos Reis. *A mudança na distribuição das formas possessivas seu e dele*: um estudo sobre textos de dramaturgia do português clássico ao brasileiro. 2025 124fls. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2025.

RESUMO

Esta dissertação aborda a variação entre as formas possessivas *seu* e *dele* (e flexões) de 3ª pessoa em textos teatrais portugueses e brasileiros, abrangendo o período do século XVI ao XX. Buscamos descrever analiticamente, sob a perspectiva Sociolinguística Variacionista (cf. Weinreich; Labov; Herzog, 2006 [1968]; Labov, 1972; Tagliamonte, 2006), a mudança na distribuição dessas formas, com o objetivo de verificar as possíveis motivações que ocasionaram tal modificação no sistema linguístico, do português clássico ao português brasileiro moderno. A hipótese central é que a escolha entre as duas formas é influenciada pelos traços semânticos do referente possuidor (Oliveira e Silva, 1984, 1996; Müller, 1997b; Moura Neves, 2011; Guedes, 2015, 2017; Lopes e Guedes, 2020). Além disso, espera-se que haja uma mudança diacrônica relativa à escolha entre os pronomes, visto que o aumento do uso de *dele* no português brasileiro parece refletir a introdução do pronome *você* no paradigma pronominal dessa gramática (Lopes e Rumeu, 2007; Rocha, 2009). Os dados foram majoritariamente extraídos do *Corpus Histórico do Português Tycho Brahe* (Galves; Andrade; Faria, 2017), resultando em 554 ocorrências, classificadas em sete variáveis linguísticas independentes. Na análise multivariada realizada com o programa estatístico *GoldVarb X* foram analisados 554 dados, e selecionados cinco grupos de fatores como estatisticamente relevantes para a distribuição de *seu* e *dele*, a saber: a localização do referente possuidor, a data de publicação dos textos, a relação entre o sintagma nominal possuidor e possuído, a animacidade, o tipo de posse. Em termos gerais, os resultados apontam para uma especialização das formas possessivas *seu* e *dele* ao comparar o português clássico com o português brasileiro moderno que não só confirmam estudos anteriores, mas também apresentam novas possibilidades de análise em torno da noção de proeminência linguística.

Palavras-chave: formas possessivas de terceira pessoa; textos de dramaturgia; variação linguística; português clássico; português brasileiro.

ALCÂNTARA, Igor dos Reis. *The change in the distribution of the possessive forms seu and dele: a study on drama texts from classical Portuguese to Brazilian Portuguese*. 2025. 124fls. Dissertation (Master in Linguistic Studies) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2025.

ABSTRACT

This dissertation investigates the variation between the third-person possessive forms *seu* and *dele* (and their inflected forms) in Portuguese and Brazilian dramatic texts, spanning from the 16th to the 20th century. Adopting the framework of variationist sociolinguistics (cf. Weinreich, Labov & Herzog, 2006 [1968]; Labov, 1972; Tagliamonte, 2006), the study aims to analytically describe the distributional shift between these forms, seeking to identify potential motivations for this change in the linguistic system from Classical Portuguese to modern Brazilian Portuguese. The central hypothesis is that the choice between the two forms is influenced by semantic features of the possessor referent (Oliveira e Silva, 1984, 1996; Müller, 1997b; Moura Neves, 2011; Guedes, 2015, 2017; Lopes & Guedes, 2020). Additionally, a diachronic shift is expected to underlie this variation, as the increasing use of *dele* in Brazilian Portuguese appears to correlate with the incorporation of the pronoun *você* into the pronominal paradigm of the language (Lopes & Rumeu, 2007; Rocha, 2009). Data were primarily drawn from the *Tycho Brahe Historical Portuguese Corpus* (Galves, Andrade & Faria, 2017), totaling 554 occurrences classified according to seven independent linguistic variables. A multivariate analysis conducted using the *GoldVarb X* statistical program identified five statistically significant factor groups influencing the distribution of *seu* and *dele*: the position of the possessor referent, the date of publication of the texts, the syntactic relationship between possessor and possessed noun phrases, animacy, and type of possession. Overall, the findings suggest a functional specialization of the possessive forms *seu* and *dele* when comparing Classical Portuguese to modern Brazilian Portuguese. These results not only corroborate previous studies but also offer new analytical perspectives on the notion of linguistic prominence.

Keywords: third-person possessive forms; dramatic texts; linguistic variation; Classical Portuguese; Brazilian Portuguese.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

Lista de Figuras:

Figura 1. Edição fac-símile (à esquerda) e versão semidiplomática (à direita) do corpus em análise.	52
Figura 2. Versão da transcrição moderna.	52
Figura 3. Informações sobre a obra <i>Musa entretenida de vários entremezes</i> – a edição da obra original, da fonte intermediária, da edição imediata, e os detalhes do processamento no corpus.	54
Figura 4. Página central do CTB.	61
Figura 5. Página de acesso aos textos-fonte e ao tipo de busca.	61
Figura 6. Apresentação da etiquetagem das formas possessivas.....	62
Figura 7. Anotação morfológica em frase em que aparece a forma possessiva seu de 3P no PB.	63
Figura 8. Configuração da busca para a forma <i>dele</i> , com restrição a “de + ele(s)/ela(s)” amalgamado, no Corpus do Português.	64

Lista de Quadros:

Quadro 1. A periodização da LP – do PA ao PB.	19
Quadro 2. O corpus de referência utilizado nesta pesquisa.....	20
Quadro 3. O sistema possessivo no período arcaico.	21
Quadro 4. Os pronomes possessivos do PCl, do PE e do PB (norma padrão).....	27
Quadro 5. O sistema possessivo no PB atual falado.	29
Quadro 6. Apresentação de regras lexicais de redundância.	31

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1. As informações das peças que compuseram o corpus da pesquisa.....	55
Tabela 2. As formas possessivas vinculadas à data de publicação do texto.....	75
Tabela 3. A distribuição das formas possessivas em relação à definitude do possuidor no séc. XVI.	77
Tabela 4. A animacidade na escolha das formas possessivas no séc. XVI.	77
Tabela 5. A variação das formas de acordo com o tipo de posse no séc. XVI.....	78
Tabela 6. A distribuição das formas de acordo com o grau de ambiguidade no séc. XVI.....	78
Tabela 7. A relação entre o SN possuidor e o SN possuído e sua influência na escolha de forma possessiva no séc. XVI.	79
Tabela 8. O efeito da localização do referente possuidor na oposição entre <i>seu</i> e <i>dele</i> no séc. XVI.	79
Tabela 9. A distribuição das formas <i>seu</i> e <i>dele</i> considerando a definitude do possuidor no séc. XVII.....	80
Tabela 10. A distribuição da animacidade na seleção das formas possessivas no séc. XVII..	82
Tabela 11. O efeito do tipo de posse na oposição entre <i>seu</i> e <i>dele</i> no séc. XVII.	82
Tabela 12. A distribuição das formas possessivas tendo em vista o grau de ambiguidade no séc. XVII.....	83
Tabela 13. A seleção das formas possessivas frente à relação entre o SN possuidor e o SN possuído no séc. XVII.	84
Tabela 14. O uso das formas possessivas de acordo com a localização do referente possuidor no séc. XVII.....	85
Tabela 15. A distribuição das formas <i>seu</i> e <i>dele</i> tendo em vista a definitude do possuidor no séc. XVIII.	86
Tabela 16. A influência da animacidade na escolha das formas possessivas no séc. XVIII..	87
Tabela 17. A utilização das formas possessivas de acordo com o tipo de posse no séc. XVIII.	88
Tabela 18. A seleção das formas possessivas frente o grau de ambiguidade no séc. XVIII. ..	89
Tabela 19. A relação entre SN possuidor e possuído na oposição entre <i>seu</i> e <i>dele</i> no séc. XVIII.	89
Tabela 20. A escolha das formas possessivas quanto à localização do referente possuidor no séc. XVIII.	90

Tabela 21. A seleção das formas <i>seu</i> e <i>dele</i> no que tange à definitude do possuidor no séc. XIX.	91
Tabela 22. Os reflexos da animacidade na escolha das formas possessivas no séc. XIX.	92
Tabela 23. A escolha das formas possessivas em relação com o tipo de posse no séc. XIX. .	93
Tabela 24. A distribuição das formas possessivas a partir do grau de ambiguidade no séc. XIX.	94
Tabela 25. A seleção entre <i>seu</i> e <i>dele</i> considerando a relação entre SN possuidor e possuído no séc. XIX.	94
Tabela 26. A distribuição das formas possessivas no que concerne à localização do referente possuidor no séc. XIX.	95
Tabela 27. A distribuição das formas possessivas considerando a definitude do possuidor no séc. XX.	96
Tabela 28. A escolha entre <i>seu</i> e <i>dele</i> quanto à animacidade no séc. XX.	97
Tabela 29. A seleção das formas possessivas no que concerne ao tipo de posse no séc. XX.	98
Tabela 30. A escolha das formas possessivas tendo em vista o grau de ambiguidade no séc. XX.	98
Tabela 31. A seleção entre <i>seu</i> e <i>dele</i> a partir da relação entre SN possuidor e possuído no séc. XX.	99
Tabela 32. A distribuição das formas <i>seu</i> e <i>dele</i> conforme a localização do referente possuidor no séc. XX.	99
Tabela 33. As análises multivariadas da contribuição de fatores internos selecionados como significantes para a probabilidade de uso de <i>seu</i> na 3P.	100
Tabela 34. A correlação entre a posição do referente possuidor e a escolhas das formas possessivas.	102
Tabela 35. A relação entre SN possuidor e possuído quanto à seleção entre <i>seu</i> e <i>dele</i>	104
Tabela 36. A correlação entre a animacidade do possuidor e a distribuição das formas <i>seu</i> e <i>dele</i>	105
Tabela 37. A influência do tipo de posse na escolha das formas possessivas.	106

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Lista de abreviaturas:

cf.	conforme
f.	feminino
gen.	gênero
m.	masculino
num.	número
oco.	ocorrência
peso rel.	pelo relativo
pl.	plural
séc.	século
sing.	singular

Lista de siglas:

1P	1ª pessoa
2P	2ª pessoa
3P	3ª pessoa
1SG	primeira pessoa do singular
2SG	segunda pessoa do singular
3SG	terceira pessoa do singular
1PL	primeira pessoa do plural
2PL	segunda pessoa do plural
3PL	terceira pessoa do plural
CTB:	<i>Corpus Histórico do Português Tycho Brahe</i>
DP	sintagma determinante
FALE	Faculdade de Letras da UFMG
GT	gramática tradicional
LP	língua portuguesa
PA	português arcaico
PB	português brasileiro
PCI	português clássico

PE	português europeu
RL	regra lexical
SN	sintagma nominal
SP	sintagma preposicional
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1. REVISÃO DA LITERATURA	18
1.1 A distribuição das formas possessivas no Português Arcaico	21
1.2 A distribuição das formas possessivas no Português Clássico.....	26
1.3 A expressão das formas possessivas de 3ª pessoa no português brasileiro atual	29
1.3.1 Pesquisas iniciais sobre a distribuição das formas possessivas e a questão da ambiguidade	29
1.3.2 Abordagens quantitativas e semânticas na análise das formas possessivas	34
1.3.3 Investigações sociolinguísticas sobre o uso de <i>seu</i> e <i>dele</i>	37
1.4 Síntese do capítulo	40
CAPÍTULO 2. PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS.....	42
2.1 A Teoria da Variação e Mudança Linguística	42
2.2 O funcionalismo linguístico	45
2.3 A noção de proeminência linguística	47
2.4 A utilização de textos dramaturgicos em estudos linguísticos.....	49
2.5. O corpus utilizado na pesquisa.....	51
2.5.1 O <i>Corpus Histórico do Português Tycho Brahe</i> : histórico e características.....	51
2.5.2 A seleção das peças teatrais: a construção do corpus	55
2.5.3 Uma breve contextualização das obras em análise.....	57
2.6 A coleta e a seleção dos dados.....	60
2.7 A classificação dos dados	65
2.7.1 A definitude do possuidor	66
2.7.2 A animacidade	67
2.7.3 O tipo de posse	68
2.7.4 O grau de ambiguidade.....	68
2.7.5 A relação entre SN possuidor e possuído	69
2.7.6 A localização do referente possuidor	70
2.7.7 A data de publicação dos textos	71
2.8 A quantificação dos dados	72
2.9 Síntese do capítulo	72
CAPÍTULO 3. RESULTADOS	74
3.1 Um panorama geral: distribuição percentual e análise estatística	74

3.1.1 A correlação entre as formas possessivas de 3P e o período de publicação dos textos.....	74
3.1.1.1 O século XVI.....	76
3.1.1.2 O século XVII	80
3.1.1.3 O século XVIII	86
3.1.1.4 O século XIX.....	91
3.1.1.5 O século XX.....	96
3.1.2 A análise multivariada no <i>GoldVarb X</i> : critérios de classificação e principais resultados.....	100
3.1.2.1 A posição do referente possuidor	102
3.1.2.2 A relação entre o SN possuidor e possuído	103
3.1.2.3 A animacidade no uso das formas possessivas	105
3.1.2.4 O tipo de posse referente à coisa possuída	106
3.2 Síntese do capítulo	107
CAPÍTULO 4. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	108
4.1. A hipótese de reorganização do paradigma pronominal	108
4.2 A hipótese da proeminência.....	111
4.3 Os fatores condicionantes estatisticamente relevantes para a escolha entre as formas possessivas <i>seu</i> e <i>dele</i> no corpus em análise.....	113
4.3.1 A localização do referente possuidor	113
4.3.2 A Animacidade	114
4.4 Síntese do capítulo	115
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	117
REFERÊNCIAS	119

INTRODUÇÃO

Os estudos linguísticos sobre as formas possessivas de 3ª pessoa (doravante 3P) na língua portuguesa (doravante LP) mostram que tanto a forma possessiva simples *seu* quanto a forma de-possessivo *dele* são utilizadas desde o português arcaico (doravante PA). A forma *dele*, que no PA era usada como elemento de reforço em uma estrutura redobrada, evoluiu para um uso pleno, e atualmente é empregada de forma categórica em determinados contextos do português brasileiro (doravante PB). A título de exemplificação apresentamos, em (1) e (2), evidências do uso de *seu* e *dele* no português clássico (doravante PCI), na obra *Musa entretenida de vários entremezes*, de Manoel Coelho Rebelo, do século XVII; e na obra *A partilha*, de Miguel Falabella, do século XX:

- (1) De sorte que este sobrinho, e [SN seu pai], Iorge Godinho, [...]. [XVII MEVE 44:7-8]
- (2) Mesmo depois daquela história com [SN o amigo dele] – aquilo nunca ficou bem explicado. [XX AP 10:3-4]

O objetivo central desta dissertação de mestrado é analisar a distribuição das formas pronominais possessivas de 3ª pessoa do singular (doravante 3SG) e do plural (doravante 3PL) produtivas em textos de dramaturgia entre os séculos XVI e XX. Estudos de natureza quantitativa (cf. Oliveira e Silva, 1982, 1996; Perini, 1985; Cerqueira, 1996) evidenciam o avanço da forma perifrástica (*dele*), apesar de *seu* ser favorecida como elemento anafórico na retomada do antecedente referencial de 3P, especialmente na fala formal e na variedade escrita formal. A razão para isso seria o rearranjo no paradigma dos pronomes pessoais nominativos com a entrada das formas *você* e *vocês* no sistema pronominal do PB moderno.

A partir disso, a hipótese que buscamos verificar é se a escolha entre as duas formas possessivas seria determinada pelos traços semânticos do referente possuidor, uma vez que fatores como a natureza (específica ou genérica) e a animacidade (humano ou inanimado) se mostraram relevantes na escolha entre os dois elementos em demais trabalhos sobre o tema (Oliveira e Silva, 1982, 1996; Negrão; Müller, 1996; Müller, 1997a; Guedes, 2015). Conjecturamos ainda que a data de publicação dos textos será um dos fatores a determinarem a seleção das formas do pronome possessivo simples *seu* e do elemento preposicionado com valor possessivo *dele*, tendo em vista a mudança linguística relacionada à gramaticalização de *você* a partir do século XVIII.

Para tanto, nossa pesquisa verificou as proporções relativas de uso das formas pronominais possessivas de 3P *seu(s)/sua(s)* e *dele(s)/dela(s)* em textos de diferentes épocas, e as possíveis motivações que ocasionaram tal mudança no sistema linguístico, do PCI – sistema que consideramos incluir os séculos XVI a XVIII – ao PB – situado entre os séculos XIX e XX. Para isso, selecionamos dez textos que vão do século XVI ao XX para constituírem o corpus. Neles serão examinadas as ocorrências de tais pronomes quando utilizados para fazer referência à 3P do discurso em sincronias passadas, observando, para tanto, vários aspectos linguísticos referentes ao emprego desses pronomes, tais como traços morfossintáticos e semânticos. Nosso estudo baseado em corpus se utilizará de textos de peças teatrais portuguesas (representativos do PCI) e brasileiros (representativos do PB pós-colonial), majoritariamente disponíveis no *Corpus do Português Histórico Tycho Brahe* (Galves; Andrade; Faria, 2017). Ressaltamos, enfim, as questões que norteiam esta pesquisa:

- (i) Quais seriam as distribuições das formas possessivas de 3P na escrita de textos de dramaturgia do PCI ao PB?
- (ii) Quais seriam os fatores linguísticos responsáveis por subsidiar a seleção das formas possessivas *seu* e *dele*, em cada um dos períodos estudados (PCI e PB)?

A progressiva restrição da forma possessiva *seu* (cf. Perini, 1985) pelo espaço geográfico brasileiro – e quanto aos seus contextos de uso – fomenta a principal questão motivadora desta dissertação de mestrado. A justificativa deste trabalho é, ante o exposto, ampliar os estudos voltados ao emprego das formas pronominais possessivas na função de 3P, do PCI ao PB, dentro de peças de teatro ao longo de aproximadamente 500 anos (séculos XVI, XVII, XVIII, XIX e XX).

A presente dissertação está organizada em quatro capítulos principais. O primeiro apresenta a revisão da literatura, incluindo uma análise histórico-descritiva das formas possessivas de 3P (*seu* e *dele*) em diferentes períodos da LP. O segundo capítulo detalha a metodologia da pesquisa, explicando os critérios de seleção do corpus, os procedimentos de coleta de dados e os métodos de análise aplicados aos textos teatrais. No terceiro capítulo são discutidos os resultados, e ali examinamos a ocorrência das formas possessivas em peças de distintas épocas e as motivações linguísticas e históricas que explicam sua evolução. O quarto capítulo aborda a discussão dos resultados, com base na noção de proeminência. Nas considerações finais, organizamos as respostas para as questões centrais relacionadas ao potencial de variação das formas possessivas *seu* e *dele* na 3P, que orientaram nossa análise.

CAPÍTULO 1. REVISÃO DA LITERATURA

Neste primeiro capítulo apresentamos uma revisão histórico-descritiva da distribuição das formas possessivas de 3P, considerando as possíveis variações e mudanças linguísticas dentro de um período de cinco séculos estudados. Antes de passar à revisão dos textos sobre o tema específico de nossa pesquisa, apresentamos informações básicas sobre a periodização da LP e sobre os textos analisados, dados esses que guiarão as referências aos dados durante todo o texto. A periodização do português europeu (doravante PE) que utilizamos se baseia na proposta de Cintra, citada em Mattos e Silva (2006), que o divide em quatro períodos: português antigo, médio, clássico e moderno, porém tratando os dois primeiros períodos como uma unidade, sob o termo “português arcaico”.

O início do PA é marcado por documentos como o *Testamento de D. Afonso II*, datado de 1214, considerado um dos primeiros textos escritos em português, e a *Notícia do Torto*, redigida entre 1214 e 1216 (cf. Mattos e Silva, 2006). Para essa autora, o período arcaico compreende os séculos XIII ao XV. Ressaltamos, contudo, que o marco final desse período ainda é uma questão em aberto. Fatores extralinguísticos servem como referência para delimitar esse encerramento, como o advento do livro impresso no final do século XV.

Os séculos XVI e XVII demarcam o PCl, assim denominado devido ao movimento de retomada do classicismo em Portugal, apontado como novo auge da literatura e das artes, e como o período em que a LP se expandiu amplamente devido ao contato com territórios americanos, africanos e asiáticos, e sua progressiva colonização. No período clássico surgiram os primeiros compêndios gramaticais e ortográficos com o escopo de normatizar e padronizar a língua. Nesse contexto, a língua passou a ser encarada como objeto de estudo e normatização, além de forma de identificação cultural de um povo. Dois nomes importantes da época são Fernão de Oliveira, o autor da *Grammatica da Lingoagem Portuguesa*, de 1536, e João de Barros, com a sua *Gramática da Lingoa Portuguesa*, de 1540, pioneiros na sistematização das regras gramaticais do português. Esse período tem sido entendido como fase intermediária entre o PA e o PE moderno, e marca um momento de consolidação e evolução das estruturas linguísticas. Sua relevância também está no fato de que é a gramática do PCl – trazida ao Brasil a partir do século XVI – que serve de base para o desenvolvimento inicial do PB, o qual emerge como uma variante desse estágio da língua. (cf. Galves; Kroch, 2016).

O período que compreende os séculos XIX e XX é amplamente reconhecido na historiografia linguística como fundamental para a consolidação do PB como uma variedade distinta do PE. Durante esse intervalo ocorreram mudanças significativas na sintaxe, na

morfologia e no léxico, além de transformações socioculturais que influenciaram diretamente a evolução da língua no Brasil. Tarallo (1993) destaca que, já no século XIX, o português falado no Brasil apresentava traços sintáticos suficientes para justificar uma descrição gramatical própria, distinta do PE. Essa perspectiva é corroborada por estudos que analisam fenômenos de mudança linguística ao longo dos séculos XIX e XX, utilizando corpora históricos que incluem cartas pessoais, anúncios e peças de teatro.

Além disso, o processo de gramaticalização do PB nesse período foi marcado por esforços para normatizar e padronizar a língua, refletindo a busca por uma identidade nacional linguística. A produção de gramáticas e a discussão sobre uma norma brasileira evidenciam a consciência crescente de uma variante linguística própria. Portanto, os séculos XIX e XX são cruciais para entender a formação e consolidação do PB como uma variedade linguística autônoma, com características próprias que o distinguem do PE.

Em síntese, a periodização do português que adotamos neste trabalho é resumida no Quadro 1.

Quadro 1. A periodização da LP – do PA ao PB.		
Período	Séculos	Características
Português Arcaico	XIII - XV	Fase inicial da LP, com consolidação da gramática e primeiras manifestações escritas.
Português Clássico	XVI - XVIII	Produção textual concentrada em Portugal; textos de escritores portugueses.
Português Europeu/ Brasileiro modernos	XIX e XX	Consolidação de um modelo linguístico próprio no

Brasil, com
traços
diferenciadores
do PE.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Um ponto ainda a mencionar diz respeito à periodização do PB. Apesar da existência de algumas propostas de periodização dessa variedade, como Pessoa (2003) e Lucchesi (2017), os estudos concordam sobre o período de consolidação importante, seja no final do século XIX ou em torno da década de 1930. Como os dados que vamos analisar não são detalhados em termos de datação, não vamos assumir nenhuma periodização precisa sobre o PB, deixando essa observação para os resultados obtidos a partir dos dados.

Passamos agora à apresentação dos textos que compõem o corpus desta pesquisa. Todos são obras de dramaturgia, sendo que, entre os selecionados, apenas a peça *No coração do Brasil*, de Miguel Falabella, não foi extraída do corpus online; uma cópia dessa obra foi cedida gentilmente pela Profa. Dra. Maria Eugenia Lammoglia Duarte. Vale destacar que o texto de Leonardo Saraiva Coutinho foi extraído da Biblioteca Digital do Teatro de Autores Portugueses do Século XVI. O Quadro 2 reúne os textos utilizados no estudo, o que se mostra relevante, pois a partir deste capítulo já faremos uso de exemplos retirados do corpus.

Quadro 2. O corpus de referência utilizado nesta pesquisa.

PERÍODO (séc.)	REMISSÃO	REFERÊNCIA
XIV	[XIV CRJ]	Fernão Lopes. <i>Chronica del Rey D. Ioam I de Boa Memoria e dos reys de Portugal o decimo</i> (1380). Lisboa: Antonio Alvarez, v. 2; 28 cm. BN H.G. 2551V. BN H.G.2552 V., 1644.
XV	[XV CRAH]	Duarte Galvão. <i>Chronica do muito alto e muito esclarecido principe D. Affonso Henriques primeiro Rey de Portugal</i> (1435). Lisboa Occidental: Officina Ferreyriana, 1726. - [23], 95 [1] p.; 27 cm, 1726.
XVI	[XVI CE]	Francisco de Sá Miranda. <i>Comédia dos Estrangeiros</i> (1561).
XVII	[XVII CSFQMC]	Leonardo Saraiva Coutinho. <i>Contra si faz quem mal cuida</i> . Centro de Estudos de Teatro, <i>Teatro de Autores Portugueses do Século XVII – uma biblioteca digital</i> , 1644.
	[XVII MEVE]	Manoel Coelho Rebelo. <i>Musa entretenida de varios entremeses</i> (1658). [A]. Coimbra: Officina de Manoel Dias, 1658. [8], 248 p. 8º (15 cm).

XVIII	[XVIII MJVEPC]	Nuno Nisceno Sutil. <i>Musa jocosa de vários entremezes portugueses e castelhanos</i> (1709).
	[XVIII TCPI]	António José da Silva. <i>Theatro comico portuguez I</i> . Lisboa: Regia Officina Sylviana e da Academia Real, 1747-1761. 4 v.: il.; 8º (16 cm), 1759.
	[XVIII TCPII]	António José da Silva. <i>Theatro comico portuguez II</i> . Lisboa: Regia Officina Sylviana e da Academia Real, 1747-1761. 4 v.: il.; 8º (16 cm), 1759.
XIX	[XIX DF]	José de Alencar. <i>O demonio familiar: comedia em quatro actos</i> . Rio de Janeiro: Typografia Soares & Irmão, 1857.
	[XIX COM]	França Júnior. <i>Cahio o ministerio! Comedia original de costumes em tres actos</i> . Livraria popular de A. A. da Cruz Coutinho, Rio de Janeiro, 1883.
XX	[XX AP]	Miguel Falabella. <i>A partilha</i> (1990).
	[XX NCB]	Miguel Falabella. <i>No Coração do Brasil</i> , 1992.
Fonte: Elaborado pelo autor.		

Também esclarecemos sobre a forma de apresentação dos exemplos utilizados neste trabalho. Listamos os textos que serviram de base para a pesquisa, acompanhados de suas respectivas siglas, utilizadas nas remissões. Cada exemplo é identificado pelos seguintes elementos: o século, indicado em algarismos romanos; a abreviação do título da obra (conforme o Quadro 2); a página e o número da linha.

Com os critérios de identificação dos textos esclarecidos, passamos à revisão da literatura sobre as formas possessivas, a fim de contextualizar a análise do tema.

1.1 A distribuição das formas possessivas no Português Arcaico

Como já apontado por uma série de trabalhos, o sistema de possessivos do PA é bastante distinto do sistema do PB atual em alguns aspectos, conforme mostrado no Quadro 3.

Quadro 3. O sistema possessivo no período arcaico.

POSSUIDOR	UM	M
		A
		I
		S
		D
		E

			U		
			M		
Referência	número▶	sing.	p	s	p
			l	i	l
			.	n	.
			g		
			.		
gênero▼					
Emissor (= 1P)	m.	meu	m	n	n
			e	o	o
			u	s	s
			s	s	s
			o		o
			s		
f.			ma ~ mha	m	n
			n		n
			a	o	o
			s	s	s
			~	s	s
			m	a	a
			h	s	
			a		
			s		
			~ minha	~	
			m		
			i		
			n		
			h		
			a		
			s		
Receptor (= 2P)	m.	teu	t	v	v
			e	o	o
			u	s	s
			s	s	

		s	o
		o	s
f.	ta ~ tua	t	v v
		a	o o
		s	s s
		~	s s
		t	a a
		u	/ s
		a	
		s	
– Emissor – Receptor		sing.	
(= 3P)			p
			l
			.
m.	seu		
		s	
		e	
		u	
		s	
f.	sa ~ sua		~
		s	s
		a	u
		s	a
		s	

Fonte: Mattos e Silva (2006, p. 110; grifos nossos).

Em contraste com o paradigma dos possessivos no PB contemporâneo, no PA havia variação entre formas femininas tônicas e átonas (*ma/minha; ta/tua; sa/sua*). As formas *ma(s)*, *ta(s)*, *sa(s)* aparecem na estrutura frasal como pré-nominais – conforme (3).

- (3) [...] pella qual rezão algumas vezes hião a sua casa ter cîselho sobre o que huião de fazer, quando elle por azo de **sa** infirmidade. [XIV CRJ 10:15-16]

Considera-se, nesse contexto, que tais formas ocupam uma posição não acentuada. Para Mattos e Silva (2006, p. 110), em geral “é o nome que tem acento do grupo de força

correspondente ao sintagma nominal” (doravante SN). Em contrapartida, as demais formas, consideradas tônicas, aparecem após o nome ou o quando o nome determinado está oculto.

Por outro lado, além dos pronomes possessivos listados no Quadro 3, no PA também podia ocorrer a preposição *de* amalgamada aos pronomes de 3P *ele(s)*, *ela(s)*. Diferentemente das variedades atuais do português, essa última estratégia coexistia com o pronome possessivo *seu* (e variantes), como um tipo de estratégia de redobro, já que as formas *seu* e *dele* se referiam a um mesmo antecedente, como se vê nos exemplos (4) e (5).

- (4) A Dona Lianor Telles mulher de Dom Pedro Castro, & Dona Breatiz **sua** irmaam **delle** que auia cem liuras [...]. [XIV CRJ 92:10-11]
- (5) [...] porque toda ha terra se alçara com sua mãy ha qual cazou com D. Vermuy Paes de Trava, e depois D. Fernando Conde de Trastamara **seu** irmão **delle** lha tomou, e cazou com ele [...]. [XV CRAH 8:2-3]

No exemplo (4), *sua* e *delle* estabelecem como possuidor o mesmo referente, *Dom Pedro Castro*. No PA, que compreende o período do século XIII ao XV. Similarmente, no exemplo (5), *seu* e *delle* referem-se ao mesmo referente, *D. Vermuy Paes de Trava*.

Esse fenômeno se constitui através de um sintagma X cuja retomada se dá por um sintagma Y (Moraes de Castilho, 2013, p. 34).¹ Para a autora, o redobro se realiza por uma dada função gramatical a ser expressa por mais de um item lexical. No caso em tela acontece somente na 3P. É importante observar que *seu/sua(s)* concorda em gênero e número com o elemento possuído e não com o possuidor. Em contrapartida, *delle(a)(s)* contém tão somente informações de gênero e número em relação ao possuidor. O que muitos autores sugerem é que o uso do redobro de possessivos era uma estratégia para desfazer a ambiguidade quando havia mais um possuidor no contexto (cf. Torres Morais; Ribeiro, 2014), sendo que esse elemento não poderia ser identificado pelos traços de concordância do pronome *seu* em isolamento. Assim, em (4), o elemento possuidor poderia corresponder tanto a *Dona Lianor Telles* quanto a *Dom Pedro Castro*. Já no exemplo (5) a interpretação seria controversa caso não houvesse a presença de *delle* na frase, pois não seria possível identificar se *seu* se refere a *mãe* ou a *D. Vermuy Paes de Trava*.

Nesse contexto, essencialmente, a forma *dele* passou a ser empregada a fim de evidenciar a relação de posse com o possuidor, uma vez que o uso de *seu* não a tornava clara em diversos casos. Moraes de Castilho (2013) levanta a hipótese de que o processo de redobro

¹ Consideramos que, em adjacência, Y é um aposto de X; assim, a rigor, X é não é um constituinte, e sim o SN desprovido do aposto.

dos possessivos – tal como em “o *seu* bispado *dele* receba-o outrem” (p. 267 – grifo nosso) – é que está na base do atual uso da forma *dele* no PB (e no PE), por meio de um processo de apagamento posterior da forma *seu*.

Moraes de Castilho (2013) descreve o possessivo redobrado em um corpus de PA, constituído de textos dos séculos XIII ao XIX. Para isso, ela identifica o possessivo redobrado como sendo formado por constituintes X e Y, e observa uma tendência de passagem de uma adjacência para uma não adjacência entre X e Y. A autora descreve o constituinte X como o constituinte sintático principal de 3P incluindo um pronome possessivo que pode ser precedido por artigo ou pronome indefinido:

- (6) Costantim, [seu padre [*deles*]], reinou doze annos, e depois matou-o ãu seu vassalo a traiçom, [...]. (Moraes de Castilho, 2013, p. 261)
- (7) E veo Briaz, [ãu seu sobrinho [*de Cadualech*]], e matou o adevinho per grande arte. (Moraes de Castilho, 2013, p. 262)

Quanto à descrição do constituinte Y, há de se destacar a ocorrência da preposição, que pode ter como complemento um pronome pessoal forte ou um SN com nome comum ou próprio, antecédidos ou não de artigo definido ou pronome demonstrativo. Para ilustrar isso, além dos dois últimos, temos os exemplos (8) e (9):

- (8) El-rrei lje mandou dizer que pois aquelles baixees estavom em seu porto, que os nom quisessem tomar, ao menos por *sua honra* [d’*elle*], pois estava de presente [...]. (Moraes de Castilho, 2013, p. 263)
- (9) Esta Maria Gomes, *sa irmã* [de dona Châmoa], casou-se com dom Lourenço Viegas, o Espadeiro, e nom houverom filhos. (Moraes de Castilho, 2013, p. 264)

A partir do século XV, houve uma redução no uso de estruturas redobradas no corpus analisado pela linguista, e X e Y passaram a apresentar perda de adjacência em três situações: “(i) ocorre uma pausa entre X e Y, assinalada nos textos por uma vírgula; (ii) ocorrem expressões entre X e Y; e, finalmente, (iii) Y se move para antes de X”. (Moraes de Castilho, 2013, p. 265). Os exemplos (10), (11) e (12) apresentam, respectivamente, esses contextos:

- (10) Quando el-rei, que muito de grado escutava o que o arcibispo dizia, ouviu toda *sa vida*, *de Lançarot*, respondeu: [...]. (Moraes de Castilho, 2013, p. 270)
- (11) El outrossi mui gran sabor / de Santa Maria servir / avia, e por seu amor / *a ssa casa queria yr* / *d’Albeza*, u enton mayor / gente fazia y vñir / a Madre de Nostro Sennor / que em Bregonna foss’enton. (Moraes de Castilho, 2013, p. 271)

- (12) D’el rei dom Afonso, terceiro de Portugal, e deste nome o segundo, e *d’el rei dom Sancho, seu filho*, que se disse Capelo. (Moraes de Castilho, 2013, p. 272)

Segundo Moraes de Castilho (2013), perder a adjacência implicou reanalisar Y como adjunto, diante disso, ela motiva o desaparecimento da estrutura redobrada à separação dos constituintes. Apesar de grande detalhamento empírico a respeito do PA, o estudo de Moraes de Castilho (2013) faz uma série de assunções sobre o que teria ocorrido no período posterior (PCl e, posteriormente, PB e PE). Para ela, as formas *seu* e *dele* teriam passado por um processo de expansão em seus usos, especialmente no que diz respeito às suas propriedades gramaticais, em consonância com outras transformações ocorridas na língua ao longo do tempo. Ela propõe, sobretudo, que há diferenças significativas entre o PE e o PB contemporâneo. Partindo da hipótese de que a distribuição da forma *seu/sua* é mais ampla no PB do que no PE, a autora observa que, enquanto no PB essas formas podem se referir tanto a elementos animados quanto inanimados, no PE elas tendem a restringir-se apenas a referentes animados, o que não parece ter respaldo nos dados do PE, muito semelhantes aos do PB.

Outro aspecto de sua proposta que causa estranhamento consiste na afirmação de que o constituinte Y veio a ser reanalisado como predecessor da forma *dele* no português atual, pois para isso se deveria explicar a reversão do processo de descontinuidade sintática. No entanto, não será objetivo desta dissertação avaliar a proposta de Moraes de Castilho (2013), já que não trabalharemos sobre o período por ela estudado. Nosso objetivo é puramente reconhecer que o sistema de formas possessivas do PA era diferente em relação ao PCl, em que o redobro deixa de ocorrer, mas com a forma *dele* ainda presente.

A respeito da mudança dos usos das formas possessivas *seu* e *dele* na LP, avançamos na próxima seção sobre sua distribuição no período seguinte, o PCl.

1.2 A distribuição das formas possessivas no Português Clássico

A demarcação do início do PCl trouxe algumas reflexões sobre o quadro dos pronomes possessivos na LP. Em relação aos aspectos morfológicos da LP da época, as formas possessivas (*seu(s)*, *sua(s)*, *dele(s)*, *dela(s)*) estavam se consolidando, e o uso dessas refletia uma gramática em transição. Pode-se considerar, por falta de uma descrição sistemática do PCl até o momento, que os pronomes possessivos desse período da LP são tal como descritos nos manuais de Gramática Tradicional (doravante GT) atuais, como ilustrado no Quadro 4.

Quadro 4. Os pronomes possessivos do PCl, do PE e do PB (norma padrão).

NÚMERO	PESSOAS DO DISCURSO	PRONOMES POSSESSIVOS
Sing.	1P	meu, minha, meus, minhas
	2P	teu, tua, teus, tuas
	3P	seu, sua, seus, suas
Pl.	1P	nosso, nossa, nossos, nossas
	2P	vosso, vossa, vossos, vossas
	3P	seu, sua, seus, suas

Fonte: Adaptado de Bechara (2019, p. 183).

Já no início do PCl se observa a inserção da forma preposicionada *dele/a(s)* (sem redobro) para indicar posse em relação a uma forma de 3SG ou 3PL – conforme se nota nos exemplos (13) a (15).

- (13) Como? E tão pouco dura [o amor]_i? Cuitado de mim, que fazia fundamento **dele**_i pera toda minha vida. [XVI CE 14:3]
- (14) Prouvesse a Deos que visse já o casamento feito, o doutor entraria em fadiga_i, eu pola ventura sairia **dela**_i. [XVI CE 8:5-6]
- (15) Vivamos todos. É de louvaminhas_i? Farto-o **dela**_s_i. [XVI CE 14v:4]

Oliveira e Silva (1982) menciona que no PCl a *animacidade* seria o principal critério para diferenciar as formas *seu/dele*, sendo que até o século XVIII *dele* era usado para retomada de sintagmas com o traço [-HUMANO]; já depois dessa época, passaria a se referir a sintagmas com o traço [+HUMANO], critério esse que será analisado nesta pesquisa. De antemão, podemos apontar que neste trabalho esse fenômeno nem sempre se confirma (vide capítulo 3), tal como em (16), no qual *dele* faz referência à *senhor capitão*:

- (16) Os convidados, e amigos **dele**_i dito [senhor capitão]_i, tratá-los-á, a dita senhora igualmente [...]. [XVI CE 45v:1]

Apesar de ser semelhante ao PB e PE atuais, o PCl apresentava muito menos casos de formas marcadas com *dele*. O que aproximaria essas etapas do português, diferenciando-as do PA? Ao retomar a história dos pronomes de referência à 2P do discurso, vem à discussão o fato de que, entre os séculos XIII e XIV, as formas *tu* e *vós* eram comumente utilizadas de acordo com o grau de proximidade entre os falantes. Com o passar do tempo, mas claramente já tendo

início no PCl, as formas de tratamento foram se reconfigurando com o intuito de estabelecer formas mais respeitosas com as várias posições hierárquicas na sociedade, tais como *Vossa Mercê*, *Vossa Senhoria*, *Vossa Alteza*, *Vossa Excelência* e *Vossa Majestade*. Por ser de uso mais geral, a forma *Vossa Mercê* começou a ser empregada em outros estratos sociais mais baixos da sociedade portuguesa e, com isso, foi perdendo o caráter honorífico que outrora lhe era atribuído. Além disso, *Vossa Mercê* foi sofrendo modificações de cunho fonético e semântico no curso do tempo, no bojo do clássico *cline* de gramaticalização: *Vossa Mercê* > *Vossemecê* > *Vosmecê* > *voacê* > *você*. Passando por essas transformações e sendo amplamente difundida, a forma *você* foi inserida no quadro pronominal do PB e do PE, e seu uso acabou ficando, posteriormente, consolidado na primeira variedade (cf. Rumeu, 2004).

Considerando isso, a forma *você* é resultante de um processo de gramaticalização que se iniciou com uma forma de tratamento, hoje recategorizada como um pronome. Por se tratar de um processo gradual, não ocorre a perda da expressão nominal de tratamento, nem a adoção completa do seu uso como pronome em 2ª pessoa do singular (doravante 2SG) imediatamente. Esse processo, iniciado durante o PCl, provocou incompatibilidade entre interpretação semântica e formal, na medida em que a especificação original de 3SG ainda seja utilizada no PB, embora a interpretação semântico-discursiva seja a de 2SG. Em suma, a entrada do *você-sujeito* no sistema pronominal do PB conduziu a uma mudança no paradigma verbal, pela qual *você* e *ele/a* passam a ter os mesmos traços formais. Um reflexo dessa alteração teria sido a competição entre as formas possessivas de 3P *seu* e *dele*, objeto de estudo deste trabalho. Como já dito, no PCl, essa competição estava ainda em estágio inicial e era reflexo do uso de variadas formas de tratamento, expressas ou nulas. Vejamos:

(17) No que Vossa Alteza manda, que se pode dizer mais? [XVI CE 2:2]

(18) Se não vendo mocidade para que me aperta mais? Vossa mercê vá-se embora, repare que sou casada. [XVII MEVE 120:19-20]

Esses exemplos refletem claramente a formalidade típica dos tratamentos em 3P com vocativo explícito e concordância verbal coerente com a forma de tratamento, e não com a pessoa do discurso. Isso é típico de um estágio anterior à gramaticalização de *você*.

No tópico seguinte pretendemos trazer alguns pontos sobre os aspectos morfosintáticos e semânticos da 3P no PB atual em relação às estratégias de posse *seu* e *dele*.

1.3 A expressão das formas possessivas de 3ª pessoa no português brasileiro atual

Considerando as descrições oferecidas pela linguística moderna, o paradigma das formas possessivas no PB apresenta-se como mostrado no Quadro 5, em comparação com as formas de pronomes sujeito.

Quadro 5. O sistema possessivo no PB atual falado.

PESSOA DO DISCURSO	PRONOME SUJEITO	POSSESSIVO SIMPLES	DE-POSSESSIVO
1SG	eu	Meu	-
2SG	tu você	teu seu	-
3SG	ele, ela	Seu	dele, dela
1PL	nós a gente	Nosso	da gente
2PL	vocês	Seu	de vocês
3PL	eles, elas	Seu	deles, delas

Fonte: Adaptado de Lopes (2007).

Na 2SG, os possessivos simples *teu* e *seu* estão correlacionados aos pronomes-sujeito *tu* e *você*, respectivamente. Em relação à 3P, apresenta-se o possessivo simples original *seu* com os *de*-possessivos *dele(s)*, *dela(s)*. Pode-se observar variadas causas de ambiguidade derivadas do pronome *seu*, devido à: i) correferência ocasionada pela falta de concordância de gênero e número do possessivo de 3P sobre o antecedente possuidor (já observada desde o PA); ii) variação de *seu* em relação ao traço de pessoa, haja vista que esse pronome pode se referir à 3P (*ele/a*) e à 2P (*tu/você*). No PB, com a progressão da forma genitiva *dele*, a ambiguidade em relação à 3P pode ser resolvida pelo uso desse pronome. Diante disso, o pronome *seu* tende a ficar restrito à 2P, paralelamente ao *teu*. No entanto, há diversas maneiras de explicar esses desenvolvimentos.

Diante do que foi exposto, é essencial retomar os estudos iniciais que investigaram a distribuição das formas possessivas e os fatores responsáveis pela ambiguidade a elas associada, como fazemos a partir da próxima subseção.

1.3.1 Pesquisas iniciais sobre a distribuição das formas possessivas e a questão da ambiguidade

Seguindo uma visão mais antiga, a mudança no paradigma dos possessivos é realmente uma resposta à ambiguidade gerada pelo próprio sistema linguístico. Para minimizar a imprecisão morfológica entre referentes de 2P e 3P, abre-se espaço para o uso da forma genitiva *dele*, com significado privativo para a 3P morfológica. Como indicou Perini (1985), provavelmente o primeiro estudo sobre o tema, “a língua coloquial livrou-se da ambiguidade do pronome *seu* permitindo que a mesma se especializasse como a forma possessiva de *você*, exclusivamente” (p. 5). Com isso, ele indica que uma possível solução para evitar a ambiguidade no uso do SN possessivo *seu*, nas formas de 2SG e 3SG, é realizá-lo, unicamente, como forma possessiva *você*, isto é, de 2SG.

Para exemplificar, Perini (1985) mostra que no PB coloquial o sintagma *seu pai* indicaria apenas o pai do indivíduo designado como *você*, e não de uma 3P a quem se faz referência (*ele*). Nesse contexto, utiliza-se a forma *de + N*, indicando o *pai dele*. Em síntese, duas formas de construção possessiva são possíveis no português coloquial, para o autor:

pronome possessivo + N; e N de N. Quando o possuidor é designado por um substantivo, ou por qualquer outro sintagma nominal não pré-nominal, só é possível a construção *N de N*: *pai de Carlos, a porta da casa, a capital deste imenso país*. Mas quando o possuidor é designado por um pronome pessoal, a tabela é mista: usa-se uma construção com pronome para a primeira pessoa do singular, segunda do singular e a primeira do plural; e usa-se uma construção *N de N* nos demais casos. (Perini, 1985, p. 6)

Dessa forma, Perini (1985) propõe o que ele chama de *Princípio Um*, cuja primeira versão parece se adequar corretamente no sistema de possessivos do português coloquial. Esse princípio – apesar de não ser considerado absoluto em termos de aplicação – parte do pressuposto de que “dentro do sistema de possessivos, formas ambíguas devem ser evitadas” (Perini, 1985, p. 8).

Cabe ressaltar que não se trata de um princípio que tem como objetivo substituir completamente todos os usos dos possessivos pela construção do tipo *de + N*. Tal norma não se aplica, por exemplo, à 1P, visto que formas como **carro de mim* ou **carro de nós* são agramaticais.² Prioriza-se, com esse princípio, o uso de *seu* para a 2SG, cuja referência no quadro dos pronomes pessoais é *você*.

Diante disso, ainda propõe Perini (1985) o *Princípio Dois*, que complementa o primeiro, segundo o qual “quando um sistema é alterado para atender ao *Princípio Um*, só se admitem alterações mínimas” (Perini, 1985, p. 8). Considera-se, portanto, o *Princípio Um* como a representação dos atos comunicativos da língua, o que, compulsoriamente, faz o sistema se

² Considerando-se o PB culto falado, já que tais formas podem ser encontradas em outros contextos.

adaptar, e o *Princípio Dois* como a inércia desse sistema, que tende a resistir à mudança gramatical – propriamente dita – tanto quanto possível.

Perini (1985) percebeu, então, que as ambiguidades dos possessivos ocorriam de acordo com as pessoas gramaticais, visto que o SN que contém *seu* poderia fazer referência à 2P ou à 3P. Pensando nisso, o linguista revisa o *Princípio Um* indicando que “a ambiguidade deve ser evitada sempre que impedir a recuperação da pessoa gramatical referida” (Perini, 1985, p. 12). Em se tratando do pronome *seu*, alteraram-se apenas os casos em que havia ambiguidades. Pretendeu-se estabelecer estruturas linguísticas com as quais sejam realizadas alterações mínimas; nesse sentido, apenas os casos ambíguos foram resolvidos para evitar possíveis alterações lexicais que tornariam os casos possessivos improdutivos à língua.

A proposta de Perini (1985) recebeu, no entanto, uma réplica no mesmo ano: Kato (1985). Ela discute a abordagem gramatical subjacente à análise do linguista que se baseia em dois princípios funcionalistas operados sobre os possessivos do português que seriam favores explicativos da alteração do sistema de possessivos, conforme demonstrado nos Quadros 4 e 5.

Em contraste ao pensamento de Perini (1985) de que **de você* e **de mim* são construções agramaticais, Kato (1985) considera tais estruturas sintáticas como não ocorrentes ou pouco produtivas ao PB, o que significa que, para ela, não há problema com esses tipos de construções, sendo, diante disso, gramaticais. Kato (1985) recorda que as ambiguidades devem, sim, ser evitadas sempre que impedirem a recuperação da pessoa gramatical a que se refere o pronome. Contudo, a linguista se contrapõe à visão de Perini (1985) por compreender como excessivamente restrita a parte desse princípio que limita seu alcance a casos de ambiguidade (Kato, 1985, p. 110).

Com relação ao fato de *seu* ser mantido em apenas um de seus sentidos, no caso, não sendo substituído por **de você*, Perini (1985) ressalta que no português coloquial, por haver *eu/você/nós*, e respectivamente, as formas possessivas *meu/tu/nosso*, o *Princípio Um* não seria aplicado a esses contextos devido ao *Princípio Dois*. Em contrapartida, Kato (1985) afirma que esse argumento não explica sobre a impossibilidade de ocorrência das primeiras pessoas e **de você* em construções genitivas. Com isso, ela propõe substituir os Princípios funcionais por regras lexicais (doravante RLs), sendo que a RL1 ilustra o quadro pronominal do português padrão; enquanto a RL2, o do português coloquial:

Quadro 6. Apresentação de regras lexicais de redundância.

Regra	Exemplos
Lexical	

RL1	<i>+Pro reto + Pro possessivo</i>	Você trouxe <i>seu</i> livro.
	Esta regra indica que, para todos os pronomes retos (sujeito), existe um pronome possessivo correspondente.	Ele esqueceu <i>seu</i> casaco.
RL2	<i>+Pro reto, - (N + de + __) + Pro possessivo</i>	Você trouxe o livro
	Esta regra indica que, para todo item lexical marcado como pronome reto, com restrição distribucional para o contexto genitivo, haverá um pronome possessivo correspondente.	* <i>de você</i> . Ele esqueceu o casaco <i>dele</i> .

Fonte: Adaptado de Kato (1985, p. 114).

Assim, em RL₁, mostra-se que há, para todos os itens, um pronome possessivo correspondente; em contraste, RL₂ apresenta a restrição distribucional para os casos genitivos. Diante desse cenário, estabelece-se uma distribuição complementar entre as estruturas genitivas e os pronomes possessivos sem, contudo, ter necessariamente que propor um princípio que norteie essa distribuição. Nesse sentido, a fim de dialogar com o trabalho de Perini (1985), a linguista propõe o *Princípio Três* – em complementariedade ao *Princípio Um*, do texto citado – cuja premissa é evitar usar formas diferentes para uma mesma função. Para ela, “não teríamos gramáticas diferentes para o uso do português padrão e o português coloquial, mas apenas usos diferentes dos componentes de uma única gramática” (Kato, 1985, p. 115). Por fim, ela conclui que o uso do pronome possessivo *seu*, na 2SG, não provoca ambiguidade em termos de referência, no entanto, deixa vago o nível de intimidade dos interlocutores.

Kato (1985) ainda se debruça sobre outra questão que havia sido discutida por Perini: por que a forma *seu* para a 2SG foi mantida por mais tempo em comparação com as formas de 3SG, 2ª pessoa do plural (doravante 2PL) e 3PL. Em face desse problema, ela propõe o *Princípio Quatro*, isto é, o Princípio da Empatia, cuja preconização ocorre em função das pessoas do discurso, sendo consideradas, em graus de hierarquia, mais empáticas³ as primeiras pessoas do discurso e menos empáticas as de 3P. De acordo com Kato (1985, p. 118):

[...] entre a 2ª pessoa e 3ª pessoa é óbvio que empatizamos mais com a segunda. Logo, vou escolher o possessivo para a segunda porque isso assegura que a referência à 2ª pessoa anteceda a referência ao objeto possuído. Resta, portanto, a construção

³ Na abordagem funcionalista da linguagem, a empatia se refere à capacidade do falante de ajustar sua perspectiva para alinhar-se à do interlocutor, escolhendo estruturas linguísticas que promovam identificação e envolvimento mútuos. Esse alinhamento facilita a compreensão e a eficácia comunicativa, permitindo que o falante adapte sua linguagem para refletir a perspectiva do ouvinte, promovendo uma comunicação mais colaborativa (cf. Halliday, 1994).

genitiva, que é pós-nominal, para a referência à terceira pessoa seja do singular seja do plural. (Kato, 1985, p. 118)

Diante do que foi exposto, percebe-se que Kato (1985) se contrapõe à abordagem de Perini (1985). Discutindo a língua em uso, ela acredita que os princípios linguísticos não deveriam fazer distinção entre o português padrão e o português coloquial, mas que essas variedades se diferenciam apenas no plano lexical.

Traremos, agora, a contribuição de Almeida (1993), que classifica os sintagmas antecedentes ao pronome possessivo a partir de um critério semântico: o tipo denotativo que possuíam em um determinado contexto. Assim, ela classifica os SNs antecedentes do possessivo em três tipos: i) o SN específico; ii) o SN não específico; iii) o SN genérico. O primeiro engloba nomes próprios e SNs que possam ser definidos ou não, mas que contenham uma referência específica. O segundo abarca SNs definidos e indefinidos sem que haja uma referência específica. O último se direciona a SNs que têm como base uma classe, isto é, não um ou mais indivíduos ou entidades específicas. Vejamos, na ordem apresentada, os três exemplos extraídos das peças que compõem o corpus desta pesquisa.

- (19) Mamãe nunca perdoou a família do Rubinho_i. O pai dele_i, então, ela tinha horror! [XX AP 13:3]
- (20) Mas é no seio de sua_i família, ao lado de seu_i irmão, sob o olhar protetor de sua_i mãe, que [uma moça]_i deve receber o amor puro e casto daquele que ela tiver escolhido. [XIX DF 85:17-20]
- (21) [...] autor_i diz aquilo que é seu da sua_i cachola. [XVIII MJVEPC 24:17]

Os resultados obtidos a partir dos estudos de Almeida (1993) baseado em corpus mostraram que os SNs específicos foram quase sempre retomados pela forma *dele*, representando 76%, e os SNs genéricos representaram 94% das ocorrências com a forma *seu*. Quanto aos resultados dos SNs não específicos, a distribuição foi relativamente equilibrada: 54% para o uso de *dele* e 46% para *seu*. Isso pode indicar que seja preciso existir uma classificação semântica mais precisa para obter resultados mais profícuos à língua. Uma observação importante trazida por Negrão e Müller (1996, p. 144), texto detalhado mais à frente, foi a de que “sempre que o antecedente é um SN quantificado, a forma possessiva escolhida para retomá-lo é a forma *seu*”.

Essas constatações iniciais evidenciam a relevância dos fatores semânticos na escolha das formas possessivas, ao mesmo tempo em que revelam limitações em abordagens que não integram de forma mais ampla os dados empíricos. Assim, torna-se necessário considerar

investigações que aliam análises quantitativas e qualitativas, com o intuito de refinar as classificações e ampliar a compreensão sobre os mecanismos que regem o uso dessas formas na língua. É nesse contexto que se insere a próxima subseção, dedicada às pesquisas que conciliam dados quantitativos e aspectos semânticos na descrição e análise das formas possessivas.

1.3.2 Abordagens quantitativas e semânticas na análise das formas possessivas

Cerqueira (1996) trata da colocação dos pronomes possessivos que podem aparecer antes ou depois do nome. Considerando os dois paradigmas – escrito e falado – da distribuição dos possessivos em português, percebe-se que o SN possessivo na língua padrão conduz a uma dupla possibilidade para indicar posse das 2PL e 3PL por meio do pronome *seu*, enquanto o português popular varia entre *seu/teu* na 2SG e *de vocês* na 2PL, e entre *dele* e *deles* na 2SG e 3PL, respectivamente. Dito isso, há que se tratar da posição na qual o pronome se organiza sintaticamente. No português padrão, o SN do pronome possessivo *seu* pode ocupar a posição pré- ou pós-nominal, conforme se vê nos exemplos (22) e (23), respectivamente:

- (22) Mui grande, que ouvi há um ano dizer que se um mudo ouvira fora [*o seu* desejo] tanto de responder, que estourara. [XVIII MJVEPC 18:15-18]
- (23) Aquele dom abade tio de Lucrécia religioso como eles soíam de ser, tanto lhe deixou do seu, que Betrando a pode casar sem lhe custar nada, é mais com tal ajuda de Deos como é [parecer *seu*], e o sisó. [XVI CE 7v:7-8]

Para a língua coloquial, dois grupos devem ser indicados: o primeiro deles se refere à 2SG *seu/teu* a partir do português padrão; o segundo se refere à 2SG e à 3P referencial, cujas ocorrências pronominais possessivas *de vocês/dele(s)* acontecem após o nome. Cerqueira (1996, p. 4) explica que “o possessivo na posição pré-nominal indica uma relação de posse (entendida aqui como qualquer relação envolvida pelo item possessivo) entre dois conjuntos, de um lado o conjunto de possuidores e de outro o conjunto dos possuídos”. Por exemplo, em construções como “*Seu* caderno caiu na poça d’água”, há uma clara associação entre o possuidor e o objeto possuído. Além disso, o linguista expressa que “na posição pós-nominal não contrastiva, o conjunto denotado pelo possessivo é maior do que o conjunto denotado pelo sintagma nominal inteiro” (p. 5). Isso pode ser observado em enunciados como “O amigo *seu*

foi embora”, em que o possessivo assume uma função mais vaga, ou em estruturas como “A casa *deles* está em reforma”, em que a marcação de posse se dá de forma mais explícita.

Outro trabalho importante para a descrição e análise das formas possessivas no PB atual é o de Negrão e Müller (1996), que levantaram a hipótese de que as mudanças no curso do PB referentes à distribuição das formas possessivas de 3SG – *seu* e *dele* – não poderiam ser vistas como uma substituição completa de uma forma pela outra (como os trabalhos iniciais mencionados na seção anterior faziam crer) e sim como um caso de coexistência das duas. A pesquisa das linguistas toma como base o resultado da pesquisa de Almeida (1993), sendo a forma possessiva *seu* utilizada em 46% do corpus, e em 54%, a forma *dele*. Na época, essa investigação mostrou que as formas *seu(s)/sua(s)* em 3P não tinham sido substituídas pelas formas *dele(s)/dela(s)* no PB. O trabalho de Negrão e Müller (1996, p. 146) apresentou, a partir de dados empíricos, a proposta de que ocorria uma especialização das formas possessivas de 3P. Nesse contexto, *seu* seria a forma lexical escolhida para funcionar como variável ligada; e *dele*, a forma escolhida para expressar correferência. A título de exemplificação apresentamos, em (24) e (25), evidências do uso de *seu* e *dele* no contexto apontado pelas autoras, nas obras *A partilha* e *No Coração do Brasil*, de Miguel Falabella, do século XX:

(24) Nós somos mulheres adultas, irmãs, temos um objetivo claro: vamos dividir o que tem que ser dividido, vender o que tem que ser vendido e [cada uma]_i segue o seu_i caminho. [XX AP 12:20-21]

(25) O Nilson_i disse que a coroa de espinhos tá machucando a cabeça dele_i. [XX NCB 32:19]

Em (24), o caráter de variável ligada de *seu* se relaciona com a falta de uma interpretação precisa de seu referente. No caso, o elemento que liga ou vincula a variável é o sintagma quantificado *cada uma*.

No que tange à relação entre o tipo do SN antecedente e a escolha de uma das formas, Müller (1997a) examina os corpora de língua oral sobre a alternância entre *seu* e *dele* no PB. A autora discute o possível desaparecimento da forma *seu* para a 3P considerando a hipótese de sua especialização quanto à recuperação de SNs não referenciais. Ela utiliza o corpus analisado para a pesquisa de Almeida (1993) que se compõe de doze inquéritos, gravados na década de 1970, do Projeto de Estudo da Norma Linguística Urbana Culta do Brasil (Projeto NURC), feitas em São Paulo. A autora expõe dois tipos de proposta para análise, um voltado à teoria funcionalista e o outro ao gerativismo. Para a primeira corrente, a substituição de *seu(s)/sua(s)* por *dele(s)/dela(s)* se deve ao fato de que no decurso do tempo foi preciso evitar a ambiguidade da forma *seu*, que pode afetar a retomada da pessoa do antecedente, o gênero e o número desse.

De acordo com a segunda visão, a substituição seria motivada pelo enfraquecimento geral da concordância do PB.

Além disso, trata em sua tese sobre a relação anafórica entre as formas possessivas *seu/dele* e seus antecedentes; a relação entre o SN possessivo e os argumentos genitivos desse sintagma; e as diferentes funções sintáticas e semânticas do pronome possessivo conforme a sua posição no SN. Nesse cenário, os estudos examinados por Müller (1997a) não permitem afirmar que, na língua oral, houvesse um desaparecimento da forma *seu* em 3SG, ou mesmo em vias de ocorrer. Em contrapartida, ela aponta que há uma especialização, como mencionado anteriormente, no campo semântico. Cabe destacar, contudo, que Müller não apresenta as causas para a ocorrência do fenômeno da especialização, mas a ela parece que não houve o enfraquecimento do que Cerqueira (1996) denomina como a concordância de pessoa no SN, na medida em que “uma relação abstrata de concordância de pessoa entre o pronome possessivo e o núcleo nominal nunca foi morfológica nem estruturalmente marcada no português brasileiro” (Müller, 1997b, p. 102). Portanto, de acordo com Müller (1997a), a relação entre o tipo semântico do SN antecedente afeta a escolha das formas possessivas *seu* e *dele*, sendo que esta última é uma anáfora, e aquela uma variável ligada. Diante disso, é possível discutir e fundamentar a hipótese de que a especialização do uso desses pronomes ocorre no campo da referencialidade.

Müller (1997b), em sua tese seminal sobre as formas *seu* e *dele* no PB, discute, a partir de uma perspectiva formal, como as formas possessivas do PB poderiam se adequar à Teoria de Ligação proposta na gramática gerativa. Em um primeiro momento, considera a proposta de Raposo (1992), segundo a qual ambas as formas possessivas no português seriam examinadas com o traço [+pronominal] e, portanto, obedecendo ao Princípio B da Teoria da Ligação, segundo o qual o elemento deve ser livre em sua categoria mínima de regência, que por sua vez depende da noção de Complexo Funcional Completo (CFC), conceito que inclui um domínio sintático com um sujeito gramatical. Assim, na frase “O linguista ama o seu ofício”, o CFC que abarca *seu* seria o SN *o seu ofício*, estando ligado fora desse domínio a expressão referencial *o linguista*; *seu* é considerado o sujeito no domínio nominal.

Após tentar aplicar esses conceitos da teoria gerativa ao caso das formas possessivas do PB, Müller (1997b) considera essa caracterização como muito simplória e inexata, pois se fosse mesmo uma forma pronominal, *seu* poderia estar ligado discursivamente a uma expressão referencial em outra frase. Não se pode considerar que se trata tampouco de forma reflexiva, pois também é possível a ligação a longa distância, por exemplo, em “O linguista_i quer *que os outros amem o seu_i ofício*”. Portanto, *seu*, nesse caso, seria uma variável livre, porque o

pronome não possui uma referência fixa ou claramente definida no contexto imediato. Sendo assim, o termo *seu* pode se referir ao *linguista* ou aos *outros*, dependendo de como interpretamos a sentença. Se o *seu* for interpretado como se referindo ao *linguista*, significa que ele quer que os outros amem o ofício dele (o ofício do linguista). Em contrapartida, se for interpretado como se referindo aos *outros*, então significa que o linguista quer que os outros amem o ofício deles (o ofício dos outros). Portanto, o fato de não haver uma referência exclusiva e imediata ao qual *seu* se refere faz com que seja uma variável livre: uma palavra cujo valor (ou referência) não está restrito ou determinado dentro do contexto da frase. Logo, depende do contexto mais amplo para sua interpretação.

Os antecedentes de *seu*, tanto quantificados quanto genéricos, agem como operadores que são movidos em Forma Lógica⁴ por uma regra de alçamento. Isso ocorre porque há uma relação de c-comando⁵ entre o SN antecedente e a forma pronominal que o retoma. Dado isso, é possível dizer que uma anáfora ligada independe do tipo de antecedente, que pode emergir de uma expressão referencial ou quantificada. Müller (1997b) traz os seguintes exemplos:

(26) Só Sofia_i votou em seu_i pai. (Müller, 1997b, p. 47)

(27) Até Linda_i está cansada de seu_i marido. (Müller, 1997b, p. 47)

Em contraponto à instabilidade da forma *seu*, cabe ressaltar a não ambiguidade da forma *dele*. Para comentar sobre essa forma, é preciso mencionar que o pronome *ele* pode ser usado como sujeito e complemento de preposição no português padrão, e como objeto direto no PB coloquial (incluindo formas reflexivas), o que amplia seu potencial de uso.

1.3.3 Investigações sociolinguísticas sobre o uso de *seu* e *dele*

Em pesquisas mais recentes, Lopes e Guedes (2020) verificaram, por meio dos resultados de um experimento aplicado no Rio de Janeiro, se a alternância entre os pronomes *seu* e *dele* se tratava de um caso de substituição ou especialização dessas formas. Como hipótese norteadora, as autoras partem da ideia de que a escolha entre *seu* e *dele* seria determinada pelos traços semânticos do referente possuidor, haja vista que aspectos como a natureza (específica

⁴ Trata-se de um nível sintático em que as sentenças recebem interpretação semântica, permitindo a movimentação de operadores e quantificadores para garantir a correta atribuição de escopo.

⁵ Trata-se de uma relação estrutural entre constituintes de uma sentença, essencial para determinar possibilidades de correferência. Há, portanto, uma relação hierárquica que regula, entre outros fenômenos, a distribuição de pronomes e anáforas.

ou genérica) e a animacidade (humano ou inanimado) se mostraram relevantes na escolha entre os dois pronomes em outros trabalhos sobre o tema, incluindo os já mencionados neste capítulo. A partir dessa hipótese, levantaram-se alguns resultados. Quanto aos grupos de fatores *natureza do possuidor* e *animacidade do possuidor*, estes apontaram-se como favorecedores a regra variável entre *seu* e *dele*. Nesse contexto, *seu* é favorecido quando o referente é genérico e/ou inanimado, e *dele* quando o referente é específico e/ou humano, confirmando resultados de trabalhos anteriores.

Dito isso, algumas questões foram levantadas:

- (i) O pronome *seu*, tendo como referência um possuidor inanimado e genérico, será mais produtivo, diferentemente de quando se referir a um possuidor humano e específico?
- (ii) O pronome *dele*, tendo como referência um possuidor humano e específico, será mais produtivo, diferentemente de quando se referir a um possuidor inanimado e genérico?
- (iii) Havendo um possuidor humano, com alternância nos aspectos genérico ou específico, *dele* será mais produtivo se o possuidor for específico e *seu* se for genérico?
- (iv) Havendo um possuidor inanimado, com alternância nos aspectos genérico ou específico, *seu* será mais produtivo se o possuidor for genérico e *dele* se for específico?

Os resultados obtidos, em relação aos falantes do Rio de Janeiro, apresentaram certo grau de incerteza para afirmar que ocorra de fato a substituição, a exclusão ou a especialização das formas possessivas de 3P. A comunidade de fala persiste em conservar formas concorrentes no PB. Assim, observou-se que, a partir dos dados reais examinados, ainda há evidência de que *seu* é produtivo na 3P.

Freitag e Siqueira (2020) ressaltam que o PB está em processo de variação, não sendo adequada a representação de um paradigma de possessivos único nas gramáticas. Eles indicam que a forma *seu* em alguns contextos continua sendo produtiva, não corroborando tal situação para a 3P do PB contemporâneo. Os autores examinaram uma amostra contendo a fala de universitários, encontrando a mesma distribuição do NURC utilizado por Müller (1997b), isto é, obtendo o resultado de que *seu* atua como variante presa e *dele* expressa correferência.

Vale ressaltar, ainda, o estudo de Guedes e Oliveira (2023), que investiga a variação entre as formas possessivas de 3P no PB, analisando a influência do *tipo semântico de posse* no processamento linguístico. Para isso, foi conduzido um experimento de leitura automonitorada,

comparando dois cenários: um mais prototípico (possuidor humano e objeto possuído concreto e alienável) e outro menos prototípico (possuidor inanimado e objeto possuído concreto e alienável). Os autores fundamentam sua análise na concepção de Heine (1997), que estabelece sete noções de posse: posse permanente, posse física, posse temporária, posse inalienável, posse abstrata, posse inalienável inanimada e posse alienável inanimada. Entre essas, a posse permanente é considerada a mais prototípica, pois atende positivamente a todas as cinco propriedades definidoras e está associada à ideia de propriedade legal, característica das sociedades ocidentais.

A posse inalienável, segundo Heine (1997), ocorre quando a entidade possuída é logicamente inseparável do possuidor, como partes do corpo (*o braço dele*) e relações de parentesco (*o irmão dela*), justificando a denominação “inalienável”. Em contraste, a posse alienável se refere a bens que podem ser transferidos entre possuidores, abrangendo, sobretudo, propriedades e objetos materiais que podem ser comprados, vendidos ou doados. Outra noção de posse, situada em um espectro mais distante da posse prototípica, inclui a posse abstrata, que se caracteriza pela ausência de uma entidade tangível. Nesse caso, o possuído corresponde a conceitos intangíveis, como sentimentos (*a tristeza dele*), doenças (*a febre dela*) e estados psicológicos (*a memória deles*).

Os resultados indicam que a variação entre *seu* e *dele* está relacionada à prototipicidade da posse. Em contextos de posse mais prototípica, com possuidores humanos, a forma *dele* é preferida por salientar cognitivamente o possuidor. Já em posses menos prototípicas, envolvendo possuidores inanimados, prevalece o uso de *seu*, que não destaca essa entidade. Experimentalmente, enunciados com *dele* são processados mais rapidamente em contextos prototípicos, enquanto *seu* apresenta menor tempo de processamento em contextos menos prototípicos. A título de exemplificação, temos:

(28) [O funcionário]_i saiu e deixou o cartão dele_i em casa. (Guedes e Oliveira, 2023, p. 40)

(29) [O automóvel]_i bateu e perdeu o seu_i pneu na pista. (Guedes e Oliveira, 2023, p. 40)

Em se tratando do critério *definitude do possuidor*, Oliveira e Silva (1996) afirma que *seu* é favorecido quando há genericidade do possuidor; em contraste, *dele* tende a ocorrer com possuidor específico. Esse resultado foi possível devido ao seu estudo que comparou *corpora* antigos e atuais, em que nas duas épocas os resultados apontem para a inibição de *dele* para contextos mais genéricos. A autora observa que o uso da forma *seu* para a 3P na língua oral está quase extinto, sendo preservado apenas em contextos de possuidores genéricos, nos quais *seu*

é empregado para a 2P em termos semânticos. Além disso, Oliveira e Silva (1996) explora o tema a partir do *grau de ambiguidade* da forma *seu*, analisando esse tópico sob três aspectos: casos não ambíguos, pouco ambíguos e muito ambíguos. Quanto à realização da forma *dele*, predominam-se os casos em que o referente parece muito ambíguo, ao passo que na linguagem escrita seu uso é bastante reduzido.

1.4 Síntese do capítulo

Neste capítulo, examinamos a trajetória e o uso das formas possessivas *seu* e *dele* no PB, com base em estudos de Müller (1997b), Lopes e Guedes (2020) e Freitag e Siqueira (2020). A análise abrangeu desde a relação dessas formas com a gramática até sua distribuição histórica e fatores que influenciam sua alternância no PB contemporâneo. Em relação a essas principais abordagens, observamos:

- (i) Müller (1997b): A autora investiga a adequação das formas possessivas à Teoria de Ligação da gramática gerativa, concluindo que *seu* funciona como uma variável livre, enquanto *dele* expressa correferência;
- (ii) Lopes e Guedes (2020): As autoras analisam se a alternância entre *seu* e *dele* reflete uma substituição ou especialização funcional. Identificam que *seu* é favorecido para referentes genéricos e inanimados, enquanto *dele* ocorre com referentes específicos e humanos;
- (iii) Freitag e Siqueira (2020): A pesquisa explora a variação das formas possessivas no PB contemporâneo, constatando que *seu* continua produtivo, enquanto *dele* se consolida como forma de correferência.

Levando em consideração a distribuição histórica:

- (i) No PA, as formas tônicas e átonas coexistem, frequentemente aparecendo juntas na mesma sentença;
- (ii) No PCI, a forma preposicionada *dele* se estabelece sem redobro, consolidando o sistema possessivo com *seu(s)*, *sua(s)*, *dele(s)* e *dela(s)*;
- (iii) No PE e no PB atual, o sistema se organiza em dois padrões principais: pronomes possessivos simples *seu(s)*, *sua(s)* e formas genitivas com preposição de associada à 3P *dele(s)*, *dela(s)*.

Essa síntese evidenciou a complexidade e a evolução das formas possessivas no português, destacando as mudanças estruturais e os fatores que influenciam a escolha entre *seu* e *dele* ao longo do período antigo ou contemporâneo.

Além do observado quanto à mudança, tendo como referência os estudos feitos sobre a variação entre as formas possessivas, buscaremos identificar quais são os fatores que determinam a seleção de cada uma dessas formas no período entre o século XVI e o século XX do PCl ao PB, considerando os seguintes critérios possíveis:

- (i) Do ponto de vista semântico, pressupomos que elementos como definitude, animacidade, natureza semântica do possuidor, grau de ambiguidade, tipo de posse e a relação entre SN possuidor e possuído possam estar associados à mudança de *seu* para *dele* na 3P;
- (ii) No âmbito morfossintático, consideramos que a localização do referente possuidor, a posição do possessivo em relação ao SN e sua função gramatical possam estar associadas à mudança de *seu* para *dele* na 3P.

Com base nesses aspectos, estruturamos os grupos de fatores para a análise quantitativa.

CAPÍTULO 2. PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Neste capítulo, exploraremos os pressupostos teórico-metodológicos que fundamentam a investigação sobre a variação e mudança relacionados ao uso das formas possessivas *seu* e *dele* na LP. Para isso, abordaremos inicialmente sobre a Teoria da Variação e Mudança Linguística, que fornece as bases para compreender como as línguas evoluem em sistemas dinâmicos influenciados por fatores sociais e estruturais. Em seguida, apresentaremos a metodologia adotada para a análise dos dados. Destacamos nossa busca por rigor estatístico na interpretação dos fenômenos linguísticos, assegurando que as observações sejam embasadas em padrões consistentes de uso.

A coleta de dados será baseada em um corpus composto por textos de dramaturgia do século XVI ao XX, possibilitando uma análise diacrônica das mudanças linguísticas. Discutiremos as variáveis linguísticas selecionadas, os critérios de amostragem e a representatividade dos textos escolhidos, garantindo que o estudo abranja um panorama significativo da variação do fenômeno. Além disso, abordaremos conceitos fundamentais da Sociolinguística, como variedade, variação, variável e variante, essenciais para a compreensão do processo de mudança analisado.

Por fim, refletiremos sobre a interdependência entre variação e mudança linguística, evidenciando como esses processos se influenciam mutuamente dentro de contextos sociais específicos. Este capítulo estabelecerá uma base sólida para as análises subsequentes, contribuindo para uma compreensão mais profunda da evolução das formas possessivas no português.

2.1 A Teoria da Variação e Mudança Linguística

Os pressupostos teórico-metodológicos desta pesquisa sobre a transição do pronome possessivo *seu* para *dele* no português consideram a teoria da Variação e Mudança Linguística, segundo a qual as variações e mudanças linguísticas são originadas a partir de reformulações originadas no interior de um sistema cuja heterogeneidade persiste independentemente do tempo (cf. Weinreich; Labov; Herzog, 2006[1968]). Pensando nesse comportamento da língua juntamente à sua estrutura, é possível concebê-la como um fenômeno que ocorre dentro de um contexto social específico.

A Sociolinguística é a área da Linguística que tem interesse de estudar a variação e mudança linguística por intermédio de um tratamento estatístico de dados coletados de falantes reais de um determinado grupo social. Os estudos sociolinguísticos examinam o uso real – e, portanto, vernacular da língua – a partir de contextos específicos do discurso. O desempenho evidencia fatores estruturais da língua que se relacionam a aspectos sociais, o que requer certos cuidados com a coleta e organização dos dados:

Se a análise diacrônica implica a reconstrução de uma ou de diversas sincronias, coloca-se o problema quantitativo e qualitativo de constituição de uma amostra e de seleção dos objetos a serem tomados como ponto de referência. Quantos e quais textos vamos utilizar para depreender as possíveis mudanças? Como avaliar a representatividade de um texto em relação a um certo recorte do tempo? Até que ponto o fenômeno específico em estudo requer a análise de corpora específicos? São questões com que se defrontam inevitavelmente os sociolinguistas e os pesquisadores da diacronia (Paiva; Duarte, 2004, p. 184).

A partir dessa visão, é possível afirmar que a língua consiste num sistema com heterogeneidade ordenada, movido por fatores linguísticos e extralinguísticos (Weinreich; Labov; Herzog, 2006[1968]). Nesse sentido, é possível refletir sobre a relação entre sociolinguística, variação e mudança linguística, na medida em que essas manifestações atuam concomitantemente.

Alguns conceitos básicos para a Sociolinguística são:

- (i) Uma variedade é percebida como a fala característica de grupos sociais específicos por parâmetros diversos, por exemplo, de classe social ou de traços regionais;
- (ii) A variação, fenômeno inerente às línguas, é compreendida como requisito ou condição do sistema linguístico que em certo momento sócio-histórico explora duas formas com o mesmo valor referencial no mesmo contexto. A variação pode acontecer em diferentes níveis da gramática, tais como, fonológico, morfológico, sintático, lexical e discursivo;
- (iii) “Variável” é o fenômeno em variação e, de acordo com Labov (1972), apresenta os seguintes requisitos: a) a definição precisa do número de variantes; b) a identificação dos diversos contextos em que essa variação se manifesta; c) a criação de um índice quantitativo que permita medir os valores das variantes;
- (iv) “Variante” é a forma específica para representar uma determinada expressão variável, e pode ser classificada quanto a parâmetros como padrão, mais formal/conservadora, e não padrão, mais informal/inovadora.

Adaptando esses conceitos para o objeto de estudo desta pesquisa, que examina as formas possessivas *seu* e *dele* do PCl ao PB atual, a variedade linguística corresponde ora ao PCl, ora ao PB, que representam sistemas (gramáticas) distintos da LP utilizadas em diferentes períodos e contextos. Já a variação linguística se refere à escolha das formas variantes em cada sincronia, sendo que o processo de variação pode eventualmente resultar em um processo de mudança. A variável analisada é o uso das formas possessivas de 3P, ou seja, a escolha entre *seu* e *dele* para expressar posse. Por último, as variantes são as diferentes formas disponíveis para expressar posse, sendo *seu* a forma conservadora e *dele* a forma inovadora. Essas variantes coexistem e são empregadas conforme os diferentes contextos linguísticos. Portanto, para examinar a língua sob uma abordagem sociolinguística, é fundamental levar em conta a relação entre a fala e a sociedade por meio de uma determinada variedade linguística. Isso possibilita a compreensão da “variável” em estudo e dos fatores que orientam a escolha entre diferentes variantes, permitindo, assim, a sistematização do processo de “variação linguística”.

Esse modelo é também conhecido como Sociolinguística Quantitativa, pois permite lidar com o tratamento estatístico de dados coletados. Criado por Labov (1972), trata-se de uma visão social da linguagem a partir das variantes linguísticas e suas probabilidades de uso. Labov “o propôs como uma reação à ausência do componente social no modelo gerativo” (Tarallo, 1994, p. 7), com a intenção de resgatar o entendimento de que a língua e a sociedade são inseparáveis, aspirando a compreender quais são os principais fatores condicionantes que, porventura, possam motivar a variação linguística. Reconhecer como as formas variantes de uma variável competem para expressar um significado é crucial para identificar os condicionadores linguísticos que moldam o foco de uma análise sociolinguística. Para isso, a análise estatística de um fenômeno variável requer um estudo sociolinguístico que se pretenda calcular o peso ou influência de cada fator, os linguísticos e os socioculturais, na ocorrência de determinada variação em um dado momento, ou ao longo do tempo (Weinreich; Labov; Herzog, 2006[1968]).

Dito isso, a Teoria da Variação e Mudança laboviana tem como finalidade o estudo das variações linguísticas, as suas estruturas e a sua evolução no contexto social de determinada comunidade. A Sociolinguística Variacionista enfatiza a noção de heterogeneidade e a mudança da língua com o curso do tempo. Esse modelo se ocupa sobretudo das variações sistemáticas da língua falada consideradas como variantes linguísticas, sendo seu conjunto tido como a variável linguística. Segundo Labov (1972), dois enunciados que se referem ao mesmo estado de coisas com o mesmo valor de verdade se constituem como variantes de uma mesma variável.

A pesquisa sociolinguística apura se há tendência de mudança, podendo utilizar alguns instrumentos para essa análise. Neste trabalho, nos utilizamos de uma pesquisa baseada em corpus de textos da dramaturgia que percorrem do século XVI ao XX, buscando responder como determinado traço se encaixa no sistema linguístico e social. No caso do encaixamento linguístico, a falta de uma teoria linguística impede alcançar respostas para o exame das amostras do corpus. Portanto, a Sociolinguística Variacionista busca explicar a heterogeneidade da língua, por meio da análise de fatores internos e externos ao sistema linguístico, pois ela “parte do pressuposto de que toda variação é motivada, isto é, controlada por fatores de maneira tal que a heterogeneidade se delinea sistemática e previsível” (Mollica, 2004, p. 10).

Seguimos, como metodologia para este estudo, cinco etapas fundamentais para a realização de um estudo sistemático da variação linguística: (i) o levantamento das ocorrências das formas variantes em uma amostra de dados; (ii) a descrição minuciosa e organizada da variável linguística; (iii) a análise de possíveis fatores que afetam o uso de cada uma das formas variantes; (iv) o encaixamento da variável no sistema linguístico e social dos grupos estudados; (v) a projeção histórica da variável nesse sistema (cf. Tarallo, 1994). Esses ciclos organizam a pesquisa para que se torne possível identificar, analisar e interpretar as variações observadas em diferentes contextos linguísticos.

Na perspectiva da Sociolinguística Variacionista, reitera-se que a estratégia utilizada nesta dissertação consiste na *mudança em tempo real*, na medida em que essa serve para apresentar evidências das ocorrências de mudança linguística em períodos distintos da língua. A partir disso, é imprescindível concretizar os estudos quantitativos à luz da Sociolinguística Variacionista por intermédio de um rastreamento do processo histórico que expressa dado fenômeno linguístico ao longo do tempo, o que possibilita, então, verificar se há aumento de uso da forma variante inovadora *dele* no PB.

Considerando a contextualização desses pressupostos teórico-metodológicos, indicaremos, agora, o contexto da mudança linguística de forma mais detalhada, sob o viés do funcionalismo linguístico. Assim, passamos ao próximo tópico, cuja função é apresentar os aspectos teórico-metodológicos que atravessam a perspectiva funcionalista da língua.

2.2 O funcionalismo linguístico

No entendimento de que a Sociolinguística pode ser associada a teorias linguísticas que forneçam hipóteses explicativas mais profundas, isto é, que ofereçam generalizações sobre o

funcionamento das línguas, adotamos a teoria funcionalista, que investiga a relação entre a estrutura gramatical das línguas e os diversos contextos comunicativos em que são empregadas.

Para essa corrente linguística, a linguagem deve ser estudada a partir da interação social, por isso, busca na situação comunicativa a motivação para os fatos da língua. Em outras palavras, a abordagem funcionalista concebe a língua como instrumento de comunicação, portanto, não sendo possível considerá-la como entidade autônoma e independente. Portanto, aspectos pragmáticos e discursivos ganham atenção especial, como o propósito do ato de fala, os seus participantes e o seu contexto discursivo.

Na concepção funcionalista, os enunciados e os textos se relacionam às funções desempenhadas por eles na comunicação interpessoal. Diante disso, o funcionalismo, conforme Furtado da Cunha (2012, p. 158), considera que: a) a língua desempenha funções que são externas ao sistema linguístico em si; b) as funções externas influenciam a organização interna do sistema linguístico. Portanto, sob essa ótica, os estudos da língua se constituem a partir do comportamento social, o que reflete a adaptação de termos expressos por falantes em contextos comunicativos diversos, evidenciando, com isso, um processo de variação, ou até mesmo de mudança linguística.

O modelo teórico funcionalista adotado neste trabalho é o funcionalismo clássico, que se desenvolveu na esteira do estruturalismo (Jakobson, 1967; Martinet, 1971). Esse corpo teórico, ainda relativamente unificado e anterior à formação das teorias que reagiram à gramática gerativa, busca entender a estrutura linguística a partir das funções que a linguagem desempenha na comunicação. Segundo essa visão, a linguagem não é apenas uma estrutura isolada, mas um sistema que se adapta às necessidades comunicativas dos falantes. Assim, a proposta é incorporar a semântica e a pragmática à análise sintática, cabendo desenvolver a pesquisa no campo epistemológico, o qual repercute a progressiva reflexão sobre o papel da mudança gramatical pela inter-relação entre dois níveis de análise, sendo eles o sintático e o semântico. As explicações para as mudanças de ordem sintática costumam ocorrer, muitas vezes, por meio de motivações internas – orientadas por critérios de eficiência comunicativa – e externas. Especificamente em relação ao estudo em análise, isso pode ser explicitado quanto à necessidade de sanar o problema da ambiguidade das formas possessivas *seu(s)/sua(s)*.

Essa visão teórica se conecta, diretamente, aos aspectos comunicativos, à influência sociocultural e à mudança e variação linguística. Tendo como base as palavras de Moura Neves (1997, p. 59-60), “a consideração do sistêmico implica a consideração de escolhas entre os termos do paradigma, sob a ideia de que escolha produz significado”, estando tais escolhas no nível paradigmático e as cadeias de relações no nível sintático.

Uma importante contribuição do funcionalismo, que elucida os fenômenos de mudança linguística, está na investigação do trânsito de expressões linguísticas do léxico para o sistema gramatical, por motivações semântico-discursivas. Diante disso, a mudança constante, por vezes instável, fomenta-se pelo componente discursivo, pela busca contínua em prol de atender às demandas da competência comunicativa dos falantes. Assim, a perspectiva funcional da mudança trata das transformações semânticas e das alterações gramaticais motivadas por uma necessidade discursiva.

Sob essa ótica, os estudos funcionalistas são bastante compatíveis com a abordagem sociolinguística, pois buscam relacionar aspectos estruturais aos sociais, o que reflete a adaptação de termos expressos por falantes em contextos comunicativos diversos, evidenciando, com isso, um processo de variação ou de mudança linguística. A proposta adotada nesta pesquisa é, portanto, incorporar a semântica e a pragmática à análise de fatos morfossintáticos.

Nessa direção, a noção de proeminência linguística se torna especialmente relevante, pois permite observar como certos elementos ganham destaque em razão de sua funcionalidade comunicativa e recorrência discursiva. Por esse motivo, passamos à revisão desse conceito na próxima seção.

2.3 A noção de proeminência linguística

A noção de proeminência tem sido amplamente utilizada em diversas áreas da linguística, desde a fonética até os estudos de discurso (cf. Himmelmann; Primus, 2015). Neste estudo, aplicamos esse conceito para a questão da distribuição das formas possessivas *seu* e *dele* nas peças teatrais dos séculos XVI ao XX. Para isso, exploramos a relação entre os contextos linguísticos e a expressão de certas formas possessivas de 3P.

Nossa proposta tem por objetivo explorar a aplicação dessa noção nos níveis da sintaxe em conexão com a semântica e a pragmática. Nesse contexto, a proeminência costuma se referir à posição destacada de um elemento em uma estrutura sintática. Queremos, com isso, sustentar que essa estrutura é fundamentalmente refletida na representação discursiva. Seguindo estudos prévios, a proeminência ainda pode ser aplicada a situações que compartilham características comuns, observáveis em “traços” ou “propriedades” dos referentes.

Nesse contexto, a proeminência pode ser vista como um princípio geral de organização das informações na linguagem (Himmelmann; Primus, 2015). De acordo com esses autores, há

três critérios principais sobre o qual se fundamenta a proeminência, e que podem ajudar a identificar se um fenômeno linguístico é guiado por ela:

- (i) O centro atencional;
- (ii) A mudança contextual;
- (iii) A atração estrutural.

No âmbito do discurso, isso significa que a distinção entre informações novas e dadas contribui para a estruturação do texto e influencia a escolha de formas pronominais. Uma expressão referencial introduz, ativa ou evoca um objeto mental (ou item discursivo). Esta entidade recebe certo nível de ativação devido à posição sintática, propriedades lexicais da expressão associada e outras características semânticas e pragmáticas do elemento analisado (Von Heusinger; Schumacher, 2019).

O *centro atencional* é a entidade sobre a qual o discurso está focado naquele momento. Esse conceito sugere que a proeminência linguística está relacionada ao foco de atenção do ouvinte/falante em um determinado momento. Como um pronome possessivo de 3P direciona a atenção para o referente correto em um contexto específico, pode-se dizer que quanto a esse critério ele funciona como centro-A. Nesse sentido, os referentes linguísticos podem ou não estar no centro de atenção, e o uso de uma ou outra forma possessiva pode ser uma estratégia indicativa dessa preferência.

No que diz respeito à *mudança contextual*, é preciso considerar a dinamicidade da proeminência linguística, que pode mudar com base no contexto discursivo. Isso significa que referentes podem passar a ser ou deixar de ser proeminentes dependendo do fluxo do discurso. Nesse sentido, o conceito de status informacional (conceitos novos ou dados no discurso) adquire relevância.

A *atração estrutural* reflete a relação entre os elementos sintáticos e o foco atencional da sentença. Esse critério pontua que elementos proeminentes frequentemente atuam como âncoras estruturais em frases ou discursos. Eles ajudam a organizar a informação, delimitando referências e clarificando relações entre os participantes do discurso.

Considerando, portanto, os critérios que fundamentam a proeminência linguística, percebemos que o estudo de formas referenciais, como os pronomes possessivos de 3P, demanda a exploração de dados que preserve os traços de organização discursiva e de interação entre personagens. É nesse ponto que os textos dramáticos se revelam especialmente produtivos para análises desse tipo, uma vez que simulam a linguagem oral em contextos interacionais variados, permitindo observar, com riqueza de detalhes, como os elementos linguísticos ganham saliência conforme o fluxo conversacional e a estrutura sintática do

discurso. A seguir, trataremos da utilização de peças teatrais como corpus de pesquisa em estudos linguísticos.

2.4 A utilização de textos dramatúrgicos em estudos linguísticos

O foco central da presente seção é apresentar as fontes de dados utilizados na pesquisa, que subsidiaram o presente texto e como eles respondem à questão da periodicidade histórica. Por se tratar de uma análise que abrange um período relativamente extenso de uma língua no plano diacrônico, isto é, cinco séculos, o caminho para trabalhar com o conhecimento interno dos falantes tem que envolver textos com suporte escrito.

Levando em consideração a *fonte dos dados*, uma das variáveis que podem distorcer a percepção da língua em sincronias passadas é a estilística, que se manifesta, por exemplo, pela observação de textos jornalísticos, políticos e documentos institucionais. O objeto do linguista diacrônico pode se tornar, então, vago ou indefinido, pois esses textos são fundamentados em uma gramática que não reflete a realidade de uma língua antiga, mas, sim, uma versão influenciada por pressões normativas ou de outra natureza (como tradições discursivas). Isso implica dizer que a gramática interna desses textos pode não ser devidamente acessada dada essa camada adicional de opacidade. Apesar disso, não propomos descartar estudos sobre esses gêneros textuais, pois há em cada pesquisa um foco específico; mas em geral defende-se o uso de textos mais próximos da oralidade na linguística histórica.

Em se tratando da *composição do corpus*, os linguistas históricos precisam tomar algumas precauções. A escolha pelas peças de teatro foi pensada como gênero textual que preserva uma escrita que tenta representar a oralidade. A escolha pelo uso de textos de dramaturgia parece significativa para este trabalho, pois “as peças de teatro constituem importante material de pesquisa quando se quer tentar uma aproximação com a fala de sincronia passadas” (Duarte, 2012, p. 19), o que contribui para o exame de um mesmo fenômeno em diferentes fontes diacrônicas. As peças de entremezes são popularmente conhecidas por retratarem o cotidiano das pessoas que, em geral, têm classes sociais distintas, não se voltando, portanto, às pressões normativas da elite. Assim, tal gênero se mostra produtivo para acessar a gramática interna dos falantes do PB no decurso do tempo, o que possibilita mostrar nesses textos as variedades da língua da época. Segundo Optiz (1624, p. 23), nesse gênero textual, apresenta-se “seres ruins e pessoas ruins; fala sobre casamentos, jantares, jogos, trapaças e astúcia de criados e mercenários gloriosos, assuntos da corte e frivolidades da juventude, a

ganância da velhice, proxenetismo e coisas do tipo que ocorrem todos os dias diante do povo comum”.

Por se tratar de textos em que os autores parecem apresentar na fala dos personagens a linguagem corriqueira de seu público-alvo, optou-se por considerar a *data da publicação dos textos*, e não a *data de nascimento dos autores*, como critério de análise dos séculos em cena, pois a data em que foi escrita uma obra demonstra aspectos e elementos que o ano de nascimento do autor não é capaz de reter (Araújo-Adriano; Corôa, 2022). É importante fazer essa observação, pois o Corpus Tycho Brahe, assim como os trabalhos baseados nele, é organizado em termos da data de nascimento dos autores, seguindo uma visão gerativista, de acordo com a qual as mudanças paramétricas ocorrem no período de aquisição de língua materna, que seguiria de perto a data de nascimento. No entanto, considerando outros aspectos que influenciam o uso linguístico dos indivíduos durante suas vidas, assim como a visão teórica aqui assumida, a data de publicação dos textos é mais relevante para os nossos estudos.

Evidentemente, a escrita teatral não é uma reprodução fiel da fala da época representada, contudo, destaca-se, em síntese, que os autores das peças não negligenciam a fala de seu público, representando, *grosso modo*, os hábitos linguísticos de grupos sociais, por meio da linguagem dos personagens. Por essa razão é que as peças teatrais se mostram produtivas nos estudos sobre variação e mudança linguística (cf. Berlinck; Barbosa; Marine, 2008; Duarte, 2012).

Na escolha dos textos, a maioria é composta por comédias, que seriam o tipo ideal de texto teatral para estudos linguísticos. Segundo Bergson (2001, p. 6), “para entender o riso, é necessário colocá-lo em seu ambiente natural, que é a sociedade”. Os textos de comédia, nesse sentido, devem se aproximar suficientemente de seu público, com o fito de provocar a identificação com seus telespectadores. As comédias teatrais têm o potencial de oferecer ao linguista diacrônico um objeto de estudo nítido, que revela a gramática de uma geração ou de um falante. Portanto, elas “constituem importante material de pesquisa quando se quer tentar uma aproximação com a fala de sincronias passadas” (Duarte, 2012, p. 19).

Além da *fonte de dados* e da *periodicidade histórica* como nível de adequação metodológica, é imprescindível destacar a *disponibilidade e reprodutibilidade dos dados*. Esta dissertação de mestrado caminha no sentido de contribuir com as pesquisas que utilizam *corpora* históricos luso-brasileiros, pois a disponibilidade dos dados online, combinada com a disponibilização da metodologia de buscas, garante a transparência nos dados e a reprodutibilidade dos resultados.

2.5. O corpus utilizado na pesquisa

Nesta seção, discutiremos a construção e fundamentação do corpus utilizado para a análise das obras teatrais do português histórico. Primeiramente, apresentaremos de forma detalhada o *Corpus Histórico do Português Tycho Brahe* (doravante CTB), destacando as principais características que o tornam uma ferramenta relevante para pesquisas linguísticas e literárias sobre a história da LP, e especialmente aquelas que se dedicam à mudança entre PCI e PE (e, considerando textos mais recentemente incluídos, também entre PCI e PB). Em seguida, examinaremos o processo de seleção das peças teatrais, explicando os critérios e as metodologias empregados na escolha das obras que integram o corpus, garantindo sua representatividade e importância para o estudo. Por fim, ofereceremos uma breve contextualização das obras analisadas, inserindo-as no contexto cultural e histórico da época em que foram criadas, o que possibilita uma compreensão mais profunda de sua representatividade. Esses elementos, em conjunto, fornecem uma base sólida para realizar uma análise de conteúdo, assegurando que os resultados obtidos representem com precisão as mudanças linguísticas ocorridas do PCI ao PB.

2.5.1 O *Corpus Histórico do Português Tycho Brahe*: histórico e características

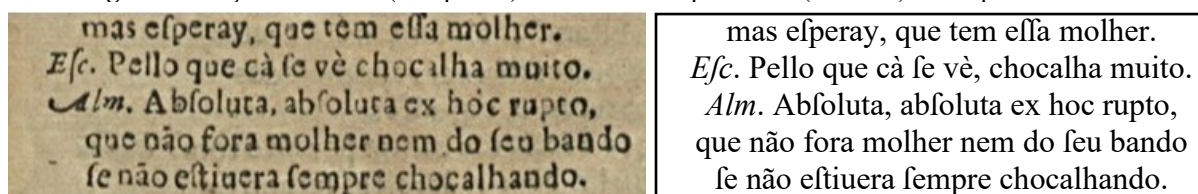
Apesar da disponibilidade de vários *corpora* sobre a LP, poucos abordam o eixo histórico, e ainda há poucos que são anotados. Graças ao crescimento desse tipo de ferramenta, o estudo quantitativo de dados da língua se tornou mais facilitado, já que se podem aplicar mecanismos de busca automática de dados. Nesse contexto, considerando a interseção entre o ressurgimento da perspectiva diacrônica e a expansão do trabalho computacional, surgem os primeiros *corpora* anotados de textos históricos portugueses no Brasil e, entre eles, o *Corpus Anotado do Português Histórico Tycho Brahe*.⁶

⁶ O nome do corpus faz referência a Tycho Brahe, astrônomo dinamarquês cujos dados permitiram a Copérnico desenvolver a teoria heliocêntrica. O objetivo inicial do CTB era o de aprofundar o estudo sobre o PCI, período até então pouco explorado e considerado apenas um intervalo entre o PA e o PB. O filólogo Ivo Castro identificou essa lacuna, o que ensejou a criação do CTB para suprir essa falta de dados. O PCI é de grande relevância para os estudos sobre o PB, pois consiste na gramática “de base” daquela variedade, influenciada por outras línguas presentes no espaço linguístico do país. A partir de 2012, o CTB contribuiu também para entender a transição entre o PCI e o PB, ao expandir a base de dados referente a esse último. Note-se, com destaque para a presente pesquisa, a inclusão de peças de teatro portuguesas e brasileiras, respectivamente pelos atuais professores Aroldo Leal de Andrade (UFMG) e Paulo Ângelo de Araújo-Adriano (USP).

O CTB é um corpus eletrônico anotado (cf. Galves; Faria, 2010; Galves; Andrade; Faria, 2017). Inicialmente a seleção dos documentos reunia um conjunto de textos portugueses escritos por autores nascidos entre os séculos XVI e XIX como subsídio para estudar mudanças gramaticais sofridas pelo PE naquele período. Contudo, a coleção passou a incluir obras de autores brasileiros, sendo alguns dos escreventes de origem africana ou mesmo nascidos em África, porém habitantes do Brasil. Hoje, ela é composta por textos em português escritos por autores nascidos entre 1380 e 1978, disponibilizado pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Atualmente (início de 2025), 95 textos (3.789.646 palavras) estão disponíveis para pesquisa livre, com um sistema de anotação linguística em duas etapas: anotação morfológica (aplicada em 60 textos, em um total de 2.204.889 palavras); e anotação sintática (aplicada em 31 textos, em um total de 1.311.834 palavras).

O conjunto de textos anotados no CTB disponibiliza ampla recuperação de informações filológicas e linguísticas de textos, portanto, os *corpora* anotados morfológica e sintaticamente possibilitam o manuseio de uma quantidade grande de dados em pouco tempo. Com o intuito de apresentar o processo de anotação dos textos, tem-se como exemplo um trecho da obra *Musa entretenida de vários entremezes*, de Manoel Coelho Rebelo (1625), impressa em 1658 e editada eletronicamente no CTB a partir do fac-símile digital da Biblioteca Nacional de Portugal, conforme a Figura 1.

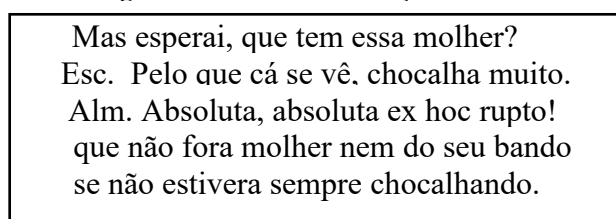
Figura 1. Edição fac-símile (à esquerda) e versão semidiplomática (à direita) do corpus em análise.



Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal (BNP) – cota do exemplar digitalizado RES-6505-P.

O texto em versão semidiplomática ilustrado acima também pode ser visualizado na versão modernizada (conforme a Figura 2) e em uma versão morfológicamente anotada (30):

Figura 2. Versão da transcrição moderna.



Fonte: Elaborado pelo autor.

(https://www.tycho.iel.unicamp.br/corpus/cgi-bin/getversion_editor.pl)

Na versão dos textos com anotação morfológica, cada palavra vem acompanhada de uma etiqueta que expressa sua categoria morfológica, além de propriedades flexionais:

- (30) ((C Que) (NEG não) (SR-RA fora) (N mulher) (CONJ-NEG nem) (P+D do) (PRO\$ seu) (N bando) (SE se) (NEG não) (ET-RA estivera) (ADV sempre) (VB-G chocalhando) (. .) (ID R-001,28.77) (PONFP .)) (R-001, 28.77). [XVII MEVE 28:17-18]

Nos textos que apresentam anotação sintática, cada frase e cada constituinte sintático é identificado com a categoria e função gramatical correspondente.

Para a composição do corpus, os colaboradores do projeto utilizaram o *e-Dictor* como ferramenta de edição, um programa que facilita os processos de transcrição, modernização e anotação morfológica. Em consequência, pode-se realizar tanto buscas por itens lexicais quanto por classes de palavras rapidamente. Devido a uma interface de revisão mais ágil, o *e-Dictor* é muito útil para a confecção de *corpora*, já tendo sido usado em outros projetos semelhantes no Brasil e em Portugal, a exemplo do Corpus CE-DOHS.

Em se tratando do CTB, as buscas dos textos são realizadas através do programa *CorpusSearch* (Randall *et al.*, 2009), desde que os textos envolvam uma sintaxe compatível com o modelo de a anotação requerido pelo programa. Isso implica dizer que os nódulos sintáticos devem estar identificados (como IP-MAT, NP-SBJ, NP-ACC, PP etc.), assim como categorias morfológicas (N, P, D etc.) e, também, que se pode identificar padrões de combinação entre esses operadores indicativos da posição relativa entre os elementos (precedência, precedência imediata etc.). Esse programa funciona offline, mas também foi adaptado para funcionar sobre os textos que apresentam somente anotação morfológica, por meio da ferramenta de busca online disponível no site do corpus.

Após a edição das peças, essas foram adicionadas ao CTB.⁷ Neles é possível, ainda, encontrar informações adicionais previamente inseridas no *e-Dictor*, tais como data, autoria, fonte, como se percebe na ficha catalográfica apresentada junto a cada texto, conforme ilustrado junto à Figura 3.

⁷ Majoritariamente os textos de dramaturgia constantes nesta dissertação de mestrado estão disponíveis na aba “catálogo” do CTB: <https://www.tycho.iel.unicamp.br/corpus/catalogo.html>.

Figura 3. Informações sobre a obra *Musa entretenida de vários entremezes* – a edição da obra original, da fonte intermediária, da edição imediata, e os detalhes do processamento no corpus.

Ficha Catalográfica	
Edição Transcrita / Transcript Source Edition:	
Informações sobre a obra original / Original source edition details:	
Genre	Theatre
Author Name	Rebelo, Manoel Coelho
Author Year of Birth	1625
Original Text Title	Musa Entretenida de Vários Entremezes
Informações sobre a edição intermediária / Intermediate source edition details:	
Intermediate Source Edition Level	Edited orthography
Intermediate Source Editor	José Camões
Intermediate Source Rights	Centro de Estudos de Teatro, Universidade de Lisboa
Intermediate Source Reference	Rebelo, Manoel Coelho. Musa entretenida de vários entremezes. Online edition by José Camões. http://www.cet-e-seiscentos.com
Informações sobre a edição utilizada / Immediate source edition details:	
Immediate Source Type	Original print, fac-simile
Immediate Source Date	1658
Immediate Source Edition Level	Preserved orthography
Immediate Source Editor	Manoel Dias
Immediate Source Rights	Biblioteca Nacional de Portugal; Fac-simile provided at http://www.purl.pt/17474
Informações sobre o processamento no corpus / Corpus processing details:	
Corpus Processing Type	generation 2
Document Author ID	Rebelo, Manoel Coelho
Period by Birthdate	1600-1649
Modernized Edition by	A. J. Pires
Text Edition by	A. J. Pires
Modernized on Transcription	no
Corpus Processing Status	Final Release
Status of Source Text	Non-edited
Inserted in Catalog by	P. Faria
Last Revised by	A. Andrade
Corpus Processing Extent	Whole
Corpus Processing Edition Level	Complete
Document Title	Musa Entretenida de Vários Entremezes
POS	no
PSD	no

Fonte: *Corpus Histórico do Português Tycho Brahe*
(https://www.tycho.iel.unicamp.br/corpus/texts/xml/r_001.xml)

Apesar de originalmente se ter planejado utilizar somente textos do CTB, após a primeira coleta de dados, considerando-se que havia uma discrepância entre os números de diferentes séculos estudados, decidiu-se por incluir dois textos obtidos por buscas manuais. Essa informação será explicitada na próxima subseção.

Entendidos o histórico e as características que compõem o CTB, antes de indicar a forma de filtrar e coletar os dados desta pesquisa, vamos, ainda, apresentar sobre que tipo de dados são esses sobre os quais esta pesquisa se pauta, de modo a:

- (i) detalhar a seleção dos textos de dramaturgia usados nesta pesquisa, a partir daqueles disponíveis no corpus (subseção 2.5.2);
- (ii) contextualizar brevemente essas peças, para demonstrar o seu caráter popular e assim melhor justificar seu uso no presente estudo (subseção 2.5.3).

2.5.2 A seleção das peças teatrais: a construção do corpus

Este trabalho de dissertação se volta ao estudo das formas possessivas do PCI ao PB, utilizando dez textos de autores portugueses e brasileiros nascidos entre os séculos XV e XX, e publicadas do século XVI ao XX, em sua maioria, por escreventes cultos. Levando-se em conta o fato de que a língua escrita é, em essência, conservadora, deve o pesquisador voltar a sua atenção aos gêneros textuais que são mais permeáveis à representação da oralidade.

Na Tabela 1 estão listadas as características mais importantes referentes aos textos de dramaturgia, tais como o título da obra, sua autoria, a data de nascimento do autor, a data de publicação do texto, o número de palavras do texto e seu código no âmbito do CTB (para possível consulta pelas pessoas interessadas).

Tabela 1. As informações das peças que compuseram o corpus da pesquisa.

TÍTULO DA OBRA	AUTOR	DATA DE NASCIMENTO DO AUTOR	DATA DE PUBLICAÇÃO	NÚMERO DE PALAVRAS	CÓDIGO NO CORPUS
<i>Os Estrangeiros</i>	Francisco de Sá Miranda	1481	1561	37.578	m_007
<i>Contra si faz quem mal cuida</i> ⁸	Leonardo Saraiva Coutinho	1619	1644	21.376	-

⁸ Esta obra pode ser encontrada no site *Teatro de Autores Portugueses do século XVI*, disponível em: <http://www.cet-e-seiscentos.com>.

<i>Musa entretida de vários entremezes</i>	Manoel Coelho Rebello	1625	1658	9.446	r_001
<i>Musa jocosa de vários entremezes portugueses e castelhanos</i>	Nuno Nisceno Sutil	1675	1709	21.660	s_005
<i>Teatro cômico português (parte 1)</i>	António José da Silva	1705	1759	26.089	s_004
<i>Teatro cômico português (parte 2)</i>	António José da Silva	1705	1759	27.310	s_007
<i>O demônio familiar</i>	José de Alencar	1829	1858	25.319	a_008
<i>Caiu o ministério</i>	França Júnior	1838	1883	14.629	j_001
<i>A partilha</i>	Miguel Falabella	1956	1990	17.531	f_003
<i>No coração do Brasil⁹</i>	Miguel Falabella	1956	1992	14.561	-

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os textos foram selecionados por *peça de teatro* e listados por ordem cronológica (data de publicação dos textos). A seleção desses se dá devido ao reconhecimento e à importância dessas obras para o cenário da dramaturgia portuguesa e brasileira, com nomes ilustres, tais

⁹ Texto cedido pela Profa. Dra. Maria Eugenia Lammoglia Duarte (UFRJ), no formato de cópia facsimilar datilografada, enviada pelo próprio autor. Agradecemos pela prontidão e gentileza em proporcionar acesso a esse texto.

como António José da Silva, José de Alencar, Miguel Falabella, além de considerar certa conformidade da quantidade de palavras por século (cerca de 35.000).

As peças de teatro selecionadas totalizam 215.499 palavras, e estão majoritariamente disponíveis, em sua integralidade, na aba “catálogo” do CTB. O critério de seleção do corpus perpassa uma hipótese da pesquisa em relação ao que ocasionou a mudança na distribuição das formas possessivas de 3P na escrita de textos de dramaturgia do PCI ao PB moderno.

Tendo apresentado os critérios de seleção das peças teatrais e a construção do corpus a partir dos textos de dramaturgia, passamos a uma breve apresentação das obras que foram escolhidas neste trabalho, para que fique ainda mais compreensível ao leitor o motivo pelo qual a seleção foi feita, visto que revela não só a importância das obras para o cenário histórico da época, mas sobretudo o seu caráter de representação da fala popular.

2.5.3 Uma breve contextualização das obras em análise

Os entremezes serviam para divertir o público nos intervalos das peças principais no teatro dos séculos XVII e XVIII na Península Ibérica, com destaque para Portugal e Espanha. Esses textos frequentemente abordam situações cotidianas e usam o humor para criticar a sociedade, refletir sobre questões sociais, e entreter o público com sátiras leves. Os entremezes são conhecidos por seu estilo cômico e linguagem acessível, e frequentemente ridicularizavam as classes altas e os costumes sociais. (cf. Teixeira, 2005). O uso de uma linguagem coloquial e expressões populares é uma característica presente nesse tipo de peça, o que reflete a forma como as classes populares se conectavam com o teatro e se viam representadas nas artes.

Os estrangeiros – obra composta em verso – é fundamental para o entendimento do desenvolvimento do teatro português no século XVI. Essa obra, escrita em 1527, é uma das mais importantes do poeta e dramaturgo português Francisco de Sá Miranda, na medida em que ele se torna um dos principais introdutores do Renascimento na literatura portuguesa. Essa comédia é uma das pioneiras na LP, pois representa uma mudança importante do teatro medieval para uma forma teatral mais influenciada pelo Renascimento e pelos clássicos. A peça trata das diferenças culturais, da hipocrisia social e dos conflitos de classe. Sá de Miranda, ao introduzir elementos da comédia clássica latina, contribuiu para a renovação do teatro português, estabelecendo as bases para o teatro renascentista em Portugal (Gardinalli Filho, 2009).

A obra *Contra si faz quem mal cuida*, de Leonardo Saraiva Coutinho, foi apresentada na Universidade de Coimbra em 1644. Este texto dramático reflete o estilo típico do período barroco, mesclando comicidade e sátira para retratar os costumes e a mentalidade da época. A peça explora temas como virtudes e vícios humanos, apresentando personagens que incorporam críticas sociais e comportamentais, características recorrentes no teatro universitário da época. O contexto histórico da obra coincide com um momento em que o teatro acadêmico em Portugal exercia grande influência, servindo como espaço de experimentação literária e formação cultural. Um aspecto de destaque é o uso exclusivo da LP em um período em que o latim ainda predominava nos textos acadêmicos. Essa escolha reflete a valorização da língua nacional como meio de expressão literária e cultural. Essa questão é ressaltada na introdução do espetáculo, em que um personagem castelhano entra em cena zombando do autor e da peça, classificando-a como um “disparate” por ser escrita em português. O personagem declara, com ironia: “[...] a língua castelhana / já em Portugal não reina” (Coutinho, 1644, p. 27-28), evidenciando o embate linguístico-cultural da época e reforçando o caráter nacionalista da obra.

A *Musa entretenida de vários entremezes* é uma obra de Manoel Coelho Rebelo, cuja primeira edição foi publicada em 1658, em Coimbra. O livro é composto por 24 entremezes, intercalados entre os atos de peças teatrais maiores ou apresentados de forma independente em festividades populares. Na folha de rosto da obra consta a informação de que o autor nasceu na Vila de Pinhel, em Portugal. Rebelo é amplamente reconhecido por sua contribuição ao teatro cômico do século XVII, sendo uma figura de destaque na dramaturgia portuguesa da época. Suas peças, frequentemente apresentadas em feiras e celebrações populares, foram escritas em uma linguagem acessível, refletindo aspectos da cultura popular e da sociedade portuguesa daquele período. A obra retrata, com vivacidade, costumes, relações interpessoais e comportamentos, além de incluir críticas sociais disfarçadas por meio do humor e da sátira. O valor histórico e cultural de *Musa entretenida* reside na sua contribuição à literatura e ao teatro. Dessa forma, a obra de Rebelo constitui um documento importante para o estudo da tradição cômica portuguesa e do teatro popular (Camões; Sousa, 2016).

Para representar o século XVIII, escolheram-se textos dos autores Nuno Nisceno Sutil e Antônio José da Silva. Nuno Nisceno Sutil nasceu em 1675 e é autor da obra *Musa jocoza de varios entremezes portuguezes, & castelhanos*, compostas por 12 peças teatrais que são essencialmente pequenas comédias ou cenas cômicas (entremezes). A primeira edição da coletânea foi publicada na Oficina de Miguel Manescal. O texto, que se encontra no CTB, é uma reprodução fac-similada da edição de 1709, que pode ser encontrada na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

Antônio José da Silva, o Judeu, foi um dos dramaturgos mais destacados do teatro cômico português do período setecentista. No corpus, a obra *Teatro cômico português* está dividida em duas partes, cada uma delas tendo sido editada em épocas diferentes. Apesar de expatriado para Portugal quando ainda era criança, ele nasceu no Rio de Janeiro em 1705. Neste trabalho, adotando a perspectiva do CTB, consideramo-lo como um autor de transição entre o PCI e o PE moderno, na medida em que ele teve influência das duas variedades do português. Sua escrita combinava sátira social e crítica aos costumes da época através do humor; ele lutava pela liberdade de camadas menos favorecidas em detrimento do poderio elitista. Suas peças eram “marcadas pela comicidade, agradavam ao público principalmente pela figura do gracioso ou bobo da corte, que era o personagem responsável pela crítica aos costumes da época” (Eustáquio, 2013, p. 2). Suas óperas – como também eram chamadas as peças, dadas as partes musicadas constituídas por árias – exploravam frequentemente a linguagem popular e, portanto, de registro informal. Nas peças teatrais do Judeu, “o gracioso é o fio condutor das ações, representa a consciência social e serve para pôr em ridículo os poderosos do tempo” (Pereira, 2007, p. 43). Com isso, ele tecia críticas à sociedade portuguesa, principalmente aos costumes da aristocracia. Ele abordava questões como a hipocrisia, a avareza, a ambição desmedida e os abusos de poder de forma cômica, utilizando a sátira como ferramenta para expor os defeitos humanos. Apesar da pressão exercida pela censura religiosa, Antônio José da Silva utilizou sua veia cômica como mecanismo de resistência, oferecendo ao público não somente o riso, como também a reflexão sobre a sociedade da época.

José Martiniano de Alencar, nascido no Ceará, mudou-se para o Rio de Janeiro quando tinha um ano de idade. Grande figura representante do século XIX, de acordo com diversos críticos literários, é visto como um autor que compreende adequadamente a formação da identidade brasileira da época, refletindo em seus personagens a linguagem, os costumes e a paisagem do país. José de Alencar descreveu sua obra *O demônio familiar*, um dia antes de sua estreia no Diário do Rio de Janeiro, como “um retrato da nossa vida doméstica; uma representação dos nossos costumes; um esboço imperfeito das cenas íntimas que ocorrem em nossos lares; (...) a imagem da família” (Vasconcelos, 2006, p. 174-175). Ainda no século XIX, tem-se Joaquim José da França Júnior, também nascido no Rio de Janeiro. A Academia Brasileira de Letras atribuiu a ele um grande destaque, levando em consideração seus temas que realçavam o cômico do cotidiano, explorando instâncias de linguagem coloquial para produção de seus textos.

No século XX, há um importante diretor, cineasta, escritor, também natural no Rio de Janeiro: Miguel Falabella. Ele é dramaturgo de diversas peças e se inspira “na política do

momento e nas preocupações da classe média que constitui a maior parte de seu público fiel” (Albuquerque, 1992, p. 33). Em *A partilha*, o ator faz uso abundante de estruturas coloquiais, muito próximas da oralidade (cf. Corrêa, 2010). Em relação ao aspecto linguístico/estilístico, destaca-se o coloquialismo de um discurso direto, inerente ao gênero dramático, tendendo à ironia e à zombaria recorrente em suas peças teatrais. Sobre *No coração do Brasil*, é uma peça teatral de 1992 que explora a identidade brasileira por meio de humor, drama e crítica social. Ambientada em um cenário que reflete as contradições do país, a obra aborda temas como diversidade cultural, desigualdades sociais e a resiliência do povo brasileiro. Com personagens que representam arquétipos do cotidiano, Falabella utiliza diálogos ágeis e elementos de brasilidade para criar uma narrativa tragicômica. A peça destaca tanto as belezas quanto os desafios do Brasil, revelando um retrato sensível e crítico de um país em transformação.

Ante o exposto sobre o corpus, tendo justificado a escolha dos textos em relação à periodicidade histórica das peças, passamos a descrever o processo de coleta, seleção e classificação dos dados. A seguir apresentamos o ambiente de busca do CTB, que consiste na fonte da maioria dos dados.

2.6 A coleta e a seleção dos dados

A interface principal do CTB, ilustrada na Figura 4, permite o acesso aos textos através de buscas automáticas offline e online, sendo que neste último caso é possível acessá-los obedecendo aos passos que serão demonstrados neste tópico.

Uma vez acessado o sítio em que está hospedado o corpus, a seção “Acesso aos Textos”, no centro superior da tela, contém o link “Consulta aos textos com *CorpusSearch*”. Nela é possível consultar textos etiquetados. Após clicar nessa opção abre-se uma nova aba, na qual deve-se clicar primeiramente em “escolha um arquivo fonte”. Dessa maneira, selecionou-se separadamente, por título da obra, cada um dos textos analisados nesta dissertação.

Figura 4. Página central do CTB.



Fonte: *Corpus Histórico do Português Tycho Brahe*.

(<https://www.tycho.iel.unicamp.br/corpus/index.html>)

Neste trabalho foi realizado o tipo de busca gráfica, por meio da opção “construir consulta graficamente”, em que são inseridas caixas para cada item de busca e selecionada uma relação entre elas, conforme se vê na Figura 5.

Figura 5. Página de acesso aos textos-fonte e ao tipo de busca.

Fonte: *Corpus Histórico do Português Tycho Brahe*.

(<https://www.tycho.iel.unicamp.br/corpus/texts/csquery/csquery.html>)

Escolhidos o arquivo-fonte e o tipo de busca, a consulta é realizada mediante a escolha de uma etiqueta. Em relação à coleta de dados da forma possessiva *seu*, abrem-se duas caixas – ficando a segunda à mostra apenas ao clicar no ícone (+) na cor verde.

Para escolher uma etiqueta referente à pesquisa em análise, optou-se por apresentar a obra *A partilha* (1990), de Miguel Falabella, que está presente no corpus. Para verificar esses dados quanto aos seus aspectos morfossintáticos, deve-se selecionar a opção “Entrar com uma etiqueta”. Entra-se com a etiqueta de pronome possessivo (representada por PRO\$*|PRO\$), seleciona-se a caixa que contém “PRO\$*|PRO\$”, e clica-se no símbolo de pena, a fim de impor que essa etiqueta domine uma das formas possessivas estudadas (por exemplo, seu|seus|sua|suas). Feito isso, direciona-se a etiqueta formada para a primeira caixa em branco abaixo à esquerda. Em seguida, escolhe-se a etiqueta “Nome”, arrasta-se tal item para a segunda caixa branca abaixo à direita, e finalmente seleciona-se a relação de precedência imediata (>>) entre as etiquetas “PRO\$*|PRO\$” e “Nome”, conforme apresentado na Figura 6. Por fim, clica-se em “submeter consulta”.

Figura 6. Apresentação da etiquetagem das formas possessivas.

Fonte: *Corpus Histórico do Português Tycho Brahe*.
(<https://www.tycho.iel.unicamp.br/corpus/texts/csquery/csquery.html>)

A consulta usando-se a linguagem do *CorpusSearch*, para a qual é “convertida” a consulta gráfica é esta: ((PRO\$*|PRO\$ iPrecedes N|N-*|NPR*) AND (PRO\$*|PRO\$ iDoms seu|seus|sua|suas)). Cabe destacar que foi feita também a busca na ordem inversa para estudar os casos em que a forma *seu* ocorre em posição pós-nominal: ((N|N-*|NPR*iPrecedes PRO\$*|PRO\$) AND (PRO\$*|PRO\$ iDoms seu|seus|sua|suas)).

Completada a busca, o CTB abre uma aba no navegador contendo, entre outras coisas, a frase em que consta o possessivo (31) e a sua anotação morfológica (32), conforme demonstrado também na Figura 7.

(31) Tinha as *suas taras*, mas eu acho que todo mundo tem. [XX AP 10:8]

(32) ((TR-D Tinha) (D-F-P as) (PRO\$-F-P suas) (N-P taras) (, ,) (CONJ mas) (PRO eu) (VB-P acho) (C que) (Q todo) (N mundo) (TR-P tem) (. .) (ID A,10.619) (PONFP .)). [XX AP 10:8]

Figura 7. Anotação morfológica em frase em que aparece a forma possessiva *seu* de 3P no PB.

Tinha as suas taras, mas eu acho que todo mundo tem. (A,10.619). *~/ /* 0 : 5 PRO\$-F-P, 7 N-P, 6 suas */ ((TR-D Tinha) (D-F-P as) (PRO\$-F-P suas) (N-P taras) (, ,) (CONJ mas) (PRO eu) (VB-P acho) (C que) (Q todo) (N mundo) (TR-P tem) (. .) (ID A,10.619) (PONFP .))
--

Fonte: *Corpus Histórico do Português Tycho Brahe*.

Para a coleta de dados da forma *dele*, abriram-se três caixas, escolheu-se a etiqueta “Nome” para a primeira, e a etiqueta “Preposição” para a segunda, com o item selecionado, clicou-se no símbolo da pena, a fim de impor que essa etiqueta domine “de” amalgamado (com representação d@). Em seguida, escolhe-se a etiqueta “Pronome”, clica-se no símbolo da pena a fim de restringir a pesquisa apenas para a busca de “ele(s)” ou “ela(s)” amalgamado (com representação @ele|@elle|@eles|@elles|@ela|@ella|@elas|@ellas) e seleciona-se a relação de precedência imediata (>>) duas vezes, conforme indicado na Figura 8:

Figura 8. Configuração da busca para a forma *dele*, com restrição a “de + ele(s)/ela(s)” amalgamado, no Corpus do Português.

Corpus Histórico do Português Tycho Brahe

apresentação | atualização | catálogo | manual | créditos | cadastro | pesquisa | questionário de usabilidade | English

CONSULTA AOS TEXTOS ETIQUETADOS

A partilha (Miguel Falabella, 1988, teatro) Construir consulta graficamente

Consulta

ESCOLHER ETIQUETA > Arraste aqui para excluir

Nome >> Preposição/ >> Pronome/ >

☒ Considerar a vírgula em relações de precedência imediata

SUBMITER CONSULTA

Consultas pré-definidas

Sentenças com Advérbios
Sentenças contendo a sequência Clítico Negação Verbo

Para uma correta visualização, certifique-se de que seu navegador web esteja com a codificação selecionada para UTF-8.

Fonte: *Corpus Histórico do Português Tycho Brahe*.

Em relação à seleção dos dados – exemplificados logo a seguir –, foram excluídos os seguintes tipos de dados, em virtude da sua não relevância para este trabalho:

- (i) Os casos de pronome *seu/sua(s)* utilizados com referência à 2P, por não estarem em variação com as formas possessivas estudadas neste trabalho, conforme (33);¹⁰
- (ii) Os pronomes de tratamento compostos por *Sua* + Nome, tal como *sua majestade* e *sua alteza*, além, de casos com *seu* como sinônimo de *senhor*, conforme (34)-(36);
- (iii) As ocorrências da forma *dele* que não acompanham um nome, como nos casos de itens preposicionados em posição de tópico da sentença, conforme (37).

(33) Tome, coma a *seu* gosto, senhor Padre. [XVIII MJVEPC 46:5]

(34) Mas aqui donde estamos está *sua majestade* a quem buscamos. [XVII CSFQMC 19:24-25]

¹⁰ Tais dados não foram excluídos, e sim deixados à parte, já que queríamos verificar se a questão da ambiguidade entre 2P e 3P tinha relevância para o processo de mudança (vide o Capítulo 4).

- (35) Adverte que sai *sua alteza*. [XVII CSFQMC 39:5]
- (36) Eu me mato prá estudar à noite, depois de limpar esse cinema vagabundo, ganho uma miséria daquele corno do *Seu Oscar* e, depois, se levo bomba, a culpa é da pobre da minha mãe? [XX NCB 59:12-14]
- (37) Diz que pode muito bem ser: quanto à vista, andar aqui, e estar lá degradado: deles metidos até a cinta, *deles* até o pescoço. [XVI CE 23v:11]

Nesse contexto, passamos ao modo de classificação dos dados de formas possessivas referentes à 3P. Na seção seguinte, resumimos os aspectos essenciais que devem ser observados para a criação e classificação adequada de categorias.

2.7 A classificação dos dados

Cada ocorrência analisada foi previamente verificada quanto à sua adequação aos objetivos da pesquisa, garantindo que somente dados relevantes fossem considerados para análise. Para organizar as informações coletadas de maneira sistemática, elaborou-se uma planilha no Excel, estruturada de modo a incluir os códigos de identificação dos textos, os contextos nos quais as ocorrências estão inseridas e uma leitura detalhada das relações morfossintáticas dos dados. Em cada sentença, foram identificados os referentes possuidores, avaliando-se a forma possessiva correspondente com base nos critérios de classificação.

A natureza dos dados desta pesquisa segue um modelo quantitativo, conforme já mencionado, fundamentando-se na abordagem da Sociolinguística Variacionista proposta por William Labov (1972). A análise busca oferecer aos pesquisadores da área um modelo estruturado para compreender as mudanças na distribuição e nos fatores condicionantes dessas formas ao longo do tempo, sendo a variável dependente *seu* e *dele*, e as variáveis independentes: *definitude do possuidor, animacidade, tipo de posse, grau de ambiguidade, relação entre SN possuidor e possuído, localização do referente possuidor, data de publicação dos textos*. Cada uma das variáveis (e suas variantes) é detalhada nas subseções a seguir.

Ao reconhecer a existência de fatores condicionantes na variação linguística, admitimos que essa variação não ocorre de forma aleatória ou casual, mas obedece a regras e padrões determinados. Esses fatores, tanto internos quanto externos à língua, influenciam a forma como indivíduos ou grupos utilizam a linguagem, moldando suas escolhas e formas de expressão.

Os fatores condicionantes internos ou linguísticos estão associados às características estruturais da língua. Esses elementos geralmente conduzem a mudanças graduais. Já os fatores condicionantes externos, ou extralinguísticos, englobam elementos sociais, culturais e históricos. Essa distinção entre fatores internos e externos evidencia que a variação linguística é um fenômeno multifacetado, resultado da interação entre aspectos intrínsecos ao sistema linguístico e influências externas que refletem o contexto social e histórico. É importante lembrar que, no caso da pesquisa que gerou o presente trabalho, não foram utilizados fatores extralinguísticos, pois estes demandariam uma pesquisa em sociolinguística histórica, que complexificaria muito a sua realização, além de ultrapassar os objetivos da pesquisa.

2.7.1 A definitude do possuidor

No que diz respeito à *definitude do possuidor*, observa-se uma gradação entre casos totalmente genéricos ou indefinidos, que estão categoricamente associados ao uso de *seu*, e aqueles plenamente definidos e específicos, nos quais a forma *dele* é significativamente favorecida. Neste tópico, é importante destacar o trabalho de Oliveira e Silva (1996) de onde foram retirados os fatores deste grupo de fatores. A autora realiza uma análise de entrevistas do Projeto PEUL (Programa de Estudos sobre o Uso da Língua), gravadas no Rio de Janeiro na década de 1980. A partir desse estudo ela identificou uma variação relativamente pequena entre os fatores analisados.

Nesta dissertação, consideramos cinco aspectos distintos para a análise deste grupo de fatores. O primeiro é totalmente genérico, no qual o possessivo se aplica de maneira ampla e genérica, sem especificação individual. Esse fator inclui referentes possuidores genéricos e certos casos com quantificadores, com leitura genérica. Dois exemplos desse caso podem ser observados nas sentenças (38) e (39):

(38) Filósofos_i já passaram mal avindos uns c'os outros, com suas_i barbas e gravidade. [XVI CE 25:4]

(39) E [cada um]_i vá deitando [a sua pulha]_i. [XVII MJVEPC 11:8]

O segundo aspecto corresponde ao formalmente indefinido, em que o possessivo aparece sem que seu referente seja claramente identificado no contexto. Vale ressaltar, contudo, que não necessariamente os dados estão indicados com artigo indefinido. Um exemplo dessa categoria é ilustrado em (40):

- (40) Um Soldado, [DP ãa molher]_i e [seu marido João Rana]_i. [XVII MEVE 119:3]

O terceiro aspecto analisado é o formalmente definido, em que o referente do possessivo é identificável, mas não referencial. Esse fenômeno pode ser ilustrado por uma descrição definida como a que aparece no período (41):

- (41) [DP O amor que passa pelos estranhos]_i perde [SN a sua_i pureza]; [...]. [XIX DF 108:12-13]

Já o quarto aspecto corresponde ao grupo definido com tamanho limitado, no qual o possessivo se refere a um conjunto específico e restrito de indivíduos ou objetos:

- (42) Mas nessa partilha igual que fazem [duas almas irmãs]_i da [sua dor]_i e do [seu prazer]_i, há a diferença das forças. [XIX DF 114:17-19]

Por fim, o quinto fator de classificação é o totalmente definido, que ocorre quando o referente do possessivo é um indivíduo específico, claramente identificado no discurso. Exemplos dessa categoria incluem:

- (43) [Barnabé Mocho]_i meteu um fato de gado seu_i no pomar de Marta Inês, e tanta perda lhe fez nas árvores que roeu. [XVII MEVE 29:1-2]
- (44) Porque... [Esse velho]_i deve àquela gente toda da rua do Ouvidor; filha dele_i gasta muito; [...]. [XIX DF 97:9-10]
- (45) Eram amigos, é verdade, porém... [Meu marido]_i tem razões especiais... Ele está na camara cumprindo o seu_i dever. [XIX COM 45:7-8]

2.7.2 A animacidade

A relação entre os possessivos e seus referentes parece depender de certos traços do possuidor (Oliveira e Silva, 1984, 1996; Guedes, 2017; Lopes; Guedes, 2020) em relação ao objeto possuído, considerando que o possuidor pode apresentar características [+ANIMADO] ou [-ANIMADO]. Neste estudo, adotamos, pois, esses dois fatores. Em (46) e (47) apresentamos, respectivamente, exemplos de cada um deles.

- (46) Esparsa feita em louvor da [senhora Aurélia]_i por um grande seu_i servidor. [XVI CE 31v:1]
- (47) O anel te posso eu tornar, [o coração]_i não sei, que engana muitas vezes seu_i dono. [XVI CE 55v:11-12]

A hipótese formulada quanto à animacidade para os possessivos de 3P é que, a partir do século XVIII, (cf. Oliveira e Silva, 1991), a forma *dele* seria majoritariamente utilizada quando o referente contiver traços [+ANIMADOS]. Em contraste, quando o possuidor apresentasse o traço [-ANIMADO], o uso da forma possessiva canônica seria a opção mais frequente para que a leitura do pronome aponte ao sintagma possuidor. Diante disso, o controle do traço de animacidade pode contribuir para a definição dos contextos de variação de *seu* e *dele*.

2.7.3 O tipo de posse

Um grupo de fatores relevante para analisar a relação entre o possuidor e a coisa possuída é o *tipo de posse*, que pode ser classificado em três categorias:

- (i) A posse inalienável, que se refere a elementos que, em princípio, não podem ser separados do possuidor, como partes do corpo, conforme definido por Moura Neves (2011), ou laços de parentesco;
- (ii) A posse alienável, por sua vez, abrange objetos que podem ser transferidos de um possuidor a outro, geralmente bens materiais ou propriedades que podem ser compradas, vendidas ou doadas;
- (iii) Por fim, a posse abstrata, que se caracteriza pela relação com entidades não físicas, mas que expressam uma conexão conceitual, como sentimentos, ideias ou desejos.

Vejamos os exemplos de (48), (49) e (50), que ilustram cada um desses casos, respectivamente:

- (48) Zombem de seus_i maridos as casadas_i já que fazendo o mal, são perdoadas. [XVIII MJVEPC 18:2-3]
- (49) Bailam a chacona, o Almotacé_i, no meio, com seus_i lenços, em forma de dança de meninas. [XVII MEVE 226:4]
- (50) El rei_i que desconfia da saúde que vê lhe vai faltando, a seu_i poder e mando desta comete o ceptro [...]. [XVII CSFQMC 8:4-7]

2.7.4 O grau de ambiguidade

Quanto ao grau de ambiguidade, adotamos dois critérios: não ambíguo e ambíguo, ambos relacionados à interpretação semântica dos possessivos. O primeiro diz respeito a casos em que o referente do possessivo é claramente identificável, sem margem para dúvidas, como exemplificado em (51). O segundo ocorre quando há ambiguidade, podendo esta ser atenuada pelo contexto, que auxilia na sua resolução. Essa classificação permite uma análise mais precisa da variação semântica dos possessivos, destacando o papel do contexto na interpretação do referente, demonstrado em (52) e (53).

- (51) Um Soldado, [ũa molher]_i e [seu marido João Rana]_i. [XVII MEVE 119:3]
- (52) Filha, ide-vos compor porque [o sacristão]_j agora mandou por [Pedro]_i um recado que fosse eu convosco, e toda a casa, a ver as fogueiras e o fogo que há de rodas com foguetes, e montantes que [tudo seu sobrinho obra]_i, e como se chama João em louvor do Santo os bota. [XVIII MJVEPC 115:15-22|116:1-2]
- (53) Para este quintal, ou jardim, ou o que for, me disse [Fagundes]_i viera [Dona Nizea]_i regar [a sua_i Mangerona]_i; mas em | quanto ela não vem, me esconderei | atrás deste canteiro de Alecrim, pois | da Mangerona não quero auxílios, para | encobrir-me dos argentados esplendores | da Lua, que tão clara se ostenta esta | noite, talvez avisando-me na clara inconstância | de seus raios a variedade | de Dona Nize. [XVIII TCPII 118:2-4]

2.7.5 A relação entre SN possuidor e possuído

Geralmente, o número gramatical corresponde ao número semântico. Contudo, essa correspondência não se mantém nos casos de pronomes possessivos e na relação entre os SNs possuidor e possuído. Com base nisso, buscamos mapear os tipos de posse. Considerando que as diferenças semânticas nas construções possessivas dependem do contexto comunicativo, analisamos não apenas os traços da entidade possuidora, mas também os traços da entidade possuída e os aspectos da relação entre elas.

No que diz respeito à concordância de número entre possuidor e possuído, foram identificados dois tipos principais de posse: a coletiva e a distributiva, depois acrescidos da opção N/A (não aferível).

A posse coletiva ocorre quando há: (i) dois ou mais possuidores compartilhando um único elemento possuído; ou (ii) dois ou mais possuidores compartilhando dois ou mais elementos possuídos (Oliveira e Silva, 1982). Esses casos podem ser exemplificados, respectivamente, em (55) e (56). No caso de (54), *nas ondas das lágrimas*, há apenas um único possuído, a *corrente*. Já no exemplo (55), o contexto comunicativo apresenta o núcleo do SN

pais – pai e mãe – que têm *filhas*. Assim, o pai e a mãe compartilham mais de uma filha como possuídas, o que evidencia a existência de dois ou mais elementos possuídos em comum.

- (54) [Nas ondas destas lágrimas]_i que me levam assi [SP na sua corrente]_i, não têm estes meus olhos outro Norte, [...]. [XVI CE 12v:8-9]
- (55) [...] e [tantos pais iludidos]_i que se arruinam para satisfazer o capricho de [suas filhas]_i, julgando que é esse o meio de dar-lhes a ventura! [XIX DF 39:7-8]

Em contrapartida, a posse se caracteriza como distributiva quando contiver: i) dois ou mais possuidores tendo, cada um, um possuído; ii) dois ou mais possuidores, tendo cada um mais de um possuído (Oliveira e Silva, 1982). As sentenças (56) e (57) apresentam, respectivamente, as duas classificações:

- (56) Eram elas mulheres_i muito honradas no seu corpo, e nos seus adornos_i mui parcas. [XVIII TCPI 195:6]
- (57) [Os mancebos servidores das damas]_i com quem era todo nosso ganho, vieram-se-nos a fazer mais graves que seus pais_i. [XVI CE 14:3-4]

No exemplo (56) nota-se que cada mulher possui seu próprio adorno. Por outro lado, no exemplo (57), *os mancebos servidores das damas* têm *pais*, ou seja, cada um deles é filho de um pai e uma mãe, o que, do ponto de vista semântico, sugere pluralidade, indicando, assim, a existência de mais de um elemento possuído.

Note-se que, em várias ocorrências, o possuidor apresentou número singular, o que levou à inclusão de uma terceira categoria, denominada N/A. Um exemplo disso é a sentença (58), em que o possuidor singular *cidade de Pisa* está relacionado ao possuído *cidadães*.

- (58) Aquela tão antiga, e tão nobre [cidade de Pisa]_i em que nasci, é como posta por terra pois perdeu a sua liberdade, e [os seus_i cidadães] espalhados pelo mundo antes que se verem servir aos florentis seus imigos. [XVI CE 19v:11-12|20:1-2]

2.7.6 A localização do referente possuidor

Nesta dissertação consideramos quatro possibilidades para a posição do referente possuidor: (i) dentro do mesmo sintagma, (ii) na mesma oração, (iii) no mesmo período (e fora da oração imediata) e (iv) fora do período. No primeiro caso, o referente está no mesmo sintagma, como ocorre em orações subordinadas substantivas apositivas, conforme exemplificado em (59). No segundo caso, o referente aparece dentro da mesma oração (60). No

terceiro, tanto o referente possuidor quanto a forma possessiva ocorrem no mesmo período, mas em orações diferentes, conforme ilustrado em (61), em que há um verbo de ligação (*é*) na oração principal e um verbo no infinitivo flexionado na oração subordinada (*irem*). Já no quarto caso, o SN possuidor não está presente na mesma sentença que o SN possuído, como demonstrado em (62).¹¹

- (59) [...] e nela estarão [Teresa Pança]_i, e sua_i filha, [...]. [XVIII TCPI 16:10]
- (60) [Mais de cem mil boticários]_i toquem [seus almofarices]_i, [...]. [XVII CSFQMC 28d:19]
- (61) Pois disto está tão enfadado, se é obrigação dos [servos]_i irem atrás de [seus amos]_i? [XVIII MJVEPC 13:7-9]
- (62) Vá para [essa senhora]_i que lhe digo. Estime-[a]_i muito bem, seja [seu amigo]_i [...]. [XVIII MJVEPC 64:3-4]

2.7.7 A data de publicação dos textos

Por fim, temos o século de publicação do texto, que, similarmente ao critério do tópico anterior, refere-se ao período no qual o texto foi publicado (classificado em séculos). A publicação de um texto pode refletir as normas linguísticas vigentes naquele momento e fornecer percepções sobre as mudanças na escolha dos pronomes possessivos ao longo do tempo.

No corpus, apresentam-se textos que foram publicados de 1561 a 1992, contemplando, assim, mais de quatrocentos anos. Esse grupo de fatores merece atenção neste trabalho, visto que as regras linguísticas variam de acordo com o seu contexto histórico. Por exemplo, nos séculos XVI e XVII a forma simples *seu* era frequentemente preferida em textos formais por sua neutralidade e adequação à norma culta. Em contrapartida, em textos do PB atual, o possessivo *dele* tende a ser mais utilizado. Assim, a data de publicação ajuda a determinar se a escolha de uma forma segue padrões formais vigentes ou tendências estilísticas específicas do período.

Portanto, este critério de classificação é uma peça-chave para entender como a língua responde às mudanças sociais, culturais e ideológicas ao longo do tempo, e auxiliará a traçar a

¹¹ Para essa classificação vale a última ocorrência do referente; assim, em (62), o pronome enclítico *-a* é a forma relevante, e está numa primeira coordenada que não compartilha o mesmo sujeito com a segunda; assim, consideramos que se trata de uma sentença independente, apesar do uso da vírgula entre as duas orações em questão (o mesmo princípio é utilizado no CTB para a segmentação de sentenças).

mudança na distribuição dos pronomes em relação à 3P, destacando as nuances de seu uso em diferentes séculos e seus respectivos contextos.

2.8 A quantificação dos dados

Neste estudo, a quantificação dos dados foi conduzida de forma sistemática e rigorosa, garantindo a precisão e a relevância dos resultados. Foram elaborados tabelas e gráficos que ilustram a distribuição temporal e contextual dos pronomes, permitindo uma visualização clara dos padrões de variação. Além disso, a análise estatística realizada com o programa *GoldVarb X* possibilitou identificar correlações entre a escolha das formas possessivas e os fatores linguísticos. Por meio desse software foi possível calcular percentuais e realizar análises multivariadas (incluindo a determinação dos pesos relativos dos fatores condicionantes que influenciam o uso de *seu* e *dele*). Essa abordagem permitiu alcançar dois principais objetivos:

- (i) Verificar se as hipóteses e premissas da pesquisa são confirmadas ou refutadas, respondendo às questões propostas;
- (ii) Ampliar o conhecimento sobre o fenômeno em estudo, relacionando os resultados ao contexto ao qual pertencem os textos analisados (cf. Gomes, 1994).

Complementando a análise quantitativa, investigam-se as motivações subjacentes às escolhas linguísticas. Exemplos representativos de cada período foram examinados, fornecendo uma compreensão mais aprofundada das influências contextuais sobre o uso das formas possessivas. Dessa maneira, a combinação da quantificação dos dados com a análise estatística dos resultados permitiu traçar um panorama detalhado da evolução das formas possessivas ao longo dos cinco séculos, contribuindo para a fundamentação das conclusões e os insights apresentados neste estudo.

2.9 Síntese do capítulo

No Capítulo 2, abordamos os pressupostos teórico-metodológicos que sustentam nossa pesquisa, a saber:

- (i) A Teoria da Variação e Mudança Linguística, que serve como base para entender as dinâmicas linguísticas ao longo do tempo, destacando como a evolução das

línguas é influenciada por fatores internos e externos, refletindo transformações sociais e culturais;

- (ii) O funcionalismo linguístico, que foca na função da linguagem na comunicação, explicando como os usos linguísticos são moldados pelas necessidades comunicativas e contextuais, sendo fundamental para entender as motivações das variações linguísticas;
- (iii) E, mais especificamente, a noção de proeminência, que permite observar como certos elementos linguísticos se destacam dentro da estrutura textual ou discursiva, seja por sua importância informacional, seja por aspectos sintáticos e pragmáticos.

Além disso, selecionamos textos dramáticos como fonte de análise diante da sua importância em pesquisas linguísticas devido à riqueza que oferecem para captar variações linguísticas em contextos dialogais e expressivos. As peças teatrais, com seu caráter dinâmico, constituem um corpus ideal para o estudo da linguagem em uso. Apresentamos a base de dados da pesquisa, com foco no *Corpus Histórico do Português Tycho Brahe*, destacando suas características e relevância para a análise sociolinguística. Explicamos o processo de seleção das peças teatrais, considerando critérios como o período de publicação e a relevância linguística. A metodologia de coleta e seleção dos dados também foi detalhada a fim de assegurar a qualidade dos resultados. A classificação dos dados é realizada com base em critérios linguísticos e históricos para identificar padrões nas variações linguísticas.

No capítulo a seguir apresentaremos os resultados quantitativos da pesquisa.

CAPÍTULO 3. RESULTADOS

Neste capítulo, apresentaremos os resultados das análises quantitativas, isto é, a obtenção de estatísticas descritivas para identificação dos fatores que condicionam a escolha entre as formas possessivas *seu/dele*. Em uma visão da Sociolinguística Quantitativa, buscamos compreender a estrutura da regra variável que influencia esse fenômeno linguístico. Além de examinar os resultados percentuais globais, realizamos uma breve análise por século, indicando os valores percentuais de cada grupo de fatores em cada período, destacando padrões de uso das formas possessivas de 3P e discutindo os critérios adotados na análise, avaliando sua relevância no contexto desta dissertação.

3.1 Um panorama geral: distribuição percentual e análise estatística

Na próxima subseção (3.1.1) apresentamos a *data de publicação dos textos* no contexto da análise multivariada. No seu detalhamento, a apresentação dos resultados será feita século a século, com o objetivo de expor os resultados por período. Dessa forma, examinaremos a correlação entre as formas possessivas de 3P e o século de publicação das obras portuguesas e brasileiras, seguindo a abordagem adotada por Araújo-Adriano e Corôa (2022). Note-se que esses períodos não foram submetidos separadamente à análise multivariada devido ao número reduzido de ocorrências em cada século.

Por outro lado, a subseção 3.1.2 é dedicada especificamente aos condicionadores que influenciam a seleção entre *seu* e *dele* nos contextos das peças analisadas. Nela, apresentaremos os fatores significativos para a probabilidade de uso de *seu* na 3P.

3.1.1 A correlação entre as formas possessivas de 3P e o período de publicação dos textos

No que concerne ao espectro temporal, conforme já mencionado, o critério de análise estabelecido neste trabalho foi a *data de publicação dos textos*. A periodicidade histórica é importante no estudo de variação e mudança linguística, na medida em que permite identificar padrões de uso linguístico e variações. Tratando especificamente dessa questão, Araújo-Adriano e Corôa (2022), que se filiam ao paradigma linguístico formalista, apontam que há benefícios em utilizar a data de criação das obras, pois esse critério inclui aspectos que

meramente o ano de nascimento do autor não consegue captar. Isso ocorre porque a produção literária está intrinsecamente ligada ao contexto histórico, social e cultural do momento em que é escrita, refletindo influências e mudanças que vão além da gramática mental que cada autor construiu em sua infância. A Tabela 2 apresenta os resultados gerais, incluindo os percentuais e os pesos relativos de cada fator.

Tabela 2. As formas possessivas vinculadas à data de publicação do texto.

Século de publicação dos textos	Seu Oco.	Seu %	Dele Oco.	Dele %	Seu Peso Rel.
XVI	217	99,1	2	0,9	.936
XVII	60	87,0	9	13,0	.219
XVIII	126	92,0	11	8,0	.222
XIX	81	83,5	16	16,5	.139
XX	11	34,4	21	65,6	.009
Total	495	89,4	59	10,6	<u>.927</u>

Fonte: Elaborado pelo autor.

Antes de apresentar os resultados, é importante destacar que o número de dados analisados é desigual, o que pode ocorrer em estudos baseados em corpus, especialmente aqueles de natureza histórica.¹²

No que se refere à *data de publicação dos textos*, observamos uma tendência de declínio do uso da forma *seu* na 3P ao longo dos séculos. A Tabela 2 evidencia uma trajetória de variação na preferência entre as formas *seu* (e suas flexões) e *dele* (e suas flexões), refletindo uma mudança linguística progressiva.

No século XVI, verifica-se uma predominância quase categórica da forma *seu* em contraste com *dele*. O alto peso relativo da forma *seu* (.936) reforça essa constatação.

No século XVII, a forma *dele* cresce para 13% em relação ao século anterior, enquanto *seu* recua para 87%. O peso relativo, por sua vez, reduz-se significativamente para .219, indicando uma mudança significativa dos dados de *seu* frente a *dele*. No século XVIII, há uma leve reversão: *seu* volta a crescer para 92%, enquanto *dele* diminui para 8%. Entretanto, o peso

¹² Pretendemos corrigir essa discrepância em estudo posterior, a fim de equilibrar a amostragem para cada metade de século.

relativo de *seu* permanece praticamente o mesmo do século anterior (.222), sugerindo que, apesar da oscilação percentual, a variação linguística fica estável.

O século XIX marca uma nova redução na frequência de *seu*, que cai para 83,5%, enquanto *dele* cresce para 16,5%. O peso relativo continua em declínio (.139), evidenciando um enfraquecimento progressivo da hegemonia de *seu*.

No século XX ocorre uma inversão drástica na distribuição das formas possessivas: *dele* ultrapassa *seu* de maneira expressiva, configurando um ponto de virada na variação linguística. Contudo, o peso relativo atinge seu valor mínimo na tabela (.009), o que indica uma menor relevância da forma *seu* no conjunto dos dados.

A partir da análise dos dados, verificamos uma redução drástica na frequência da forma *seu* ao longo dos séculos. No PCI há uma predominância marcante dessa forma, enquanto no PB sua ocorrência é consideravelmente menor. Entre os séculos XVI e XVIII, as taxas de ocorrência de *seu* permanecem elevadas. Em contraste, nos séculos XIX e XX, observamos uma queda acentuada dessa forma possessiva, sugerindo uma possível reconfiguração no sistema pronominal do português.

De maneira geral, a tabela revelou um processo de *mudança linguística* no qual a forma *seu*, amplamente dominante no século XVI, passa por um declínio progressivo, ao passo que *dele* ganha espaço, culminando na inversão no século XX. O peso relativo demonstrou que os períodos iniciais, especialmente o século XVI, tiveram maior influência na consolidação da tendência geral. Esses dados sugerem que essa mudança linguística ocorre de forma gradual. Por outro lado, considerando que não há uma substituição completa de uma forma pela outra, a passagem entre o século XIX e o XX parece ser crucial. Um eventual mascaramento dos dados devido à sensibilidade ao registro (formal/informal) não parece ser relevante, já que as peças refletem o registro informal.

Com isso, passamos, agora, à análise século por século, a fim de observar detalhadamente os resultados em cada período.

3.1.1.1 O século XVI

No que tange ao século XVI, conforme os dados apresentados nas tabelas na sequência, observamos a predominância esmagadora da forma *seu*, com variações sutis em determinadas condições. A seguir, cada um dos fatores analisados será interpretado detalhadamente.

Sobre o aspecto da *definitude do possuidor*, revela-se um padrão claro: a forma *seu* é praticamente categórica independentemente do grau de definição do possuidor. Mesmo nos

casos em que há alguma margem para a forma *dele* (como no grupo definido de tamanho limitado, com aproximadamente 2%), a frequência da forma *seu* permanece extremamente alta. A presença da forma *dele* – ainda tímida – se concentra quando há um possuidor totalmente definido. Isso sugere que a variação entre *seu* e *dele* não é sensível a esse fator neste período, mantendo-se a preferência pela forma *seu* mesmo quando há maior definição do possuidor.

Tabela 3. A distribuição das formas possessivas em relação à definitude do possuidor no séc. XVI.

Definitude do possuidor	Seu		Dele	
	Oco.	%	Oco.	%
Totalmente definido	115	99,1	1	0,9
Grupo definido de tamanho limitado	60	98,4	1	1,6
Formalmente definido	24	100,0	0	0,0
Totalmente genérico	11	100,0	0	0,0
Formalmente indefinido	7	100,0	0	0,0
Total	217	99,1	2	0,9

Fonte: Elaborada pelo autor.

A *animacidade* também não se mostra um fator determinante para a escolha entre *seu* e *dele* no presente século. A forma *seu* mantém uma frequência de 99% para referentes [+ANIMADOS] e atinge 100% para referentes [-ANIMADOS], como apresentado na Tabela 4.

Tabela 4. A animacidade na escolha das formas possessivas no séc. XVI.

Animacidade	Seu		Dele	
	Oco.	%	Oco.	%
+Animado	193	99,0	2	1,0
-Animado	24	100,0	0	1,0
Total	217	99,1	2	0,9

Fonte: Elaborada pelo autor.

O uso da forma *dele* ocorre apenas em contextos com possuidores animados, ainda que de maneira residual, tal como ilustrado em (63) e (64):

- (63) Dos quais trinta escudos acima declarados, a dita Guiscarda logo_i confessou que tinha recebidos dez por mão do dito Milvo feitor dele_i dito senhor capitão_i [...]. [XVI CE 42:14-15]
- (64) M: E logo assi mesmo da outra parte a dita Guiscarda_i em seu nome, e de Aurélia_i sua filha [...] [XVI CE 42v:16-17] [...] Às vezes mais do que a razão quer, por isso não lhe hajamos dó delas_i. [XVI CE 43:14]

Em relação ao *tipo de posse*, apresenta-se um leve indício de variação: enquanto posse alienável é categórica para a forma *seu*, a posse inalienável e a posse abstrata registram um favorecimento quase categórico da forma *seu*, conforme se mostra na Tabela 5.

Tabela 5. A variação das formas de acordo com o tipo de posse no séc. XVI.

Tipo de posse	Seu Oco.	Seu %	Dele Oco.	Dele %
Inalienável	96	99,0	1	1,0
Alienável	80	100,0	0	0,0
Abstrata	41	97,6	1	2,4
Total	217	99,1	2	0,9

Fonte: Elaborada pelo autor.

Essa distribuição sugere que contextos mais abstratos podem favorecer o uso da forma *dele*. Um exemplo relevante é o apresentado em (64), em que o pronome faz referência à *Guiscarda* e *Aurélia*, mencionadas anteriormente no diálogo. Ora, o texto faz menção ao sentimento de “dó”, o que estabelece um tipo de posse abstrata entre o possuidor e a coisa possuída. Esse grupo foi considerado estatisticamente relevante, considerando o total dos dados.

Considerando o *grau de ambiguidade*, percebemos que a ambiguidade na relação possessiva não afeta significativamente a distribuição das formas no período em cena. Mesmo em contextos ambíguos, *seu* mantém 100% de ocorrência. Isso indica que a percepção de ambiguidade não é um fator determinante na escolha entre essas formas à época.

Tabela 6. A distribuição das formas de acordo com o grau de ambiguidade no séc. XVI.

Grau de ambiguidade	Seu Oco.	Seu %	Dele Oco.	Dele %
--------------------------------	---------------------	------------------	----------------------	-------------------

Não ambíguo	209	99,1	2	0,9
Ambíguo	8	100,0	0	0,0
Total	217	99,1	2	0,9

Fonte: Elaborada pelo autor.

Sobre a estrutura da *relação entre SN possuidor e possuído*, conforme exposto na Tabela 7, notamos que há uma influência leve sobre a distribuição das formas. Quando a relação não se aplica (ou seja, o possuidor é singular), há uma incidência de *dele*. Essa forma se torna um pouco mais frequente no contexto distributivo, mas desaparece completamente no contexto coletivo (100% de *seu*).

Tabela 7. A relação entre o SN possuidor e o SN possuído e sua influência na escolha de forma possessiva no séc. XVI.

Relação entre SN possuidor e possuído	Seu Oco.	Seu %	Dele Oco.	Dele %
Não se aplica	149	99,3	1	0,7
Distributiva	54	98,2	1	1,8
Coletiva	14	100,0	0	0,0
Total	217	99,1	2	0,9

Fonte: Elaborada pelo autor.

A *localização do referente possuidor* na estrutura das sentenças apresenta um padrão interessante, como se vê na Tabela 8.

Tabela 8. O efeito da localização do referente possuidor na oposição entre *seu* e *dele* no séc. XVI.

Localização do referente possuidor	Seu Oco.	Seu %	Dele Oco.	Dele %
Fora da frase	100	99,0	1	1,0
Mesmo período	65	100,0	0	0,0
Mesma oração	46	100,0	0	0,0
Mesmo sintagma	6	83,3	1	16,7
Total	217	99,1	2	0,9

Fonte: Elaborada pelo autor.

Levando em consideração os dados na Tabela 8, percebemos que a forma *seu* mantém alta frequência quando o possuidor está fora da frase (99,0%) ou no mesmo período (100,0%).

No entanto, a maior incidência da forma *dele* (16,7%) ocorre quando o possuidor está no mesmo sintagma.

A partir dos “padrões” identificados nas tabelas referentes ao século XVI, pode-se concluir que a forma *seu* apresenta alta prevalência, sendo praticamente categórica na maioria dos contextos. A forma *dele* surge apenas em situações muito específicas, por exemplo quando há uma proximidade em relação ao possuidor.

3.1.1.2 O século XVII

No século XVII, a *definitude do possuidor* influencia a escolha entre *seu* e *dele*, mas não de forma homogênea. O que se observa é que, em contextos de posse mais claramente definida, a forma *seu* predomina amplamente. Entretanto, há nuances interessantes, como percebemos ao examinar a Tabela 9.

Tabela 9. A distribuição das formas *seu* e *dele* considerando a definitude do possuidor no séc. XVII.

Definitude do possuidor	Seu Oco.	Seu %	Dele Oco.	Dele %
Totalmente definido	26	86,7	4	13,3
Formalmente definido	18	94,7	1	5,3
Grupo definido de tamanho limitado	6	66,7	3	33,3
Totalmente genérico	6	100,0	0	0,0
Formalmente indefinido	4	80,0	1	20,0
Total	60	87,0	9	13,0

Fonte: Elaborada pelo autor.

Em possuidores “totalmente definidos”, o uso de *seu* é majoritário, mas *dele* ainda surge em 13,3% dos casos. Mesmo quando o possuidor está plenamente identificado, há momentos em que a escolha por *dele* se justifica, tal como em (65) e (66).

- (65) Aliviar [vosso mal]_i nunca podereis comigo, que nam sou a causa dele_i para poder diverti-lo. [XVII CSFQMC 9b:1-4]
- (66) [Da infanta Beatriz]_i, minha senhora, que está presente agora, esta luva caiu, que hei levantado. Quis o infante, cortês, se bem ousado, ganhar-me pela mão a luva dela_i. [XVII CSFQMC 19v:1-5]

O fator “formalmente definido” que, em regra, aparece com a presença do artigo definido para a identificação do possuidor, reforça a predominância de *seu* com aproximadamente 95% com um índice ainda menor de *dele*, se comparado com o aspecto “totalmente definido”. O contexto mais marcante se relaciona ao fator “grupo definido de tamanho limitado”, no qual *dele* tem sua maior incidência (33,3%), por exemplo, em (67) e (68).

- (67) Se mudas adorações, se secretos sacrificios, se rendidos pensamentos logram nome de [serviços]_i, por prêmio deles_i me basta saber que os haveis sabido, [...]. [XVII CSFQMC 9c:6-11]
- (68) Porém, quem entre [doces]_i mais se emprega algũa cousa deles_i se lhe pega. [XVII CSFQMC 24v:21-22]

Isso pode indicar que, quando há um elemento que implica a existência de uma quantificação, o falante tende a explicitar a referência usando *dele*. Em casos “totalmente genéricos”, mas com menor peso estatístico, *seu* chega a 100%. Isso sugere que a genericidade do possuidor funciona similarmente aos contextos definidos, diferentemente do PB atual. Já os casos “formalmente indefinidos”, que poderiam abrir mais espaço para *dele*, ainda favorecem *seu* (4 dados em 5). Isso indica que, mesmo sem uma marcação formal forte (de gênero ou número), o contexto parece resolver a identificação do possuidor na maioria das vezes. O conjunto dos dados mostra, assim, que a definitude não elimina a possibilidade de *dele*, mas que sua presença se torna mais significativa quando há um grupo limitado de possuidores.

Em se tratando da *animacidade* do possuidor, notamos que esse critério impacta a distribuição das formas, mas de maneira assimétrica. Quando o possuidor é [+ANIMADO], *seu* atinge mais de 93% de frequência, enquanto *dele* aparece apenas em quase 7% dos casos. Isso sugere que, ao lidar com referências humanas ou personificadas, a forma *seu* é percebida como suficiente para indicar posse sem ambiguidade. Já em possuidores com traço [-ANIMADO], a frequência de *dele* cresce consideravelmente, alcançando cerca de 25% do valor total. Assim, a Tabela 10 indica que o dado crucial aqui é a diferença na estabilidade de *seu* entre contextos

animados e inanimados. A redução de sua frequência para 75% em contextos confirma os resultados apresentados em estudos anteriores, como Oliveira e Silva (1982).

Tabela 10. A distribuição da animacidade na seleção das formas possessivas no séc. XVII.

Animacidade	Seu	Seu	Dele	Dele
	Oco.	%	Oco.	%
+Animado	42	93,3	3	6,7
-Animado	18	75,0	6	25,0
Total	60	87,0	9	13,0

Fonte: Elaborada pelo autor.

A relação entre o *tipo de posse* e a forma possessiva escolhida mostra que *seu* varia conforme a natureza do vínculo entre possuidor e possuído, o que é ilustrado na Tabela 11.

Tabela 11. O efeito do tipo de posse na oposição entre *seu* e *dele* no séc. XVII.

Tipo de posse	Seu	Seu	Dele	Dele
	Oco.	%	Oco.	%
Abstrata	31	86,1	5	13,9
Inalienável	18	94,7	1	5,3
Alienável	11	78,6	3	21,4
Total	60	87,0	9	13,0

Fonte: Elaborada pelo autor.

Em casos de posse abstrata, *seu* aparece em 86,1% dos casos, mas *dele* surge com 13,9%. O uso relativamente maior de *dele* aqui pode caracterizar que, quando a posse não envolve um objeto tangível, há uma necessidade maior de reforçar a conexão entre possuidor e possuído. No caso da posse inalienável (algo intrínseco ao possuidor), *seu* sobe para quase 95%, sugerindo que a posse intrínseca diminui a necessidade de explicitação referencial com marcas morfológicas de gênero ou número, por exemplo. Em (69) e (70) é possível observar isso.

- (69) Faze com que [Dom João]_i se persuada que lhe faz traição Dona Maria porque uma indústria tenho já traçada com que te dê mais ânimo e ousadia, tal que nesta ocasião tam acertada possa enganar a mesma fantasia desso infante, enganando-se com Rosa que lhe faz tanta ofensa [sua esposa]_i. [XVII CSFQMC 31v:20-27]
- (70) E: Como há de louvar um negro cara que é tam alva, e bela? É um extremo [esta prima]_i.
P: Home, toras prima quebra.
E: São dous sóis [seus belos olhos]_i.
P: Pois, si mi os vê fica cega.

E: São fino marfim [seus dentes]_i. [XVII MEVE 58:18-23|59-1]

No primeiro exemplo, a expressão *sua esposa* é uma posse inalienável, pois se trata de um vínculo pessoal, afetivo e social direto. O uso de *sua* parece se relacionar à inexistência de ambiguidade sobre a que *esposa* se refere. Já no segundo exemplo, tanto *seus belos olhos* quanto *seus dentes* são exemplos clássicos de posse inalienável, por representarem partes do corpo. Tais exemplos indicam que, quando o possuído é parte do corpo ou algo essencial ao possuidor, a língua favorece *seu* pela proximidade óbvia entre possuidor e coisa possuída.

A posse alienável tem um padrão semelhante ao da posse abstrata, com 21,4% dos dados ocorrendo com a forma *dele*. A alienabilidade parece criar mais espaço para *dele*, conforme se vê em (71).

- (71) Da infanta Beatriz_i, minha senhora, que está presente agora, esta luva caiu, que hei levantado. Quis o infante, cortês, se bem ousado, ganhar-me pela mão a luva dela_i, [...]. [XVII CSFQMC 19v:1-5]

Em resumo, a posse abstrata e a posse alienável parecem favorecer positivamente a ocorrência de *dele*, enquanto a posse inalienável fortalece o uso de *seu*. Esse padrão preconiza que a estabilidade de *seu* está ligada à naturalidade e permanência da relação de posse.

O grupo *grau de ambiguidade* apresenta um comportamento curioso: em contextos não ambíguos, a distribuição de *seu* e *dele* segue um padrão semelhante ao de outros grupos de fatores analisados. Entretanto, quando há ambiguidade, *seu* atinge o uso categórico, sem espaço para *dele*. Vejamos:

Tabela 12. A distribuição das formas possessivas tendo em vista o grau de ambiguidade no séc. XVII.

Grau de ambiguidade	Seu Oco.	Seu %	Dele Oco.	Dele %
Não ambíguo	57	86,4	9	13,6
Ambíguo	3	100,0	0	0,0
Total	60	87,0	9	13,0

Fonte: Elaborada pelo autor.

Considerando isso, os dados apresentados na Tabela 12 desafiam a expectativa de que *dele* surgiria tão somente como um mecanismo de desambiguação. O fato de *seu* permanecer absoluto mesmo em contextos ambíguos sugere que, no português do século XVII, havia outros mecanismos para resolver a questão sem recorrer a *dele*. Isso reforça a ideia de que o uso de *dele* não está meramente ligado à ambiguidade, mas a outros fatores, como a natureza da posse

ou a animacidade do possuidor. Consideremos os três casos em que há ocorrência de *seu* no contexto ambíguo:

- (72) Dona Maria a[o infante]_i, que isto traça, pode vir a reinar por esta sorte quando a Parca a [el rei]_j o fio corte, e porque seu_i intento sortir não possa o feito, o casamento que em cortes se retratou c'o de Castela, dando-te por esposa. [XVII CSFQMC 21v:26-32]
- (73) Deixai que deste arrebol entre amorosos ensaios aprenda de [vossos raios]_i a ser mais galhardo o sol, que se [a luz]_j mais ocultais desses tam superiores perderá seus_i esplendores todo esse céu que ilustraís, [...]. [XVII CSFQMC 22c:13-20]
- (74) [...] estando uma vez ao serão, junta toda a parentalha, que era [DP um meu tio]_i, bisdono de [minha mãe]_j, que ficava no quarto grau com a sobrinha, de sua_i avó, que casada foi primeira vez com a filha da mãe, da moça, [...]. [XVII MEVE 111:11-18]

Quanto à *relação entre SN possuidor e possuído*, avaliemos o comportamento da seleção das formas possessivas apresentado na Tabela 13:

Tabela 13. A seleção das formas possessivas frente à relação entre o SN possuidor e o SN possuído no séc. XVII.

Relação entre SN possuidor e possuído	Seu Oco.	Seu %	Dele Oco.	Dele %
Não se aplica	55	88,7	7	11,3
Coletiva	2	50,0	2	50,0
Distributiva	3	100,0	0	0,0
Total	60	87,0	9	13,0

Fonte: Elaborada pelo autor.

Quando a relação não se aplica (ou seja, o possuidor é singular e não está em uma estrutura distributiva ou coletiva), *seu* mantém uma presença forte com quase 89% de ocorrências, com *dele* aparecendo em pouco mais de 11%. Já nos casos de posse coletiva a distribuição se equilibra: 50% para cada forma. Isso sugere que a posse coletiva pode criar um cenário em que a identificação do possuidor não é tão automática, levando a um aumento do uso de *dele*. Por exemplo, temos a ocorrência (75):

- (75) [...] banhem sonoras [flores diferentes]_j, seu_i manto estenda neste campo flora_i, [...]. [XVII CSFQMC 28':3-4]

A sentença em cena merece uma análise cuidadosa, pois a construção “seu manto estenda neste campo flora” sugere que a flora (entendida como vegetação ou natureza) estende

seu próprio manto sobre o campo. A palavra “flora” tem relação direta com a ideia de cobertura vegetal, e o termo “manto” reforça essa imagem, associada a uma camada natural de plantas e flores cobrindo o solo. Embora uma leitura alternativa referindo-se às “flores diferentes” como possuidoras do manto não seja impossível, ela seria menos convencional e menos coesa com a ideia de um campo florido. Além disso, o uso de “flora” personificada ao final reforça a interpretação de que é ela quem possui e estende o manto.

No contexto distributivo, *seu* aparece em 100% dos casos, sem concorrência de *dele*. Isso pode indicar que, quando há uma distribuição individualizada da posse, a forma *seu* basta para marcar a relação com seu respectivo referente, por exemplo, como vemos em (76), no qual se conclui que “seus queixumes” se refira às “almas mortais”.

- (76) Se às [almas mortais]_i pede vossa alteza para [seus queixumes]_i queixosas endechas bem pode queixar-se [...]. [XVII CSFQMC 14b:9-13]

A posição do referente em relação ao possessivo também influencia a escolha da forma possessiva, como se percebe na Tabela 14. Quando o possuidor está no mesmo período, há 15,6% de *dele*, indicando que a proximidade entre possuidor e possuído pode gerar contextos nos quais a distinção se faz necessária. Já na mesma oração, *seu* atinge um ponto categórico, sem qualquer ocorrência de *dele*. Isso sugere que, nesse nível de proximidade, a estrutura oracional já fornece pistas suficientes para a identificação da posse. Quando o possuidor está fora da frase, *dele* cresce para 26,7%, o que reforça a ideia de que, quanto maior a distância entre possuidor e possuído, maior a necessidade de explicitação do referente (nesse caso, por meio dos traços de concordância presentes em *dele/a/s*).

Tabela 14. O uso das formas possessivas de acordo com a localização do referente possuidor no séc. XVII.

Localização do referente possuidor	Seu Oco.	Seu %	Dele Oco.	Dele %
Mesmo período	27	84,4	5	15,6
Mesma oração	22	100,0	0	0,0
Fora da frase	11	73,3	4	26,7
Mesmo sintagma	—	—	—	—
Total	60	87,0	9	13,0

Fonte: Elaborada pelo autor.

Vale ressaltar, por fim, um dado bastante curioso: a ausência de ocorrências para possuidores dentro do mesmo sintagma. Isso pode indicar que, nesse período histórico, esse

contexto não era produtivo para a variação entre *seu* e *dele*, possivelmente porque a posse dentro de um mesmo sintagma já era claramente interpretável sem necessidade de outro tipo de marcação.

Ante o exposto, a análise das tabelas revelou que o uso de *dele* no século XVII não era arbitrário, mas surgia principalmente em contextos em que a relação possessiva precisava ser reforçada para confusões interpretativas. Fatores como a *animacidade* do possuidor, o *tipo de posse* e a *localização do referente possuidor* pareciam influenciar a escolha da forma possessiva, mostrando que o sistema de posse no português daquela época já apresentava padrões sistemáticos de variação.

3.1.1.3 O século XVIII

A partir dos dados apresentados na Tabela 15, observamos que, no século XVIII, a forma *seu* era amplamente preferida quando o possuidor era definido, alcançando um valor robusto nos casos de posse “totalmente definida”. À medida que a definitude diminui, a frequência de *seu* apresenta ligeira redução, mas ainda mantém ampla dominância.

Tabela 15. A distribuição das formas *seu* e *dele* tendo em vista a definitude do possuidor no séc. XVIII.

Definitude do possuidor	Seu Oco.	Seu %	Dele Oco.	Dele %
Totalmente definido	59	93,7	4	6,3
Formalmente definido	32	91,4	3	8,6
Grupo definido de tamanho limitado	15	88,2	2	11,8
Formalmente indefinido	12	85,7	2	14,3
Totalmente genérico	8	100,0	0	0,0
Total	126	92,0	11	8,0

Fonte: Elaborada pelo autor.

O ponto mais interessante é a ausência de *dele* nos casos de posse “totalmente genérica”. Esse padrão indica que, no século XVIII, a forma conservadora apresentava uso categórico para marcar posse, mesmo em situações em que a identificação do possuidor poderia ser ambígua. Já a forma inovadora aparecia mais marcada, usada principalmente quando o possuidor era indefinido, conforme ilustrado em (77) e (78).

- (77) [...] que o Senhor Dom Quixote, meu amo, me tem prometido [uma ilha]_i, para eu ser governador dela_i, e até aqui vivo em esperanças; [...]. [XVIII TCPI 78:4-5]
- (78) Descobre-se um templo_i, e [no fim dele]_i estará uma estátua de Júpiter, ao pé da qual há de haver uma águia com três raios nas unhas, [...]. [XVIII TCPI 178:1]

Para mostrar a influência da *animacidade* na escolha das formas possessivas no século XVIII, elaboramos a Tabela 16.

Tabela 16. A influência da animacidade na escolha das formas possessivas no séc. XVIII.

Animacidade	Seu Oco.	Seu %	Dele Oco.	Dele %
+Animado	106	96,4	4	3,6
-Animado	20	74,1	7	25,9
Total	126	92,0	11	8,0

Fonte: Elaborada pelo autor.

As informações da Tabela 16 demonstram um dado crucial: a animacidade do possuidor influenciava fortemente a escolha entre *seu* e *dele*. Quando o possuidor era [+ANIMADO], *seu* atingia a marca de quase 97%, enquanto *dele* era utilizado em pouco mais de 3% dos casos. Já para possuidores com traço [-ANIMADO], a frequência de *seu* caía para 74,1%, e *dele* apresentava a frequência de 25,9%. Esse padrão sugere que *seu* era a forma naturalmente associada à posse de entidades animadas. Quando o possuidor era inanimado, no entanto, *dele* aparece com mais ocorrências. Oliveira e Silva (1984) já havia observado isso e os seus dados confirmam esse fato, tal como notamos nos exemplos (79) e (80), respectivamente:

- (79) Sancho Pança [as moedas]_i hão de vir para o tempo delas_i. [XVIII TCPI 118:4]
- (80) Falta-me [a Sevadilha]_i, que a não acho, por mais que ando ao cheiro dela_i. [XVIII TCPII 72:15]

Em (79), percebe-se que o uso de *seu* poderia gerar ambiguidade, pois, em uma construção como “Sancho Pança_j, as moedas_i hão de vir para o seu tempo_{i/j}”, o interlocutor

poderia interpretar erroneamente que “seu tempo” se refere ao tempo de Sancho Pança. Em (80), o uso de “seu cheiro” em vez de “o cheiro dela” poderia levar o leitor a entender que a pessoa está seguindo o próprio cheiro, e não o da Sevadilha. Diante disso, a escolha de “ao cheiro dela” torna a relação possessiva mais explícita, indicando que o cheiro pertence à personagem Sevadilha. Esse raciocínio também pode ser alargado da seguinte forma: como a posse é normalmente feita tendo um ser animado como possuidor, *seu* é usado como item não marcado, e *dele* como item marcado.

Na Tabela 17, em relação ao *tipo de posse*, notamos que *seu* é mais recorrente na posse abstrata e na posse alienável, pois as duas atingem um percentual superior a 90,0%, enquanto sua frequência diminui um pouco na posse inalienável.

Tabela 17. A utilização das formas possessivas de acordo com o tipo de posse no séc. XVIII.

Tipo de posse	Seu	Seu	Dele	Dele
	Oco.	%	Oco.	%
Abstrata	67	94,4	4	5,6
Inalienável	35	87,5	5	12,5
Alienável	24	92,3	2	7,7
Total	126	92,0	11	8,0

Fonte: Elaborada pelo autor.

Posses abstratas, como sentimentos (*seu amor*) e conceitos (*seu tempo*), eram predominantemente marcadas por *seu*, sugerindo que essa forma era mais convencional nesses contextos. Já em posses inalienáveis – o único fator que alcança mais de 10% das ocorrências –, como partes do corpo ou relações de hierarquia, *dele* pode ter sido empregado para enfatizar o vínculo pessoal do possuidor com o possuído. Isso pode ser visto em (81) e (82):

- (81) [...] despediu um couce; que pregando [na barriga]_i dele_i autor, [...]. [XVIII TCPI 97:6]
- (82) Ora ajunte-se comigo, e falemos [na matéria]_i, que como professor dela_i, estimo muito estas práticas [...]. [XVIII TCPI 34:7]

Tendo em vista o *grau de ambiguidade*, a Tabela 18 contém um dado curioso: mesmo em contextos não ambíguos, *seu* ainda representava a grande maioria dos casos (91,7%). Quando a ambiguidade estava presente, *seu* era usado de maneira categórica, sem ocorrência, portanto, de *dele*. Vejamos:

Tabela 18. A seleção das formas possessivas frente o grau de ambiguidade no séc. XVIII.

Grau de ambiguidade	Seu Oco.	Seu %	Dele Oco.	Dele %
Não ambíguo	121	91,7	11	8,3
Ambíguo	5	100,0	0	0,0
Total	126	92,0	11	8,0

Fonte: Elaborada pelo autor.

Essas ocorrências reforçam a ideia de que *seu* era a forma padrão para marcar posse mesmo em contextos em que poderia haver ambiguidade, por exemplo, em (83).

- (83) [O homem]_i então carregado ficou com [a mulher]_j às costas, casando com seus_{i/j} encargos. [XVIII MJVEPC 30:17-19]

A ambiguidade no exemplo (85) decorre do uso do pronome possessivo *seus*, que pode ser interpretado se referindo tanto ao homem quanto à mulher. A primeira interpretação é: o pronome *seus* retoma “o homem”, sugerindo que ele se casou com os encargos que lhe pertencem. Logo, ao casar-se com a mulher, assumiu as responsabilidades que vinham com o casamento. Contudo, a sentença não anula uma segunda interpretação, que é possível, mas menos intuitiva: o pronome *seus* poderia, em tese, retomar “a mulher”, o que daria a entender que o homem assumiu os encargos que eram dela. Isso geraria uma leitura em que a ênfase recai sobre o fato de o homem ter herdado responsabilidades da mulher, e não simplesmente do casamento em si. Vale ressaltar que, pelo contexto da obra *Musa jocosa de vários entremezes portugueses e castelhanos*, de Nuno Nisceno Sutil, é possível compreender que a intenção do autor foi referir-se aos encargos do homem. Isso pode indicar que os escritores das obras analisadas no corpus do século XVIII confiavam no contexto e na estrutura da frase para desambiguar a referência, sem recorrer à forma *dele* como marcador de clareza.

A relação entre SN possuidor e possuído na oposição entre *seu* e *dele* referente ao século XVIII é apresentada na Tabela 19.

Tabela 19. A relação entre SN possuidor e possuído na oposição entre *seu* e *dele* no séc. XVIII.

Relação entre SN possuidor e possuído	Seu Oco.	Seu %	Dele Oco.	Dele %
Não se aplica	104	91,2	10	8,8
Distributiva	20	100,0	0	0,0

Coletiva	2	66,7	1	33,3
Total	126	92,0	11	8,0

Fonte: Elaborada pelo autor.

As informações constantes na Tabela 19 apontam que *seu* dominava amplamente os casos em que a relação entre o SN possuidor e o possuído não se aplicava a relações distributivas ou coletivas (91,2%). Nos casos distributivos, *seu* atingia 100%, enquanto em relações coletivas sua presença caía para 66,7%, com *dele* subindo para 33,3%. Isso sugere que *seu* era a escolha preferida para posses individuais e para situações nas quais a posse se distribuía entre vários elementos. Em contrapartida, em contexto coletivo, *dele* parecia ser empregado para enfatizar a individualização da posse.

A Tabela 20 destaca um fator importante: a *localização do referente possuidor* influenciava a escolha entre *seu* e *dele*. Quando o possuidor estava na mesma oração, *seu* era quase absoluto. Quando o possuidor estava fora da frase, a frequência de *seu* diminuía para 89,7%, e a de *dele* aumentava para 10,3%.

Tabela 20. A escolha das formas possessivas quanto à localização do referente possuidor no séc. XVIII.

Localização do referente possuidor	Seu Oco.	Seu %	Dele Oco.	Dele %
Mesmo período	59	92,2	5	7,8
Mesma oração	41	97,6	1	2,4
Fora da frase	26	89,7	3	10,3
Mesmo sintagma	0	0,0	2	100
Total	126	92,0	11	8,0

Fonte: Elaborada pelo autor.

O caso mais interessante é a ocorrência exclusiva de *dele* quando o possuidor estava dentro do mesmo SN. Isso indica que *seu* funcionava melhor em contextos em que o possuidor estava próximo na estrutura sintática, permitindo que a referência fosse facilmente recuperada, isto é, a posição logo anterior. Já *dele* surgia como uma forma necessária quando o possuidor estava mais distante, como em (84), ou embutido dentro do mesmo sintagma, como já ilustrado em (81).

- (84) P: Basta que isso me diz, meu Padre Cura? Ora veja se pode por ventura desmanchar outra vez o matrimônio porque [a molher que tenho]_i, é um demônio. É simulada, sonsa, e mui gulosa mil acintes me faz, e é a queixosa. Se lhe digo o que é bem, diz que sou

mau! Mas eu nas costas lhe porei um pão, que não será de prancha, mas de gume para que lhe não vá fazer queixume.

C: Haveis de fazer tal? Vós estais loco. E mais sendo caso de tão pouco? Não queirais que vos chamem vilão ruim, que ainda estais no princípio.

P: Fora ele o fim. E vira-me eu viúvo, e livre dela; que eu lhe dera compadre, uma vitela melhor do que a oferta que lhe dei quando com tal figura me casei. [XVIII MJVEPC 58:6-24]

Em suma, a apresentação desses resultados indica que, no século XVIII, *seu* ainda era amplamente predominante e funcionava como a forma padrão de posse, independentemente de ambiguidade ou definitude do possuidor. *Dele* surgia como uma opção marcada, quando o possuidor era inanimado ou quando a posse era inalienável. A forte presença de *seu*, mesmo em contextos potencialmente ambíguos, sugere que a economia linguística favorecia seu uso, confiando no contexto e na estrutura da frase para compreender a noção de posse. Em contrapartida, *dele* aparecia como uma forma marcada, empregada estrategicamente para clareza e ênfase. Esses padrões revelam uma sintaxe do século XVIII em que *seu* ainda praticamente não sofria concorrência com *dele*. Isso mostra uma estrutura mais formal e sistemática na marcação da posse em comparação ao PB atual.

3.1.1.4 O século XIX

A análise das tabelas revela um panorama significativo sobre o uso das formas possessivas *seu* e *dele* no século XIX. Em linhas gerais, *seu* continuou sendo a forma predominante, mas há nuances interessantes que merecem ser exploradas além dos números absolutos.

Em se tratando da *definitude do possuidor* e a escolha das formas possessivas, observamos, a partir dos dados elencados da Tabela 21, que a definitude tem um impacto direto na escolha entre *seu* e *dele*.

Tabela 21. A seleção das formas *seu* e *dele* no que tange à definitude do possuidor no séc. XIX.

Definitude do possuidor	Seu Oco.	Seu %	Dele Oco.	Dele %
Totalmente definido	37	78,7	10	21,3
Formalmente definido	14	70,0	6	30,0

Formalmente indefinido	17	100,0	0	0,0
Totalmente genérico	8	100,0	0	0,0
Grupo definido de tamanho limitado	5	100,0	0	0,0
Total	81	83,5	16	16,5

Fonte: Elaborada pelo autor.

Quando o possuidor é “totalmente definido”, *seu* é empregado em 78,7% dos casos, enquanto *dele* aparece em 21,3%. Já nos contextos “formalmente definidos”, a presença de *dele* aumenta para 30%, não havendo nenhuma ocorrência de *dele* em contextos de posse “formalmente indefinida”, “totalmente genérica” ou pertencente a “um grupo de tamanho limitado”, nos quais *seu* atinge 100% de frequência. Isso parece sugerir certa correlação entre definitude e *dele*, por um lado, e entre indefinitude e *seu*, por outro, o que indica uma gramática em parte semelhante àquela que vai se estabelecer no PB mais tarde. Isso ainda sugere que a falta de um possuidor específico impede a introdução de *dele*, que pode ser interpretado como uma forma marcada em gênero e número.

O aspecto da *animacidade* do possuidor, conforme indicado na Tabela 22, parece não desempenhar um papel determinante na escolha entre as formas possessivas, uma vez que tanto em contextos [+ANIMADO] quanto [-ANIMADO], *seu* se mantém em uma frequência próxima (83,5% e 83,3%, respectivamente). No entanto, vale ressaltar que a frequência geral de ocorrências em contextos animados é muito superior à de contextos inanimados. Esse dado pode indicar que, no século XIX, *seu* era preferencialmente associado a referentes humanos ou personificados, reforçando sua ligação com um possuidor mais facilmente identificável no discurso.

Tabela 22. Os reflexos da animacidade na escolha das formas possessivas no séc. XIX.

Animacidade	Seu Oco.	Seu %	Dele Oco.	Dele %
+Animado	71	83,5	14	16,5
-Animado	10	83,3	2	16,7

Total	81	83,5	16	16,5
-------	----	------	----	------

Fonte: Elaborada pelo autor.

Sobre a questão do *tipo de posse* no século XIX, constante na Tabela 23, compreendemos que a posse abstrata apresenta a maior taxa de uso de *seu* (90,2%), tal como em (85), (86) e (87), contrastando com a posse alienável, em que *seu* apresenta menor percentual, 66,7% e *dele* apresenta percentual mais significativo: 33,3%, como ilustrado nos exemplos (88) e (89).

- (85) Os elogios, a admiração, a consideração social acompanham na [sua ascensão] esse astro luminoso, cuja cauda é uma crinolina, e cujo brilho vem da casa do Vaiais ou da Berat, à custa de alguns contos de réis! [XIX DF 37:17-21]
- (86) Ah! Carlotinha também ama! Ainda não me confiou [seu segredo]! [XIX DF 109:10-11]
- (87) [...] e viveria com essa única esperança de que um dia mano compreenderia [DP o seu amor]! [XIX DF 50:10-11]
- (88) Sim; disse-me que todos os dias lhe via [SP da casa dela], [...]. [XIX DF 47:13-14]
- (89) Quem é que vai contar-lhe que nós viemos [SP ao quarto dele]? [XIX DF 8:1]

Isso sugere que, quando a relação de posse é mais subjetiva e abstrata, *seu* tende a ser a escolha preferida, ao passo que, quando a posse é concreta e transferível (alienável), há favorecimento do uso de *dele*.

Tabela 23. A escolha das formas possessivas em relação com o tipo de posse no séc. XIX.

Tipo de posse	Seu	Seu	Dele	Dele
	Oco.	%	Oco.	%
Abstrata	37	90,2	4	9,8
Inalienável	34	82,9	7	17,1
Alienável	10	66,7	5	33,3
Total	81	83,5	16	16,5

Fonte: Elaborada pelo autor.

A tabela seguinte apresenta os resultados da relação entre o *grau de ambiguidade* e a seleção das formas possessivas e revela um dado relevante: em contextos não ambíguos, *seu* aparece em aproximadamente 83% das ocorrências, enquanto *dele* surge em quase 17%. Já nos poucos casos classificados como ambíguos, *seu* é utilizado em 100% das ocorrências, logo, sem registro de *dele*.

Tabela 24. A distribuição das formas possessivas a partir do grau de ambiguidade no séc. XIX.

Grau de ambiguidade	Seu Oco.	Seu %	Dele Oco.	Dele %
Não ambíguo	79	83,2	16	16,8
Ambíguo	2	100,0	0	0,0
Total	81	83,5	16	16,5

Fonte: Elaborada pelo autor.

No que tange à *relação entre o possuidor e o possuído*, notamos – conforme indicado na Tabela 25 – que esse grupo influencia a escolha da forma possessiva.

Tabela 25. A seleção entre *seu* e *dele* considerando a relação entre SN possuidor e possuído no séc. XIX.

Relação entre SN possuidor e possuído	Seu Oco.	Seu %	Dele Oco.	Dele %
Não se aplica	71	81,6	16	18,4
Distributiva	6	100,0	0	0,0
Coletiva	4	100,0	0	0,0
Total	81	83,5	16	16,5

Fonte: Elaborada pelo autor.

Nos casos em que essa relação não se aplica diretamente, *seu* aparece em quase 82% das ocorrências. No entanto, quando há uma relação distributiva – como em (90) e (91) – ou coletiva – como em (92) e (93) –, *seu* é categórico, indicando que nesses contextos o pronome possessivo simples era a opção natural. Esse padrão pode refletir uma tendência do século XIX de evitar o uso de *dele* quando a posse era compartilhada ou se distribuía entre mais de um referente.

- (90) [...] e [tantos pais iludidos]_i que se arruinam para satisfazer o capricho de suas_i filhas, julgando que é esse o meio de dar-lhes a ventura! [XIX DF 39:7-9]
- (91) [Alguns homens]_i costumam fazer de sua_i esposa uma espécie de caixeiro doméstico, a que chamam dona de casa. [XIX DF 115:17-19]
- (92) O serão da família desapareceu; são apenas [alguns parentes]_i que se juntam por hábito, e que trazem para a sua_i vida doméstica, [...]. [XIX DF 38:29|39:1]
- (93) [...] que é sempre um mito para [os velhos]_i já esquecidos de sua_i mocidade. [XIX DF 62:19|63:1]

Na Tabela 26, inserimos os dados sobre a posição do possuidor no discurso que parece ser um fator relevante para a escolha entre as formas possessivas. Quando o possuidor está fora da frase, *seu* aparece em 77,3% dos casos, enquanto *dele* sobe para 22,7%, demonstrando uma necessidade maior de explicitação quando há maior distância entre possuidor e possuído. Quando o possuidor está no mesmo período, *seu* atinge mais de 90%, e na mesma oração, 100%, reforçando a ideia de que a proximidade sintática reduz a necessidade de clarificação do referente possuidor por meio da forma não marcada *dele*.

Tabela 26. A distribuição das formas possessivas no que concerne à localização do referente possuidor no séc. XIX.

Localização do referente possuidor	Seu Oco.	Seu %	Dele Oco.	Dele %
Fora da frase	34	77,3	10	22,7
Mesmo período	32	91,4	3	8,6
Mesma oração	15	100,0	0	0,0
Mesmo sintagma	0	0,0	3	100,
Total	81	83,5	16	16,5

Fonte: Elaborada pelo autor.

Curiosamente, quando o possuidor está no mesmo SN, *seu* desaparece e *dele* assume um caráter categórico, como apontado em (94). Esse tipo de exemplo indica que, em estruturas de extrema proximidade, *dele* era a única opção possível.

- (94) Pedro já vem! (Vai à porta espiar e volta). Filha dele, sinhá Henriqueta... Mas Senhor Azevedo vai casar com ela! [XIX DF 98:13-15]

Em síntese, a análise dos dados do século XIX revela um cenário no qual *seu* continua sendo a forma predominante, mas com variações interessantes de acordo com fatores sintáticos e discursivos. O uso de *dele* não se dá de maneira aleatória, mas especialmente quando o possuidor é menos definido, a posse é alienável, o referente está distante no discurso ou quando a estrutura sintática exige uma forma mais explícita. Isso sugere que esse século ainda mantém a preferência histórica pelo possessivo *seu*, mas com um uso estratégico de *dele* em situações específicas, refletindo um sistema linguístico em transição. Assim, as escolhas textuais refletem uma preocupação constante com a clareza e a interpretação do enunciado.

3.1.1.5 O século XX

Tendo em vista os resultados dos dados do século XX, na Tabela 27, observamos que *dele* tende a ser mais utilizado quando o possuidor é explicitamente definido, enquanto *seu* é fortemente evitado nesses contextos. Já quando o possuidor é genérico, *seu* domina completamente, possivelmente porque a forma *dele* pressupõe uma identidade definida e identificável, algo ausente nesse contexto.

Tabela 27. A distribuição das formas possessivas considerando a definitude do possuidor no séc. XX.

Definitude do possuidor	Seu Oco.	Seu %	Dele Oco.	Dele %
Totalmente definido	8	30,8	18	69,2
Totalmente genérico	2	100,0	0	0,0
Formalmente definido	1	50,0	1	50,0
Formalmente indefinido	0	0,0	2	100,0
Grupo definido de tamanho limitado	-	-	-	-
Total	11	34,4	21	65,6

Fonte: Elaborada pelo autor.

Além disso, os dados sobre os possuidores “formalmente definidos” e “formalmente indefinidos” mostram um equilíbrio entre as formas, sugerindo que, em casos menos categóricos, há maior flexibilidade na escolha. Isso reforça a hipótese de que *dele* surge como alternativa à ambiguidade, enquanto *seu* persiste quando o possuidor não precisa ser especificado de forma tão evidente.

Na Tabela 28, no que tange à *animacidade*, notamos que *dele* é amplamente preferido para possuidores animados (64,5%). Aqui se nota uma reversão da tendência dos séculos anteriores. Vejamos:

Tabela 28. A escolha entre *seu* e *dele* quanto à animacidade no séc. XX.

Animacidade	Seu Oco.	Seu %	Dele Oco.	Dele %
+Animado	11	35,5	20	64,5
-Animado	0	0,0	1	100,0
Total	11	34,4	21	65,6

Fonte: Elaborada pelo autor.

Essa escolha é coerente com a tendência observada na definitude: quando o possuidor é um agente animado e claramente identificável, *dele* emerge como uma forma de distinção explícita. Para referentes com traço [-ANIMADO], os dados são limitados (apenas uma ocorrência), mas indicam uma preferência exclusiva por *dele* (100%). Pela análise, *dele* tende a ser a escolha mais natural em contextos em que há um complemento nominal que exige seu uso.

- (95) S: Até o de Santa Efigênia...
R: Mamãe era devota dela. [XX AP: 28-15-16]

A partir dos resultados em relação ao *tipo de posse* referente ao século XX, evidenciamos, na Tabela 29, que *dele* predomina nos contextos de posse inalienável (como nos exemplos (96) e (97)), enquanto *seu* predomina nas posses abstratas (como em (98) e (99)).

- (96) Bom, faço eu Verônica. Vamos cortar [DP a fala dela], assim eu não preciso falar. [XX NCB 18:18]
- (97) Só depois é que ela viu que o cafajeste tinha quebrado [DP a mão dela]. [XX NCB 11:42]
- (98) A filha, antes de sair para a Igreja, teve a idéia de ir procurar a mãe. Correu até o muro, o véu de renda batido pelo vento, tentando encontrar a mãe adorada. E, prá [seu horror], viu a pobre mulher do outro lado do arame farpado, prontinha prá festa [...]. [XX NCB 2:52 | 3:1-3]
- (99) Tinha [DP as suas taras], mas eu acho que todo mundo tem. [XX AP 10:8]

Esse resultado é bastante significativo, pois sugere que a forma *dele* está associada a tipos de posse que fazem parte da identidade ou essência do possuidor (como características físicas), enquanto *seu* tende a ser usado em conceitos mais abstratos. No caso das posses alienáveis (transferíveis), há uma divisão equitativa entre *seu* e *dele* (50% cada), indicando que esse tipo de posse pode estar em um limiar no qual ambas as formas são aceitáveis, dependendo de outros fatores discursivos.

Tabela 29. A seleção das formas possessivas no que concerne ao tipo de posse no séc. XX.

Tipo de posse	Seu	Seu	Dele	Dele
	Oco.	%	Oco.	%
Inalienável	2	10,0	18	90,0
Abstrata	7	87,5	1	12,5
Alienável	2	50,0	2	50,0
Total	11	34,4	21	65,6

Fonte: Elaborada pelo autor.

Sobre o *grau de ambiguidade*, a Tabela 30 apresenta um dado curioso. Vejamos:

Tabela 30. A escolha das formas possessivas tendo em vista o grau de ambiguidade no séc. XX.

Grau de	Seu	Seu	Dele	Dele
ambiguidade	Oco.	%	Oco.	%
Não ambíguo	10	33,3	20	66,7
Ambíguo	1	50,0	1	50,0
Total	11	34,4	21	65,6

Fonte: Elaborada pelo autor.

Mesmo em contextos não ambíguos, *dele* é utilizado em 66,7% dos casos, reforçando o uso como forma não marcada. Por outro lado, nos casos ambíguos, há um equilíbrio entre as formas (50% cada). Esse resultado indica que, nas obras analisadas, a forma *dele* nem sempre foi utilizada como estratégia de desambiguação, havendo, em alguns casos, a preferência por *seu*, com a expectativa de que o próprio contexto discursivo fosse suficiente para esclarecer possíveis interpretações ambíguas.

A Tabela 31 – que indica a *relação entre SN possuidor e possuído* – revela que *dele* é amplamente usado quando o referente possuidor é singular (75,0%), o que pode se referir a casos em que a relação de posse não é diretamente inferível do contexto. Em contrapartida, em relações distributivas, *seu* aparece categoricamente (100,0%), o que sugere que essa forma é preferida quando há múltiplos possuidores e a posse é distribuída entre eles. A ausência de dados sobre relações coletivas impede conclusões definitivas.

Tabela 31. A seleção entre *seu* e *dele* a partir da relação entre SN possuidor e possuído no séc. XX.

Relação entre SN possuidor e possuído	Seu Oco.	Seu %	Dele Oco.	Dele %
Não se aplica	7	25,0	21	75,0
Distributiva	4	100,0	0	0,0
Coletiva	-	-	-	-
Total	11	34,4	21	65,6

Fonte: Elaborada pelo autor.

Passemos aos resultados indicados na Tabela 32, sobre a distribuição das formas *seu* e *dele* quanto à *localização do referente possuidor*. Nesse ponto, reforçamos uma correlação importante: quanto maior a distância entre o possuidor e o possuído, maior a necessidade de explicitação, o que favorece *dele*. Quando o possuidor está fora da frase, *dele* é a forma predominante (81,8%), enquanto *seu* aparece apenas em 18,2% dos casos. Isso confirma que *seu* ocorre em contextos de maior proximidade sintática. Quando o possuidor está na mesma oração, *seu* é categórico, sugerindo que essa forma é suficiente. O uso misto em possuidores situados no mesmo período (40% *seu* vs. 60% *dele*) sugere que essa é uma zona intermediária, na qual a seleção entre as formas possessivas depende de outros fatores discursivos.

Tabela 32. A distribuição das formas *seu* e *dele* conforme a localização do referente possuidor no séc. XX.

Localização do referente possuidor	Seu Oco.	Seu %	Dele Oco.	Dele %
Fora da frase	4	18,2	18	81,8
Mesma oração	5	100,0	0	0,0
Mesmo período	2	40,0	3	60,0
Mesmo sintagma	-	-	-	-
Total	11	34,4	21	65,6

Fonte: Elaborada pelo autor.

Em suma, a análise conjunta das tabelas permite inferir que a escolha entre *seu* e *dele* não é determinada por um único fator isolado, mas, sim, por uma interação complexa entre *definitude*, *animacidade*, *tipo de posse*, *ambiguidade*, *relação sintática* e *localização do possuidor*. De maneira geral: (i) *Dele* é preferido quando há necessidade de explicitação, especialmente em posses inalienáveis, possuidores bem definidos e referências distantes do possuído; (ii) *Seu* predomina quando o contexto já fornece pistas suficientes sobre a identidade

do possuidor, como em posses abstratas, possuidores genéricos ou contextos de proximidade sintática. Esses padrões reforçam a hipótese de que a variação entre *seu* e *dele* reflete uma clareza referencial: enquanto *seu* é mais econômico e previsível, *dele* é utilizado estrategicamente para reforçar distinções contextuais.

Ante o exposto, após descritos os critérios de classificação por século, passamos à análise multivariada no programa *GoldVarb X*, com o objetivo de mostrar a análise multivariada e, de fato, os fatores condicionantes de seleção entre *seu* e *dele* no período em questão.

3.1.2 A análise multivariada no *GoldVarb X*: critérios de classificação e principais resultados

Em consonância com os dados apresentados na Tabela 33, realizamos uma análise multivariada para destacar o peso relativo de cada fator e identificar os resultados mais significativos para esta dissertação. Após a aplicação das etapas *stepping-up* e *stepping-down* no *GoldVarb X*, os grupos de fatores *definitude do possuidor* e *grau de ambiguidade* foram eliminados, o que indica que não apresentaram relevância dentro do corpus analisado. Por essa razão, não serão discutidos a partir deste ponto.

A análise considerou um total de 554 ocorrências. Observou-se, ainda, uma redução no número de dados referentes ao grupo de fatores *definitude do possuidor*, devido à presença do fator “totalmente genérico”¹³.

Tabela 33. As análises multivariadas da contribuição de fatores internos selecionados como significantes para a probabilidade de uso de *seu* na 3P.

<i>PCI + PB</i>			
<i>Resultado da estatística de comparação = -97.034</i>			
<i>Input: 0.988 para a aplicação das regras variáveis</i>			
N total	554		
	<i>Oc./total</i>	<i>%</i>	<i>Peso Rel.</i>
Localização do referente possuidor			
Mesma oração	129/130	99,2	.943

¹³ O fator “totalmente genérico” apareceu exclusivamente com a forma *seu*, configurando um nocaute — termo usado pelo programa *GoldVarb X* para indicar ocorrências categóricas.

Mesmo período	186/202	92,1	.500
Fora da frase	175/211	82,9	.192
Mesmo sintagma	5/6	45,5	.003
<i><u>Amplitude</u></i>			<i><u>.940</u></i>
Data de publicação dos textos			
Séc. XVI	217/219	99,1	.936
Séc. XVII	60/69	87,0	.219
Séc. XVIII	126/137	92,0	.222
Séc. XIX	81/97	83,5	.139
Séc. XX	11/32	34,4	.009
<i><u>Amplitude</u></i>			<i><u>.927</u></i>
Relação entre SN possuidor e possuído			
Distributiva	87/88	98,9	.783
N/A (possuidor singular)	386/441	87,5	.464
Coletiva	22/25	88,0	.119
<i><u>Amplitude</u></i>			<i><u>.664</u></i>
Animacidade			
+Animado	423/466	90,8	.598
-Animado	72/88	81,8	.108
<i><u>Amplitude</u></i>			<i><u>.490</u></i>
Tipo de posse			
Abstrata	183/198	92,4	.659
Inalienável	185/217	85,3	.441
Alienável	127/139	91,4	.362
<i><u>Amplitude</u></i>			<i><u>.297</u></i>

Fonte: Elaborada pelo autor.

A análise revelou, ante o exposto, cinco grupos de fatores potencialmente relevantes, que foram classificados pela ordem de relevância dada a amplitude dos pesos relativos, a saber: a *localização do referente possuidor*, a *data de publicação dos textos*, a *relação entre o SN possuidor e possuído*, a *animacidade* e o *tipo de posse*. Tendo sido a questão da periodicidade destacada já na seção anterior.

Diante disso, partiremos para uma análise descritivo-analítica dos resultados considerando as variáveis independentes selecionadas. Discutiremos, para tanto, o significado desses grupos de fatores e a motivação por trás dos resultados apresentados. Por fim, descreveremos a distribuição dos dados de formas possessivas considerando os parâmetros linguísticos provenientes dos resultados das ocorrências.

Nas subseções a seguir, abordaremos os aspectos semânticos e morfossintáticos que influenciaram a seleção das formas possessivas na LP, a saber:

- (i) A posição do referente possuidor;
- (ii) A relação entre o SN possuidor e possuído;
- (iii) A animacidade no uso das formas possessivas;
- (iv) O tipo de posse referente à coisa possuída.

3.1.2.1 A posição do referente possuidor

Nesta seção, pretendemos abordar o fator condicionante da *localização do referente possuidor*, que descreve a relação entre o possuidor e o possuído, considerando quatro contextos distintos quando aquele está: (i) na mesma oração; (ii) no mesmo período; (iii) fora da frase; (iv) no mesmo SN. A Tabela 34 apresenta a distribuição das formas possessivas de 3P em relação à posição do referente, evidenciando as variações na escolha entre essas formas conforme a proximidade ou distância sintática entre o possuidor e o possuído.

Tabela 34. A correlação entre a posição do referente possuidor e a escolhas das formas possessivas.

Localização do referente possuidor	Seu Oco.	Seu %	Dele Oco.	Dele %	Peso Rel.
Mesma oração	129	99,2	1	0,8	.943
Mesmo período	186	92,1	16	7,9	.500
Fora da frase	175	82,9	36	17,1	.192
Mesmo sintagma	5	45,5	6	54,5	.003
Total	495	89,4	59	10,6	<u>.940</u>

Fonte: Elaborada pelo autor.

A partir desse resultado, consideramos que a maior parte das ocorrências de *seu* e suas flexões é encontrada em contextos em que o possuidor está na mesma oração, destacando a predominância dessa estrutura, que apareceu quase categoricamente. Quando o possuidor está no mesmo período, aproximadamente 92% dos casos são com *seu* e 8% com *dele*, o que representa um peso relativo de .500. Já quando o possuidor está fora da frase, observa-se, em relação ao grupo anterior, uma queda de praticamente 10% na frequência de *seu* em comparação a um aumento de 10% de *dele*, com peso relativo bem inferior de .192. O caso em que o possuidor está no mesmo sintagma mostra uma distribuição mais equilibrada entre *seu* e *dele*, embora esse caso represente uma pequena parte do total.

Assim, observamos que *seu* é preferido em contextos de proximidade entre o possuidor e o possuído, enquanto *dele* é mais utilizado em situações que estão distantes sintaticamente. Portanto, a proximidade sintática entre o possuidor e o possuído, como destaca Marcuschi (2001), favorece o uso de formas mais sintéticas, como *seu*. Mesmo quando o possuidor está no mesmo período, mas fora do SN, *seu* continua predominante, o que aponta o uso de pronomes possessivos para referência na posição de sujeito, por exemplo, na medida em que é mais proeminente nessa função. Em contextos de maior distância sintática, todavia, como quando o possuidor está fora da frase, a forma *dele* tende a ser mais frequente. É importante notar, além disso, que a presença de marcas de gênero (masculino e feminino) e a desinência de plural -s, que indicam a concordância com o referente possuidor, facilitam a utilização de *dele* em contextos mais distantes, permitindo que a retomada da forma possessiva ocorra fora da frase ou com maior distanciamento entre os elementos envolvidos, ao contrário de *seu*.

3.1.2.2 A relação entre o SN possuidor e possuído

Segundo Marcuschi (2001), a relação entre o possuidor e o possuído “desempenha um papel crucial na organização da estrutura da frase e na interpretação da posse, influenciando diretamente a escolha das formas pronominais” (p. 45). No contexto desta dissertação de mestrado, a escolha entre *seu* e *dele* pode ser modulada pela proximidade sintática e semântica entre o possuidor e o possuído, na medida em que a estrutura sintática e as relações de concordância desempenham um papel importante na escolha entre formas pronominais, especialmente em relação ao possuidor e ao possuído. Logo, a maneira como esses entes se relacionam dentro da frase é essencial para definir a estrutura e o sentido da posse, o que impacta diretamente a seleção do pronome possessivo apropriado. A Tabela 35 mostra os dados deste grupo.

Tabela 35. A relação entre SN possuidor e possuído quanto à seleção entre *seu* e *dele*.

Relação entre SN possuidor e possuído	Seu Oco.	Seu %	Dele Oco.	Dele %	Peso Rel.
Distributiva	87	98,9	1	1,1	.783
N/A (possuidor singular)	386	87,5	55	12,5	.464
Coletiva	22	88,0	3	12,0	.119
Total	495	89,4	59	10,6	<u>.664</u>

Fonte: Elaborada pelo autor.

No que tange à classe dos pronomes possessivos, o número gramatical pode não coincidir com o semântico. Pensando nisso, é relevante apontar o critério da *relação entre SN possuidor e possuído*. Sobre a combinação do número entre possuidor e possuído, observou-se que quando os SNs envolvidos na relação de posse estão no plural, a relação entre eles tende a ser distributiva (como percebido em (100)); contudo, quando apenas o SN possuidor está pluralizado, a relação se mostra coletiva (conforme se vê em (101)), o que corrobora os estudos de Müller (1997b) e Oliveira e Silva (1982). Assim, os dados da tabela indicam que a escolha entre *seu* e *dele* está fortemente relacionada ao tipo de construção semântica, sendo *seu* mais comum em todas as situações analisadas, mas com uma leve variação em contextos mais específicos tal como em (102), que tem relação de posse distributiva, apesar de conter SN possuidor plural e SN possuído singular.

- (100) [...] cursores_i vão, cursores_i vêm, com suas_i varinhas na mão de mais virtude [...]. [XVI CE 36:8]
- (101) [Os tafuis]_i roubaram em outra parte, por pagarem fielmente o que fizeram bom sobre sua_i palavra. [XVI CE 33v:5-6]
- (102) Eram elas mulheres_i muito honradas no seu_i corpo [...]. [XVIII TCPI 195:6]

Portanto, neste trabalho, a relação semântica entre o sujeito possuidor e o objeto possuído interfere diretamente na seleção das formas possessivas. Na relação distributiva, *seu* é quase exclusivo (98,9%), com um alto peso relativo de .783, indicando forte prevalência. No caso do possuidor singular, *seu* aparece em 87,5%, mas *dele* é utilizado em 12,5%, com um

peso relativo de .464, refletindo uma maior diversidade nas escolhas. Já na relação coletiva, o uso de *seu* se mantém, mas com um peso relativo bem menor (.119), apontando uma menor influência desse fator condicionador. No total, *seu* é amplamente preferido, destacando-se como a forma mais comum em textos formais, especialmente nos contextos mais observados.

3.1.2.3 A animacidade no uso das formas possessivas

O comportamento das formas possessivas e os traços do possuidor em relação à coisa possuída é um critério essencial para a interpretação dos dados, que, nesta pesquisa, se mostrou estatisticamente relevante. Quando o possuidor apresenta o traço [+ANIMADO], observa-se uma maior tendência ao uso do possessivo canônico, que referencia diretamente o próprio possuidor. Esses traços influenciam as restrições sintáticas associadas a cada forma possessiva, destacando, assim, uma interação entre fatores formais e contextuais.

Mostramos na Tabela 34 o valor de amplitude (.490) deste critério. O peso relativo é significativamente maior quando o referente possuidor é animado (.598); já para referentes inanimados, o peso relativo é muito menor (.108), evidenciando a menor adequação de *seu* nesse contexto. Vejamos:

Tabela 36. A correlação entre a animacidade do possuidor e a distribuição das formas *seu* e *dele*.

A	Seu	Seu	Dele	Dele	Peso
animacidade	Oco.	%	Oco.	%	Rel.
do referente					
possuidor					
+Animado	423	90,8	43	9,2	.598
-Animado	72	81,8	16	18,2	.108
Total	495	89,4	59	10,6	<u>.490</u>

Fonte: Elaborada pelo autor.

Diante disso, a influência da *animacidade* na escolha entre as formas possessivas *seu* e *dele* é evidente na análise. A tabela revela que, quando o referente possuidor é animado, a forma *seu* predomina em 90,8% dos casos, enquanto *dele* ocorre em apenas 9,2%. Esse resultado sugere uma forte tendência para a seleção de *seu* quando o possuidor é humano ou personificado. O peso relativo superior em referentes animados evidencia que a forma *seu* é preferida em circunstâncias nas quais o possuidor é [+ANIMADO]. A preferência por *seu*, nesse contexto, pode ser explicada pela proximidade discursiva e pela maior previsibilidade da

referência, características geralmente associadas a referentes animados. Como o uso de *dele* implica um processo de desambiguação, ele se torna menos necessário quando o referente animado é mais facilmente identificado pelo contexto.

Teoricamente, essa preferência pode ser explicada pela maior proximidade cognitiva entre o falante e os referentes animados. De acordo com a teoria da acessibilidade de Ariel (1990), elementos mais acessíveis, como referentes humanos, favorecem o uso de formas pronominais curtas, como *seu*. Já a forma *dele*, mais longa e menos econômica, tende a surgir quando o referente é menos acessível.

Em contrapartida, quando o referente possuidor é [-ANIMADO], a preferência por *seu* diminui (81,8%), e *dele* aparece com uma frequência mais elevada (18,2%). Essa escolha parece refletir, portanto, a necessidade de tornar a posse mais explícita, especialmente em ocorrências em que a interpretação pronominal não é intuitiva.

3.1.2.4 O tipo de posse referente à coisa possuída

A natureza da posse também exerce influência significativa na escolha das formas possessivas. Como percebemos nos dados apresentados na Tabela 37, a posse abstrata apresentou um peso relativo de .659, indicando uma forte preferência por *seu*. Em contrapartida, a posse inalienável teve um peso de .441; e a alienável, .362, com aumento do uso de *dele*.

Tabela 37. A influência do tipo de posse na escolha das formas possessivas.

Tipo de posse	Seu Oco.	Seu %	Dele Oco.	Dele %	Peso Rel.
Abstrata	183	92,4	15	7,6	.659
Inalienável	185	85,3	32	14,7	.441
Alienável	127	91,4	12	8,6	.362
Total	495	89,4	59	10,6	<u>.297</u>

Fonte: Elaborada pelo autor.

Quando a posse é abstrata, a forma *seu* predomina em 92,4% dos casos, indicando que esse pronome está fortemente associado a conceitos subjetivos e não materiais. Em contextos de posse inalienável, como partes do corpo ou relações familiares, a frequência de *seu* diminui para 85,3%, enquanto *dele* aumenta para 14,7%. Nas posses alienáveis, que envolvem objetos ou propriedades transferíveis, a forma *seu* ainda é predominante (91,4%). A discrepância entre

os percentuais e os pesos relativos pode indicar a influência de outros traços linguísticos sobre esses resultados.

3.2 Síntese do capítulo

No capítulo 3, apresentamos os resultados percentuais e estatísticos globais, além de análises multivariadas sobre fatores internos que influenciam o uso dos pronomes possessivos *seu* e *dele* na 3P. Através da rodada multivariada, identificamos na presente seção as variáveis independentes que se correlacionam significativamente com a variável dependente, a saber:

- (i) A localização do referente possuidor;
- (ii) A data de publicação dos textos;
- (iii) A relação entre SN possuidor e possuído;
- (iv) A animacidade;
- (v) O tipo de posse.

No próximo capítulo, será realizada uma análise qualitativa dos dados, explorando com maior profundidade os padrões identificados e as suas possíveis implicações.

CAPÍTULO 4. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo, apresentaremos questões complementares à análise quantitativa desenvolvida no capítulo anterior, com base em duas hipóteses principais:

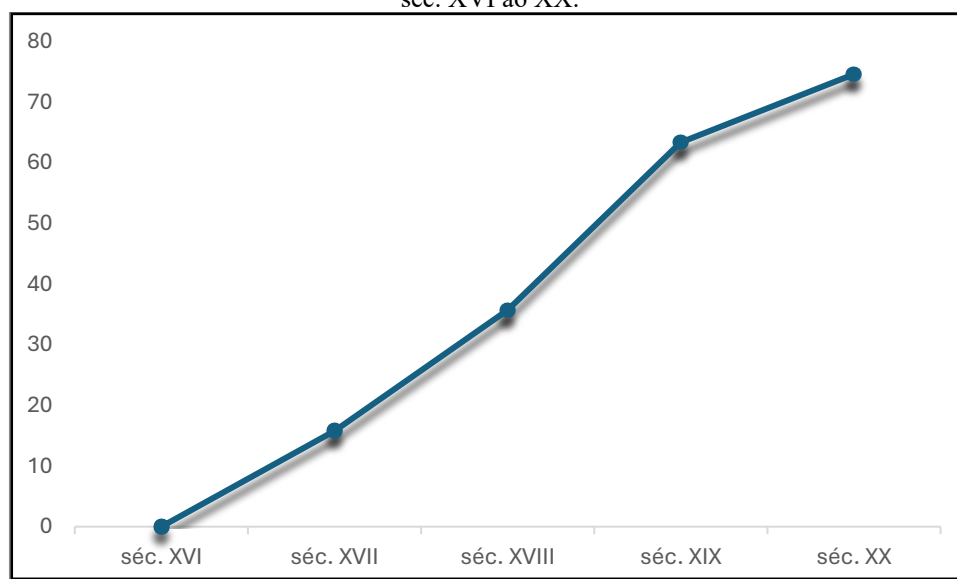
- (i) A reorganização do paradigma pronominal – especialmente a possível confusão entre 2P e 3P – teria influenciado a mudança nos usos referenciais dos possessivos de 3P;
- (ii) A proeminência discursiva atuaria como fator condicionante na escolha entre *seu* e *dele*.

Além disso, discutiremos os fatores que se mostraram estatisticamente relevantes para a escolha entre as formas possessivas *seu* e *dele* no corpus analisado, a saber: a *localização do referente possuidor* e a *animacidade*.

4.1. A hipótese de reorganização do paradigma pronominal

Nesta seção, consideramos se o aumento do uso de *dele* no PB, a partir do século XVIII, reflete a introdução do pronome *você* no paradigma pronominal dessa gramática (Faraco, 1996; Rumeu, 2004). Para verificar essa hipótese, fizemos um levantamento percentual de ocorrências de *teu* e *seu* de 2P e de *seu* de 3P e *dele*, ilustrado no Gráfico 1.

Gráfico 1. Distribuição percentual de *seu* (2P) em relação ao total de formas possessivas de 2P (*teu* + *seu*), do séc. XVI ao XX.



Fonte: Elaborado pelo autor.

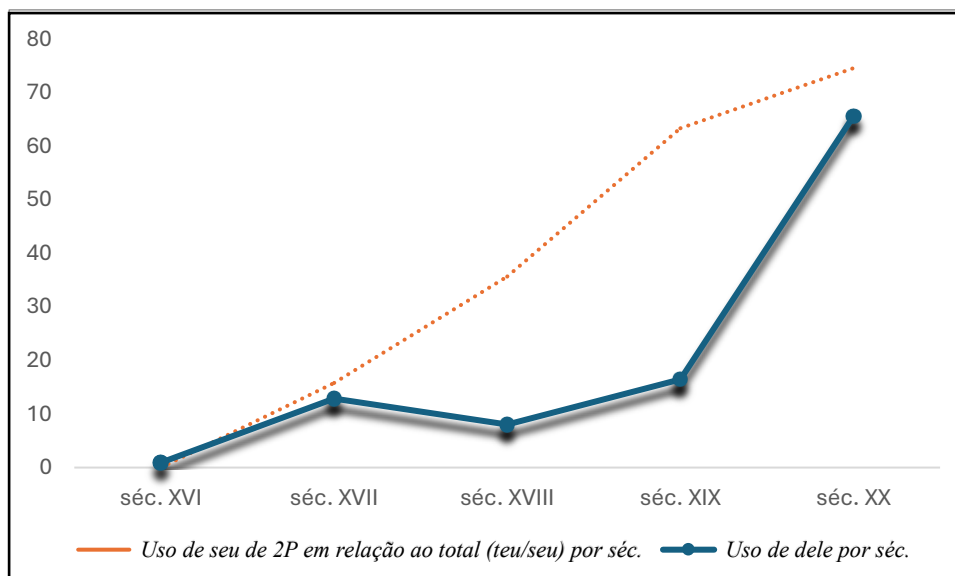
Os dados revelados no Gráfico 1 indicam os resultados das ocorrências em termos percentuais de *seu* em relação ao total de 2SG, isto é, à soma entre *teu* e *seu*. A ilustração mostra, com isso, o crescimento contínuo do percentual de *seu* 2P ao longo dos séculos. No século XVI, não há ocorrências de *seu* de 2P; a partir do século seguinte essa forma vai ampliando sua frequência. No XVIII, todavia, o aumento é significativo, tendo em vista que esse uso aumenta mais de 100% em relação ao período anterior. Essa tendência continua no século XIX (63,37%), atingindo seu ápice no século XX, com aproximadamente três quartos das ocorrências, em contraste com o *teu*.

Observamos que *teu* domina nos séculos XVI e XVII. No entanto, *seu* ganha predominância a partir do século XIX. Isso parece ocorrer tendo em vista a gramaticalização de *você* no quadro pronominal brasileiro, que teve impactos significativos na distribuição das formas possessivas. Faraco (1996) e Rumeu (2004) discutem a inserção do pronome *você* no sistema pronominal do PB, destacando as implicações dessa mudança na seleção dos pronomes possessivos *teu* e *seu*. Esses autores observam que *você* passou a assumir funções anteriormente atribuídas a *tu*, resultando em um rearranjo na correspondência entre pronomes pessoais e suas respectivas formas possessivas. Especificamente, *você* passou a ser associado tanto a *teu* quanto a *seu*, refletindo uma variação na escolha dos possessivos em contextos de uso.

Vale destacar que *você* passou a ser tratado como um pronome de 2P, mas com a concordância verbal e possessivos típicos da 3P (*seu*), resultando em uma fusão no sistema pronominal. Como consequência, o uso de *teu*, originalmente o possessivo de 2P, diminuiu, enquanto o de *seu*, agora também associado à 2P, aumentou (como demonstrado no Gráfico 1). Essa mudança linguística gerou uma ambiguidade entre o *seu* da 2P e 3P, que passaram a coexistir na língua.

Supomos, seguindo a hipótese defendida por autores como Lopes e Rumeu (2007) e Rocha (2009), que o aumento no uso da forma simples de 2P teria influenciado o crescimento do emprego de *dele*, justamente como estratégia para minimizar a ambiguidade e resolver o conflito entre os usos de *seu* para diferentes pessoas gramaticais. Para verificar isso, ilustramos a evolução da forma *dele* em comparação com os dados de *seu*, no Gráfico 2.

Gráfico 2. Resultados percentuais do uso de *dele* em contextos possessivos de 3P por séc. – XVI ao XX.



Fonte: Elaborado pelo autor.

A análise dos dados mostra que a forma *dele* apresentou um crescimento contínuo nos dois últimos séculos sob análise, porém somente no último século (XX) é que os dados apresentam mais que 50%. Comparado ao gráfico anterior, nota-se uma decalagem, isto é, o espraçamento do uso de *dele* ocorre somente após o espraçamento de *seu* para se referir à 2P. Podemos dizer, considerando os estudos de Perini (1985), que houve uma substituição da forma *seu* de 3P para a *dele*, como resultado de uma maior ambiguidade associada à forma *seu*, que pode servir tanto para a 2P quanto para a 3P. Contudo, o tempo de uma mudança impactar a outra não seria automático. Nesse caso, seria preciso verificar, no futuro, outras mudanças semelhantes para verificar essa ideia. Uma possível explicação auxiliar é que o sistema de variação das formas possessivas de 3P *seu/dele* é parcialmente sensível à ambiguidade, já que codifica outras questões, como a referencialidade e a proeminência (abordaremos isso na seção seguinte).

Mediante isso, teríamos a seguinte conclusão preliminar:

- (i) No PCI, a mudança relativa a *seu/dele* é gradual, com *dele* ocupando menos de 15% dos dados até o século XVIII;
- (ii) No PB, o aumento de *dele* acima do patamar de 15% nos séculos XIX e, sobretudo, no XX pode ser parcialmente explicado como uma resposta à ambiguidade entre os usos de *seu* para 2P e 3P.

Essa análise parece, portanto, dar embasamento às análises iniciais de Perini (1985) e Kato (1985), que consideram princípios funcionalistas como relevantes para a explicação dessa variação.

4.2 A hipótese da proeminência

Esta seção pretende apresentar a natureza da mudança na distribuição das formas possessivas e o princípio que a orienta. Assim, discutiremos se a proeminência pode ser vista como um princípio explicativo capaz de relacionar os grupos de fatores mencionados anteriormente, tais como a *localização do referente possuidor*, a *animacidade*.

Conforme já indicado, a noção de proeminência tem sido aplicada em diversas áreas da linguística e, neste estudo, propomos sua ampliação para a análise da distribuição dos possessivos *seu* e *dele* em peças teatrais dos séculos XVI ao XX. A partir de uma estrutura voltada à 3P, investigamos como critérios como *foco atencional*, *mudança contextual* e *atração estrutural* (Himmelmann; Primus, 2015) influenciam a escolha pronominal. Sustentamos que a proeminência atua como princípio geral de organização discursiva e que certas propriedades dos referentes orientam essa hierarquia. Assim, expressões referenciais variam conforme seu nível de ativação sintática, semântica e pragmática (Von Heusinger; Schumacher, 2019), afetando diretamente a forma pronominal empregada.

O *centro atencional* (centro-A) é a entidade em destaque em determinado ponto do discurso. A ideia central é que a proeminência linguística está ligada ao foco da atenção de quem fala ou ouve. Como os pronomes possessivos de 3P ajudam a identificar o referente correto, eles podem ou não estarem relacionados a um centro-A. Nesse contexto, o pronome *seu* tende a ser usado quando há um referente saliente já introduzido no discurso, funcionando como âncora para a continuidade referencial.

Por exemplo, em (103), o pronome possessivo *sua* retoma o referente *O Cura*. A escolha por *sua*, em vez de *dele*, é justificada pelo fato de *O Cura* funcionar como tópico contínuo do trecho: ele é mencionado no início e permanece como personagem central ao longo do diálogo. A manutenção desse referente em posições discursivas salientes garante sua acessibilidade, permitindo o uso do possessivo menos específico (*sua*), que se apoia na continuidade tópica para ser corretamente interpretado. Assim, a saliência de *O Cura* resulta justamente dessa continuidade, já que é em torno dele que se organizam as falas e as ações do trecho.

- (103) Co: Ai Padre Cura que toda me queimou!
 M: Ai, ai, que toda a lengua me assou. *Cantam.*
 Co: Toda a Comadre sempre entra na dança dando o mel para a papa da criança.
 C: O Cura_i que faz mal sua_i obrigação, bem lhe podem chamar papa de pão. [XVIII MJVEPC 47:5-9]

A essência da atenção é a consciência centrada em um objeto, entre várias simultaneamente possíveis. Nesse caso, o uso da forma canônica mantém a referência centrada em *O Cura*, reforçando o foco atencional no sujeito. Já a forma não canônica desloca o foco para fora do sujeito, indicando um referente mais distante ou menos central no discurso, conforme demonstrado mais adiante.

A proeminência linguística é dinâmica e pode variar conforme o contexto do discurso. Assim, a escolha de pronomes está relacionada à distinção entre informações novas e conhecidas, adaptando-se às *mudanças contextuais*. Observemos o exemplo (104):

- (104) Filha, ide-vos compor porque o sacristão_i agora mandou por Pedro_i um recado que fosse eu convosco, e toda a casa, a ver as fogueiras e o fogo que há de rodas com foguetes, e montantes que tudo seu_{i/j} sobrinho obra, e como se chama João em louvor do Santo os bota. [XVIII MJVEPC 115:15-22|116:1-2]

Nessa sentença, o sentido do pronome *seu* é ambíguo, pois pode se referir tanto ao *sacristão* quanto a *Pedro*. Logo, não é possível determinar com clareza a quem o sobrinho “pertence”. Essa ambiguidade costuma acontecer em contextos nos quais há múltiplos potenciais referentes. Pelo contexto da obra, sabemos que o pronome possessivo *seu* se refere a *Pedro*.

A *atração estrutural* se refere à ligação entre a estrutura sintática e o foco da atenção. Elementos proeminentes tendem a ocupar posições-chave na frase, funcionando como pontos de ancoragem que organizam a informação e tornam mais claras as relações entre os referentes no discurso. Para ilustrar isso, temos o exemplo a seguir:

- (105) Ele_i está na câmara cumprindo o seu_i dever. [XIX COM 45:8]

- (106) ?Ele está na câmara cumprindo o dever *dele*.

A partir do exemplo (105), nota-se que *seu* organiza a referência dentro da estrutura sintática da oração, enquanto *dele*, em (106), delimitaria uma referência mais ampla e externa. O pronome possessivo *seu* está vinculado ao sujeito *Ele*, que ocupa a posição inicial e funciona como centro atencional. Em línguas com ordem básica Sujeito-Verbo-Objeto, como a LP, o sujeito tende a ser o referencial padrão para pronomes possessivos, devido à sua proximidade estrutural e proeminência hierárquica. Assim, o pronome possessivo em *seu dever* é interpretado naturalmente como se referindo ao sujeito. *Dele*, em compensação, tende a atrair a atenção para fora da estrutura imediata, servindo como delimitador externo, ampliando a referência para fora da oração principal, o que, nesse caso, torna a sentença estranha. Nesse

caso, a forma inovadora delimitaria que “o dever” fosse de outra pessoa, diferenciando-se estruturalmente de *seu*. Note-se que as diferenças propostas estejam em vigor no PCI e no português padrão, havendo diferenças significativas no PB.

Mediante isso, percebemos que as línguas oferecem uma variedade de formas para se referir a entidades, e a escolha de uma forma específica está frequentemente ligada à acessibilidade dessas entidades no discurso (Ariel, 1990; Gundel *et al.*, 1993; Prince, 1981). A acessibilidade de referentes e sua posição na hierarquia discursiva têm sido tema central nas pesquisas sobre anáforas. Os pronomes pessoais, como as formas átonas, são frequentemente usados para se referir à entidade mais acessível no discurso, e muitos estudos analisam como características dos referentes, como sua função gramatical (sujeito, objeto etc.), influenciam essa escolha.

Tentando sistematizar melhor os resultados sobre posição no texto, temos que a proeminência, nesse caso, está intimamente ligada à acessibilidade, porque, no contexto linguístico, esta se refere à facilidade com que um referente pode ser recuperado ou identificado no discurso.

Feita essa contextualização sobre a noção da proeminência, passamos, agora, a tratar de cada um dos grupos de fatores que foram relevantes para a descrição da variação, tentando relacioná-los a tal princípio.

4.3 Os fatores condicionantes estatisticamente relevantes para a escolha entre as formas possessivas *seu* e *dele* no corpus em análise

A relação entre a proeminência discursiva e a escolha entre *seu* e *dele* no PB se manifesta de maneira clara quando analisamos a *localização do referente* e a *animacidade* do possuidor. Quanto aos aspectos da *relação entre SN possuído e possuidor* e o *tipo de posse* não foi possível chegar a uma conclusão substancial.

4.3.1 A localização do referente possuidor

Os dados mostram que, quanto mais próximo o referente estiver do possessivo, maior a probabilidade de *seu* ser empregado. Essa proximidade facilita a recuperação do referente, pois ele permanece altamente acessível na memória discursiva do interlocutor. Quando o possuidor está na mesma oração, *seu* aparece em 99,2% dos casos. No entanto, conforme a distância

aumenta, a recuperação do referente se torna mais desafiadora. Isso explica o crescimento no uso de *dele*, que chega a 54,5% quando o possuidor está em outro sintagma. Essa relação entre distância e forma possessiva reflete um princípio cognitivo fundamental da organização da informação no discurso: a *acessibilidade anafórica*.

Elementos que são mais proeminentes ocupam posições de destaque na hierarquia discursiva ou possuem características que os tornam mais salientes, como a definitude ou o uso frequente em contextos específicos, por exemplo:

- (i) Elementos que ocupam posições centrais, como sujeitos, são mais acessíveis porque estão mais frequentemente em foco do discurso ou centro-A (107);
- (ii) Elementos definidos ou já mencionados anteriormente tendem a ser mais acessíveis, pois o interlocutor já possui informações sobre eles (108).

(107) Meu pai_i deu-lhe a sua_i palavra. [XIX DF 67:15-16]

(108) Para prova desta verdade perguntai a esses amantes_i, o que fazem, para explicar o seu_i amor? [XVIII TCPI 199:7-8|200-1]

Assim, a proeminência, ao destacar certos elementos no discurso, torna-os mais facilmente recuperáveis ou identificáveis, associando-se diretamente ao conceito de acessibilidade. No paradigma pronominal, a saliência se manifesta em situações de aparente opcionalidade. Em relação à escolha entre *seu* e *dele*, em geral, sugerimos que o primeiro é o item não marcado porque se relaciona a entidades mais salientes, quando comparado ao segundo.

4.3.2 A Animacidade

A *animacidade* do possuidor também exerce um papel essencial nesse processo. Para possuidores animados, *seu* continua sendo fortemente preferido (90,8%), conforme ilustrado em (109), enquanto para possuidores inanimados há uma queda significativa (81,8%) e um aumento proporcional no uso de *dele* (18,2%), como se vê em (110).

(109) Cala-te, que se consigo a Dona Clóris_i com seu_i dote, e arras, eu te prometo, que andes numa boleia. [XVIII TCPII 52:2]

(110) A arte_i existe, Senhor Azevedo; o que não existe é o amor dela_i. [XIX DF 103:18-19]

Esse padrão de variação confirma a hipótese de que entidades animadas, por serem mais salientes e acessíveis discursivamente, favorecem o uso de *seu*, o que dispensa a necessidade de uma marcação explícita da posse. Como argumentam Müller (1997b) e Guedes (2017), referentes animados são mais propensos a serem mantidos no foco atencional do discurso. Já quando o referente é inanimado, ou está mais distante na estrutura do texto, a probabilidade de sua recuperação automática diminui, tornando *dele* um recurso estratégico para garantir a transparência referencial. Essa preferência por *dele* em contextos de baixa acessibilidade reflete a *mudança contextual*, já que o referente é outro.

4.4 Síntese do capítulo

A análise dos dados confirma tendências apontadas por diversos estudiosos do PB. A seleção entre *seu* e *dele* não é arbitrária, mas obedece a fatores sintáticos, discursivos e pragmáticos:

- (i) A distância entre o possessivo e o referente possuidor influencia diretamente a escolha: quanto maior a distância, maior a necessidade de desambiguação com *dele*;
- (ii) A animacidade do possuidor mostra que *seu* é preferido para agentes animados, enquanto *dele* é uma opção mais marcada para referências inanimadas.

Esses resultados reforçam que o PB tem se distanciado do PE em termos de seu sistema pronominal, consolidando o uso de *dele* como um recurso cada vez mais produtivo na estruturação da referência possessiva. Estudos futuros podem aprofundar essas observações e explorar como a oralidade e o ensino formal contribuem para a estabilidade dessas formas na língua.

Além disso, a análise mostra que a variação entre *seu* e *dele* resulta da interação dos três critérios de proeminência:

- (i) Foco atencional → A depender de onde está o foco de atenção do leitor ou falante, será selecionado um ou outro tipo de possessivo;
- (ii) Mudança contextual → A depender dos traços contextuais, a escolha por um ou outro tipo de possessivo pode ser alterada;
- (iii) Atração estrutural → A estrutura sintática e a posição do referente influenciam a escolha do possessivo.

Ante o exposto, este capítulo examinou, a partir de um corpus diacrônico de peças teatrais brasileiras, os caminhos de reconfiguração do paradigma dos pronomes possessivos de 3P, com ênfase nos usos de *seu(s)/sua(s)* e *dele(s)/dela(s)*. A análise mostrou que, apesar da longa trajetória de estabilidade do possessivo *seu* até o século XIX, há um movimento crescente de substituição por formas de 3P com núcleo nominal (*dele*) ao longo do século XX, especialmente em contextos nos quais a ambiguidade referencial ameaça a recuperação adequada do referente. A preferência por *dele* parece se correlacionar a uma demanda discursivo-cognitiva por maior transparência referencial, ativando mecanismos de saliência anafórica e desambiguando a cadeia de referentes. Ainda que *seu* permaneça majoritário em muitas configurações, o aumento de *dele*, em especial nos textos de dramaturgia do século XX, sinaliza um processo de reestruturação do paradigma possessivo em direção a formas mais explícitas e referencialmente marcadas — um indício de mudança linguística em curso no PB.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das mudanças notáveis no português (tanto europeu quanto brasileiro) consiste na distribuição do pronome possessivo *seu* para a forma *dele*, que parece ter se sedimentado no período moderno da língua. O pronome *seu* era o único utilizado como pronome possessivo de 3P no PA. Contudo, já no início do PCl se observa a inserção da forma genitiva *dele* (sem redobro) para indicar posse em relação a uma 3SG ou 3PL, o que deu lugar a uma mudança gradual até o presente, em que *dele* tem distribuição mais ampla no PB popular oral do que a forma *seu*. Investigamos, considerando esse contexto da língua, a produtividade variável das formas possessivas de 3P em textos da dramaturgia entre os séculos XVI e XX.

Feitas essas considerações, avançamos para as questões centrais desta dissertação, apresentando uma resposta para cada uma delas.

- (i) Quais seriam as distribuições das formas possessivas de 3P na escrita de textos de dramaturgia do PCl ao PB?

A distribuição das formas possessivas de 3P na escrita de textos de dramaturgia mostra uma clara evolução do PCl ao PB atual. No PCl, a preferência pelo uso de *seu* era notória, sobretudo em contextos nos quais o referente possuidor estava explícito na mesma oração. De fato, os dramaturgos do PCl tendiam a utilizar *seu*, destacando a proximidade e a relação direta entre o possuidor e o possuído. No entanto, à medida que o PB foi se desenvolvendo, e sobretudo no século XX, houve uma mudança marcante com o aumento do uso de *dele*, especialmente em contextos em que o possuidor não estava diretamente mencionado na mesma oração ou quando a ênfase recaía sobre a identidade do possuidor. Pode-se pensar, nesse sentido, que essa mudança seja um reflexo da consolidação do *você* no quadro pronominal brasileiro.

- (ii) Quais seriam os fatores linguísticos responsáveis por subsidiar a seleção das formas possessivas *seu* e *dele*, em cada um dos períodos estudados (PCl e PB)?

Os fatores linguísticos que subsidiam a seleção das formas possessivas entre *seu* e *dele* incluem a localização do referente possuidor, a animacidade e a proeminência discursiva.

No que diz respeito à localização, a proximidade sintática entre o possuidor e o possuído favorece o uso de formas mais sintéticas como *seu*, especialmente no PCl, enquanto no PB a preferência pode variar, com *dele*.

A animacidade do possuidor também influencia esta escolha: No PCl, *seu* ocorre com frequência tanto para possuidores animados quanto inanimados, demonstrando maior neutralidade da forma em relação à animacidade do referente. No PB, por outro lado, especialmente a partir do século XX, observa-se uma expansão do uso de *dele*, sobretudo quando o possuidor é animado. Já em contextos com possuidores inanimados, o PB tende a preservar o uso de *seu*, o que pode sugerir que a animacidade atue como um fator decisivo na substituição por formas analíticas.

Por fim, acreditamos que pensar sobre a questão da proeminência discursiva é crucial, haja vista que referentes possuidores mais proeminentes ou destacados no discurso tendem a ser associados a formas mais explícitas como *seu*, enquanto referentes menos proeminentes podem ser associados a *dele*. Essa dinâmica de acessibilidade do possuidor no discurso é, portanto, central para compreender a variação e a mudança no uso das formas possessivas de 3P em português.

Dessa maneira, a distribuição do uso dos pronomes possessivos no português revela a sua natureza dinâmica no curso da história. A adoção e consolidação da forma genitiva *dele* como alternativa a *seu* exemplificam as mudanças ocorridas desde o PA até os dias atuais. Essa transformação, iniciada no período clássico, tornou-se mais perceptível no PB contemporâneo, em que *dele* é amplamente empregado para garantir maior precisão na indicação de posse. Tal fenômeno reflete o caráter vivo e adaptável da língua. Concluimos, portanto, que este estudo não apenas corrobora as descobertas anteriores, mas também expande nossa compreensão sobre a variação e a mudança linguística e apresenta novas possibilidades de análise em torno da noção de proeminência linguística.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, S. J. O Teatro Brasileiro na década de oitenta. *Latin American Theatre Review* 25(2), p. 23-36, 1992.
- ALENCAR, J. de. *O demonio familiar*: comedia em quatro actos. Rio de Janeiro: Typografia Soares & Irmão, 1857.
- ALMEIDA, A. B. Pronomes possessivos de 3ª pessoa no português falado de São Paulo [manuscrito], 1993.
- ARAÚJO-ADRIANO, P. A.; CORÔA, W. S. Reconstruindo a história do português do Brasil pelo Corpus Tycho Brahe Brasil: novos dados, novos olhares. *Revista Linguística*, v. 18, n. 3, p. 1-50, 2022.
- ARIEL, M. *Accessing noun-phrase antecedents*. Routledge, London/New York, 1990.
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 39. ed., rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2019.
- BERGSON, H. *O riso*: ensaio sobre a significação da comicidade. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- BERLINCK, R. A.; BARBOSA, J. B; MARINE, T. C. Reflexões teórico-metodológicas sobre fontes para o estudo histórico da língua. *Revista da ABRALIN*, v.7, n. 1, p. 53-79, 2008. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/rabl.v7i2.52494>.
- BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL. Disponível em: https://www.bnportugal.gov.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=226&Itemid=54&lang=pt. Acesso em: 10 jan. 2024.
- CAMÕES, J.; SOUSA, J.P. (Orgs.). *Teatro de autores portugueses do século XVII*: lugares (in)comuns de um teatro restaurado. Lisboa: Centro de Estudos de Teatro, 2016.
- CERQUEIRA, V. C. *A sintaxe do possessivo no português brasileiro*. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.
- CORRÊA, D. M. Dramaturgia brasileira contemporânea: olhares – fala-belliano/rodrigueano. *Garrafa* 21. 23, 2010.
- COUTINHO, L. S. *Contra si faz quem mal cuida*. Centro de Estudos de Teatro, Teatro de Autores Portugueses do Século XVII – uma biblioteca digital, 1644. Disponível em: <http://www.cet-e-seiscentos.com>. Acesso em: 15 jun 2024.
- DUARTE, M. E. L. Apresentação. In: DUARTE, M. E. L. (ed.). *O sujeito em peças de teatro (1833-1992)*: estudos diacrônicos. São Paulo: Parábola, p. 11-19, 2012.
- EUSTÁQUIO, A. R. Antônio José da Silva: um judeu herege na dramaturgia portuguesa. *Anais do SILEL*. v, 3, n. 1. Uberlândia: EDUFU, 2013.

FALABELLA, M. *A partilha* (1990). In: GALVES, C. *et al.* Tycho Brahe Parsed Corpus of Historical Portuguese, 2017.

FALABELLA, M. *No Coração do Brasil*. [s.l.]: [s.n.], 1992.

FARACO, C. A. O tratamento Você em português: uma abordagem histórica. *Fragmenta*, Curitiba, n. 13, p. 51-82, 1996.

FREITAG, R. M. K.; SIQUEIRA, J. M. Ainda sobre possessivos de terceira pessoa no português brasileiro. *Caderno De Squibs: Temas Em Estudos Formais Da Linguagem*, 4(2), p. 32-44, 2020.

FURTADO DA CUNHA, M. A. Funcionalismo. In: MARTELOTTA, M. E. *Manual de linguística*. 2.ed. São Paulo: Contexto, p. 157-176, 2012.

GALVAO, D. *Chronica do muito alto e muito esclarecido principe D. Affonso Henriques primeiro Rey de Portugal* / composta por Duarte Galvão; fielmente copiada do seu original, que se conserva no Archivo Real da Torre do Tombo... por Miguel Lopes Ferreira (1435). Lisboa Occidental: Officina Ferreyriana, 1726. - [23], 95 [1] p.; 27 cm, 1726.

GALVES, C.; ANDRADE, A. L. de; FARIA, P. Tycho Brahe Parsed Corpus of Historical Portuguese, 2017.

GALVES, C.; FARIA, P. Tycho Brahe Parsed Corpus of Historical Portuguese, 2010. Disponível em: www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/en/index.html. Acesso em: 10 jan 2024.

GALVES, C.; KROCH, A. Main syntactic changes from a Principle-and-Parameters view. In: WETZELS, L.; COSTA, J.; MENUZZI, S. (org.). *The handbook of Portuguese linguistics*. Oxford: Wiley Blackwell, p. 487-503, 2016.

GARDINALLI FILHO, E. *A comédia erudita em Portugal: Sá de Miranda*. 2009. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

GOMES, R. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 18. ed. Petrópolis: Vozes, p. 67-80, 1994.

GUEDES, D. M. *As formas possessivas de terceira pessoa no português brasileiro: uma análise experimental de seu versus dele*. 117 f. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

GUEDES, D. M. *Possessivos simples e perifrásticos no português brasileiro: investigando a 3ª pessoa*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

GUEDES, D. M.; OLIVEIRA, T. L. de. A influência da semântica de posse no processamento de seu e dele: um estudo experimental. *Revista (Con)Textos Linguísticos*, Vitória, v. 17, n. 36, p. 32-51, 2023.

GUNDEL, J. *et al.* Cognitive status and the form of referring expressions in discourse. *Language* 69 (2), p. 274-307, 1993.

HALLIDAY, M. A. K. *An Introduction to Functional Grammar*. 2. ed. London: Edward Arnold, 1994.

HEINE, B. On Attributive Possession. In: *Possession: Cognitive Sources, Forces, and Grammaticalization*. Cambridge Studies in Linguistics, Cambridge University Press: Cambridge, p.143-186, 1997.

HIMMELMANN, N. P.; PRIMUS, B. Prominence beyond prosody-a first approximation. In: DOMINICIS, A. de. (ed.), *Prominence in Linguistics. Proceedings of the International Conference*. DISUCOM Press, University of Tuscia, p. 38-58, 2015.

JAKOBSON, R. *Linguística e Poética*. Tradução de M. M. Santos. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

JÚNIOR, F. *Cahio o ministerio!* Comedia original de costumes em tres actos. Livraria popular de A. A. da Cruz Coutinho, Rio de Janeiro, 1883.

KATO, M. A. A complementaridade dos possessivos e das construções genitivas no português coloquial: Réplica a Perini (1985). *D.E.L.T.A: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, [S. l.], v. 1, n. 1/2, 2016. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/view/31153>. Acesso em: 12 fev. 2023.

LABOV, W. *Principles of Linguistic Change: Internal Factors*. Cambridge: Blackwell Publishers, 1994.

LABOV, W. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LOPES, C. Pronomes Pessoais. In: VIEIRA, S.; BRANDÃO, S. (orgs.). *Ensino de gramática: descrição e uso*. São Paulo: Contexto, p. 103-119, 2007.

LOPES, C. R. dos S.; GUEDES, D. M. Formas possessivas de terceira pessoa: confrontando seu e dele a partir da abordagem experimental. *Confluência*, Rio de Janeiro, n. 58, p. 82-105, 2020.

LOPES, C. R. dos S.; RUMEU, M. C. de B. O quadro de pronomes pessoais do português: as mudanças na especificação dos traços intrínsecos. In: *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*. 1 ed. São Paulo/Campinas: FAPESP/Pontes Editores, v.1, p. 419-436, 2007.

LOPES, F. *Chronica del Rey D. Ioam I de Boa Memoria e dos reys de Portugal o decimo / composta por Fernam Lopez* (1380). Lisboa: Antonio Alvarez, v. 2;28 cm. BN H.G. 2551V. BN H.G.2552 V., 1644.

LUCCHESI, D. A periodização da história sociolinguística do Brasil. *D.E.L.T.A*. 33, p. 347-382, 2017.

MARCUSCHI, L. A. *A variabilidade linguística no português falado e escrito*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

MARTINET, A. A Linguística, a linguagem e a língua. In: MARTINET, A. *Elementos de linguística geral*. Trad. de Jorge Morais-Barbosa. 3. ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa 105 U2 - Ferdinand de Saussure: o pai da Linguística Moderna Editora, cap. 1, p. 1-24, 1971.

MATTOS E SILVA, R. V. *O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto, 2006.

MOLLICA, C. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. In: MOLLICA, C.; BRAGA, M.L. (orgs.). *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, p. 9-14, 2004.

MORAES DE CASTILHO, Célia. *Fundamentos sintáticos do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2013.

MOURA NEVES, M. H. de. *A Gramática funcional*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MOURA NEVES, M. H. de. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Unesp, 2011.

MÜLLER, A. L. *A gramática das formas possessivas no português do Brasil*. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997b.

MÜLLER, A. L. A lógica subjacente à variação entre as formas possessivas de terceira pessoa: seu versus dele. *Revista da Anpoll*. v. 1, n. 3, p. 11-32, 1997a.

NEGRÃO, E. V.; MÜLLER, A. L. As mudanças no sistema pronominal do português brasileiro: substituição ou especialização de formas? *D.E.L.T.A*, São Paulo, n. 1, p. 125-152, 1996.

OLIVEIRA E SILVA, G. M. de. *Estudo da regularidade na variação dos possessivos no Português do Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1982.

OLIVEIRA E SILVA, G. M. de. Variação no sistema possessivo de terceira pessoa. *Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, p. 54-72, 1984.

OLIVEIRA E SILVA, G. M. de. Um caso de definitude. *Organon*, Porto Alegre, 18, p. 90-108, 1991.

OLIVEIRA E SILVA, G. M. Estertores do possessivo seu na língua oral. In: SILVA, G. M. de O. e; SCHERRE, M. M. P. (Orgs.) *Padrões sociolinguísticos – análises de fenômenos variáveis do português falado no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 168-81, 1996.

OPTIZ, M. Buch von der Deutschen Poeterey. Breslau u. a., 1624, S. In: *Deutsches Textarchiv*. Disponível em: https://www.deutschestextarchiv.de/opitz_buch_1624/7. Acesso em: 5 ago. 2023.

- PAIVA, M. da C.; DUARTE, M. E. L. Mudança linguística: observações no tempo real. In.: MOLLIÇA, M. C.; BRAGA, M. L. (Orgs.) *Introdução a Sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, p. 179-190, 2004.
- PEREIRA, P. R. D. O gracioso. In: SILVA, A. J da. *As comédias de Antônio José, o Judeu*. São Paulo: Martins Fontes, p. 42-45, 2007.
- PERINI, M. A. O surgimento do sistema de possessivo do português coloquial: uma interpretação funcional. *D.E.L.T.A*, São Paulo, n. 1-2., p. 1-15, 1985.
- PESSOA, M. de B. *Variação de uma variedade urbana e semi-oralidade: o caso do Recife, Brasil*. Tübingen: Niemeyer, 2003.
- PRINCE, E. Toward a taxonomy of given-new information. In: COLE, P. (ed.), *Radical Pragmatics*. Academic Press, New York, p. 223-255, 1981.
- RANDALL, B. *et al. CorpusSearch 2 User's Manual*. University of Pennsylvania, 2009.
- RAPOSO, E. *Teoria da Gramática: a faculdade da linguagem*. Lisboa: Caminho, 1992.
- REBELO, M. C. *Musa entretenida de varios entremeses* (1658). [A]. Coimbra: Officina de Manoel Dias, 1658. [8], 248 p. 8º (15 cm).
- ROCHA, F. da C. F. A alternância nos pronomes pessoais e possessivos do português de Belo Horizonte. 2009. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Letras, Belo Horizonte, 2009.
- RUMEU, M. C. B. *Para uma História do Português no Brasil: Formas Pronominais e Nominais de Tratamento em Cartas Setecentistas e Oitocentistas*, 2004. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- SÁ DE MIRANDA, F. *Comédia dos Estrangeiros* (1561). In: GALVES, C. *et al. Tycho Brahe Parsed Corpus of Historical Portuguese*, 2017.
- SILVA, A. J. da. *Theatro comico portuguez I*. Lisboa: Regia Officina Sylviana e da Academia Real, 1747-1761.4 v.: il.; 8º (16 cm), 1759.
- SILVA, A. J. da. *Theatro comico portuguez II*. Lisboa: Regia Officina Sylviana e da Academia Real, 1747-1761.4 v.: il.; 8º (16 cm), 1759.
- SUTIL, N. N. *Musa jocosa de vários entremezes portugueses e castelhanos* (1709). In: GALVES, C. *et al. Tycho Brahe Parsed Corpus of Historical Portuguese*, 2017.
- TARALLO, F. *Linguística histórica: uma introdução ao estudo diacrônico das línguas naturais*. São Paulo: Ática, 1993.
- TARALLO, F. *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo: Ática, 1994.
- TEIXEIRA, U. *Dicionário de Teatro*. 2. ed. rev. e aum. São Luís: 2005.

TORRES MORAIS, M. A.; RIBEIRO, I. *Possessivos de 3ª pessoa: o português arcaico e o português brasileiro contemporâneo*. Filologia e Linguística Portuguesa. São Paulo, v. 16, n. spe, p. 15-51, 2014.

VASCONCELOS, P. H. O teatro de José de Alencar e a imagem do negro no Brasil do século XIX. GUANICUNS: *Rev. Faculdade de Educação e Ciências Humanas de Anicuns FECHA/FEA* (3/4), p. 167-181, 2006.

VON HEUSINGER, K.; SCHUMACHER, P. B. Discourse prominence: Definition and application. *Journal of Pragmatics*, 2019.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].